



RELATÓRIO DE GESTÃO

2025



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



RELATÓRIO DE GESTÃO

2025



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí



© 2025 Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem a autorização expressa dos autores.

Diretoria-Geral

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Praça Edgard Nogueira, 80 - Centro Cívico
Teresina-PI - 64048-320
Telefone (86) 2107-9700

Juíza Auxiliar da Presidência

Dra. Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho

Diretora-Geral

Silvani Maia Resende Santana

Unidade Responsável

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
(DG/ASPLAN)

Capa, projeto gráfico

Breno Ponte Brito

Diagramação

Breno Ponte Brito

Marcos Paulo da Cunha Félix

Revisão

Arsênio Almeida Martins

Raimundo Nonato Gonçalves Junior

Tâmara Ketlyn Sampaio Reis Nogueira Matias

Daniela Bandeira de Carvalho

Impressão e acabamento

Gráfica TRE-PI

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Biblioteca Desembargador Cristino Castelo Branco

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).

Relatório de gestão 2025 [recurso eletrônico] / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
- Dados eletrônicos. - Teresina : TRE-PI, 2026.
Versão eletrônica (PDF). - 167 p. : il. color., tab. e gráf.

Unidade Responsável: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (DG/ASPLAN).
Modo de acesso: internet
<<https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-da-gestao/relatorio-de-gestao-tcu>>

1. Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI) - 2025 - Relatório. 2. Tribunal Eleitoral - Piauí - 2025 - Relatório. 3. Justiça Eleitoral - Piauí - 2026 - Relatório. I. Título.

CDDir. 341.41923098122

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Presidente

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Membros(as) da Corte

Juíza Dra. Maria Luíza de Moura Mello e Freitas

Juiz Dr. Edson Alves da Silva

Juiz Dr. Gustavo André Oliveira dos Santos

Juiz Dr. José Maria de Araújo Costa

Juiz Dr. Daniel Eufrásio de Sousa Alves

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Kelston Pinheiro Lages

Juiz Auxiliar da Presidência

Dra. Júnia Maria Feitosa Bezerra Fialho

Juíza Auxiliar da Corregedoria

Dra. Melissa de Vasconcelos Lima Pessoa

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Membros(as) da Secretaria

Diretoria Geral

Silvani Maia Resende Santana

Secretaria de Gestão de Pessoas

Tadeu Almeida Martins

Secretaria Judiciária

Walter Schel Alves da Costa Raposo

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

José Alves Siqueira Filho

Secretaria de Tecnologia da Informação

Anderson Cavalcanti de Lima

Sumário

		Mensagem do Presidente	<u>6</u>
1		Visão Organizacional e Ambiente Externo	<u>14</u>
2		Governança, Estratégia e Desempenho	<u>27</u>
3		Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária	<u>65</u>
4		Gestão de Pessoas	<u>92</u>
5		Gestão de Tecnologia da Informação	<u>116</u>

6		Gestão de Correções e Inspeções	<u>128</u>
7		Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle	<u>139</u>
8		Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão	<u>145</u>
9		iESGo (TCU) Governança, Sustentabilidade e Inovação	<u>152</u>
10		Demonstrações Contábeis	<u>154</u>
11		Declarações de Integridade	<u>165</u>
12		Rol de Responsáveis	<u>169</u>



Mensagem do Presidente

Mensagem do Presidente

Com grande satisfação, apresento o Relatório de Gestão Integrado, referente ao exercício de 2025, em atenção à Instrução Normativa do TCU IN nº 84/2020, de 22 de abril de 2020 e à Decisão Normativa TCU nº 198/2022, de 23 de março de 2022, revelando o compromisso legal com a transparência dos atos administrativos e total integridade com o conteúdo publicado.

O documento foi construído de forma coletiva envolvendo o levantamento minucioso de dados contábeis, processuais e de registros históricos de eventos que traçaram os rumos do TRE-PI em busca da missão institucional durante o exercício, gravada em sua estratégia: garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia.



Missão

Garantir um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente para fortalecer a democracia

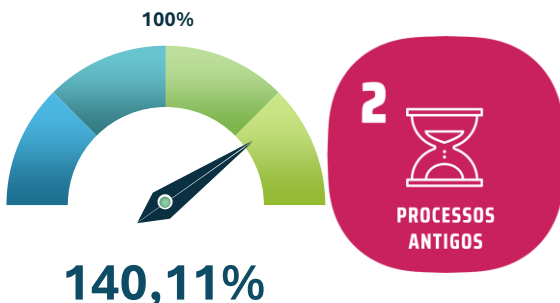
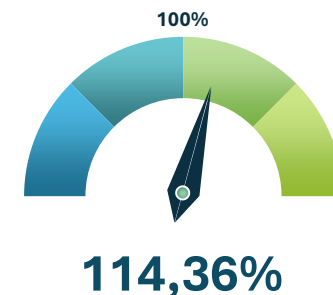
O ano de 2025 foi marcado por conquistas de grande relevância, colocando o TRE-PI em posição de destaque no cenário nacional, sendo importante ressaltar a atenção dedicada à execução das políticas judiciárias orientadas pelo CNJ e pelo TSE.



METAS NACIONAIS

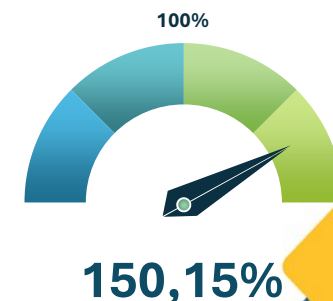
Nesse sentido, sob o foco da prestação jurisdicional, destaca-se o alcance de todos os indicadores das Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, revelando o total compromisso de magistrados, dos servidores e demais colaboradores, na celeridade do julgamento dos processos:

- a) na Meta 1, que estabelece o propósito de julgar mais processos do que aqueles distribuídos no ano de 2025, o desempenho foi de 114,36%. Essa performance reflete a preocupação em reduzir o estoque de processos não julgados, revelando à sociedade a atenção em resolver as questões eleitorais com agilidade e segurança jurídica;



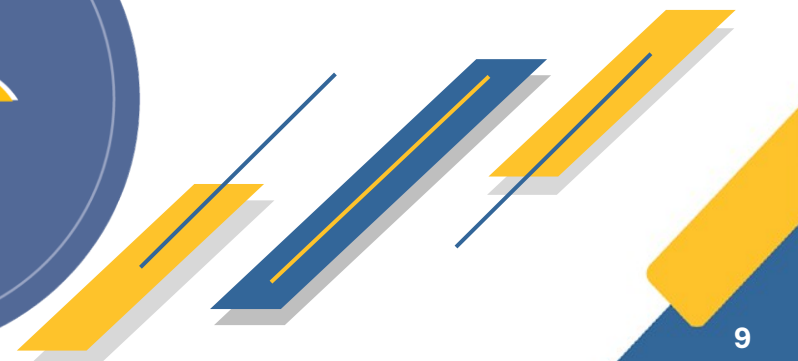
- b) em relação à Meta 2, por sua vez, cujo desafio foi centrado em reduzir o estoque dos processos mais antigos, ou seja, aqueles que ingressaram antes de 31/12/2023, o desempenho foi ainda melhor, alcançando 140,11%. O resultado demonstra a dedicação de esforços concentrados na solução dos processos mais complexos que demandam mais tempo para serem resolvidos;

- c) a Meta 4 foi dedicada às demandas originadas nos pleitos de 2022 e de 2024 cujos conflitos podem resultar na perda de mandato ou inelegibilidade, o resultado também foi bastante satisfatório, alcançando 150,15% do patamar estabelecido.



Os esforços empreendidos, desde a governança sobre as questões administrativas até os seus reflexos nos resultados da prestação jurisdicional, foram reconhecidos nacionalmente, colocando o TRE-PI no cenário de destaque entre os melhores do País, conforme as premiações alcançadas junto ao TSE e CNJ.

Na primeira edição do **Selo Qualidade Eleitoral do TSE**, lançado em 2025, o TRE-PI conquistou o **Selo Diamante**, sendo um reconhecimento da alta performance na gestão do processo eleitoral sob os parâmetros da Justiça Eleitoral.



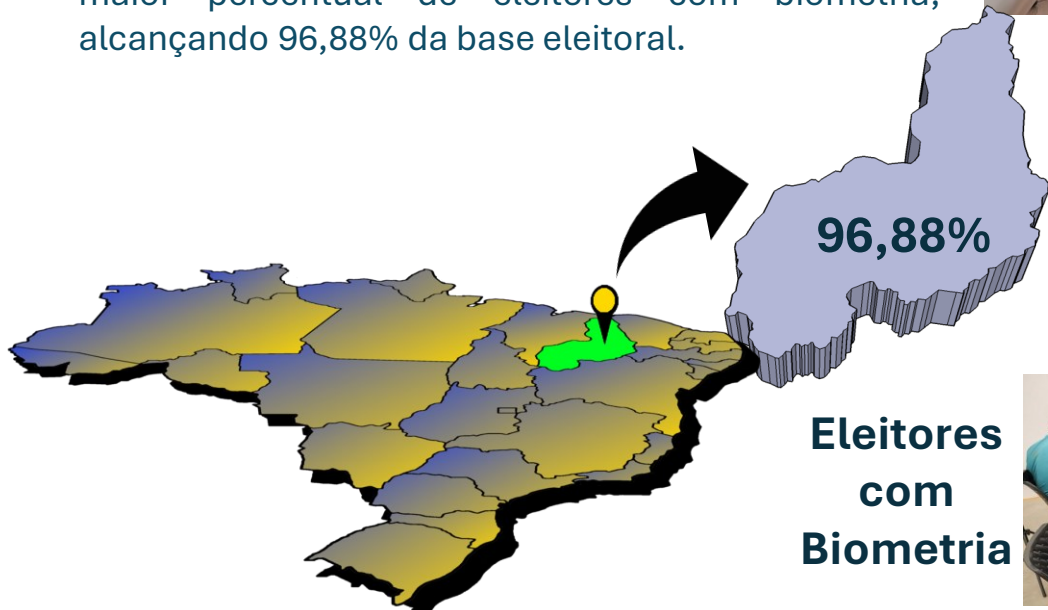
O Conselho Nacional de Justiça também avalia a qualidade dos serviços dos tribunais por meio do **Prêmio CNJ de Qualidade**. No certame de 2025, mais uma vez, o TRE-PI ocupou posição destacada, conquistando o Selo Ouro pela segunda vez consecutiva na atual gestão.

Essas premiações revelam a preocupação de toda a força de trabalho do TRE-PI com o compromisso na prestação de bons serviços à sociedade.



No âmbito das políticas judiciárias também houve conquista em cenário nacional, com a obtenção do **Selo Tribunal Amigo da Pessoa Idosa**. Trata-se de um reconhecimento conferido pelo CNJ aos tribunais que dedicam atenção especial para a adoção de práticas inclusivas voltadas para a população idosa.

Mais um projeto do TRE-PI foi destacado no âmbito nacional. Desta vez o reconhecimento veio da Corregedoria-Geral Eleitoral do TSE, conferindo ao projeto “Atendimentos Descentralizados”, o **Selo Boa Prática CGE-TSE 2024/2025**. A iniciativa teve por objetivo levar aos diversos municípios que não possuem Cartório Eleitoral, de forma sistematizada e programada, o atendimento ao eleitor para atualização de Cadastro Eleitoral e coleta de biometria. Aliás, o TRE-PI encerrou o ano de 2025 na primeira colocação, no Brasil, como o tribunal de maior percentual de eleitores com biometria, alcançando 96,88% da base eleitoral.




**SELEÇÃO DE
BOAS PRÁTICAS**
CGE 2024/2025



O incansável empenho na busca de resultados para o jurisdicionado alcançou, em 2025, 9.986 sentenças e acórdãos, refletindo em 11.058 baixas processuais. Em que pese tenha ocorrido o ingresso de 3.335 casos novos, somando-se aos 12.255 em estoque no início do ano, no final do exercício restaram 2.939 processos no estoque. São números que fundamentam a boa performance para as conquistas alcançadas.

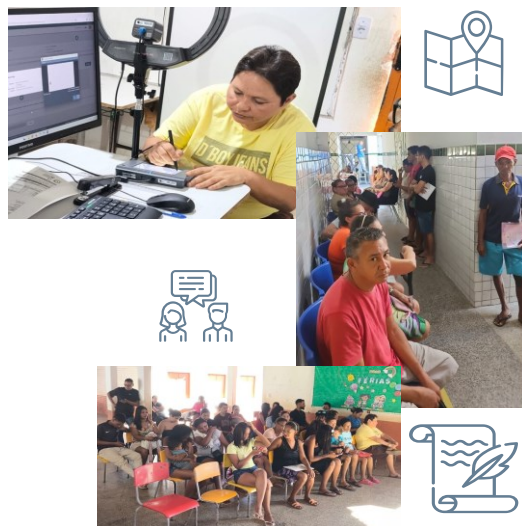


É necessário ressaltar a importância das parcerias institucionais que contribuem para o alcance da missão institucional do TRE-PI. Foram pactuados 40 Acordos de Cooperação e mais 5 Atos Concertados com o TJPI, demonstrando o grau de engajamento do Tribunal com os demais órgãos institucionais que atuam no Estado do Piauí.



40
Acordos de
Cooperação

5
Atos
Concertados



No âmbito da governança, regulamentações de temas relevantes foram traçadas, com destaque para as diretrizes que permitem o atendimento de eleitores(as) por Zona Eleitoral distinta do domicílio eleitoral, nos termos da Resolução TRE-PI nº 507/2025 e a definição da Política de Gestão de Riscos Corporativos, conforme a Resolução TRE-PI nº 503/2025.

Nas páginas adiante serão revelados mais detalhes sobre as ações realizadas combinadas com a gestão dos recursos e os resultados obtidos, levando ao conhecimento do jurisdicionado, de forma transparente e objetiva, as informações necessárias sobre a atuação do TRE-PI no exercício.



1

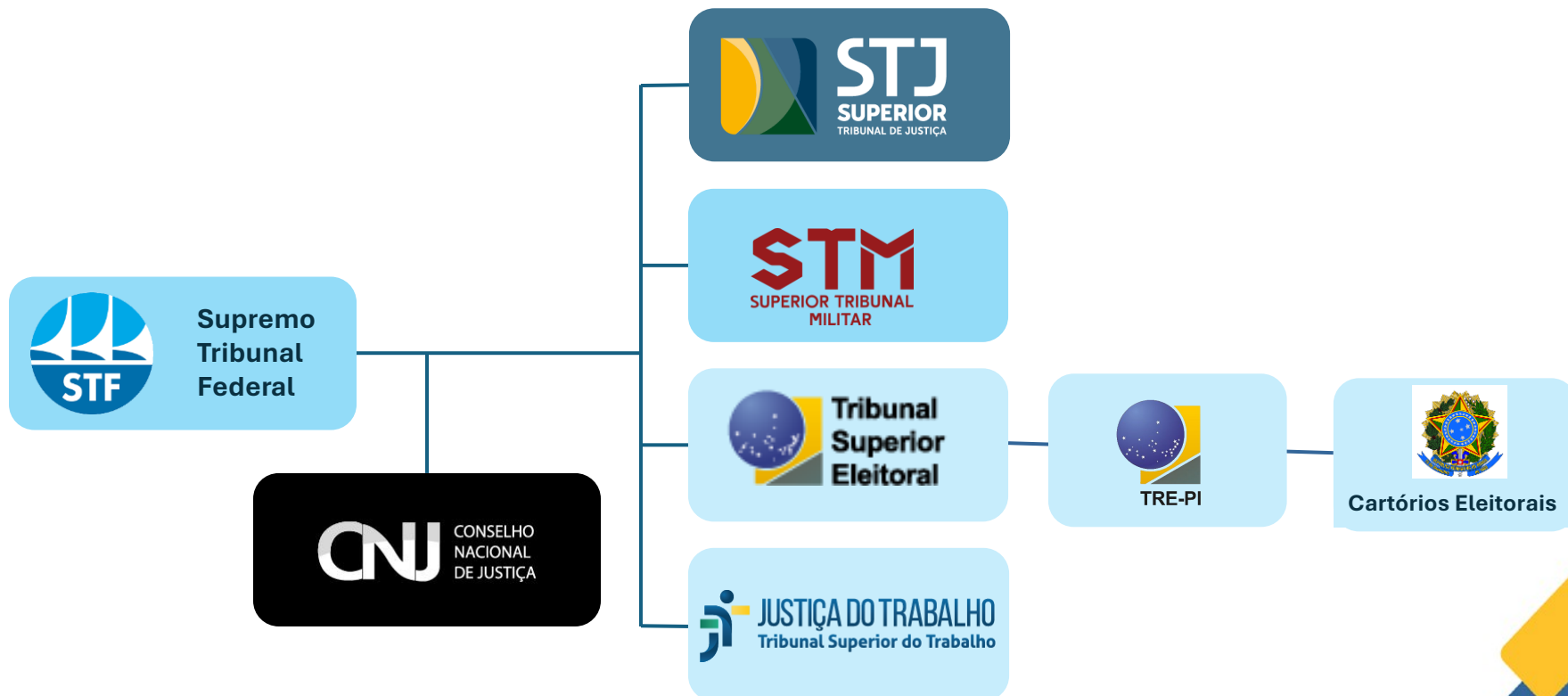
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



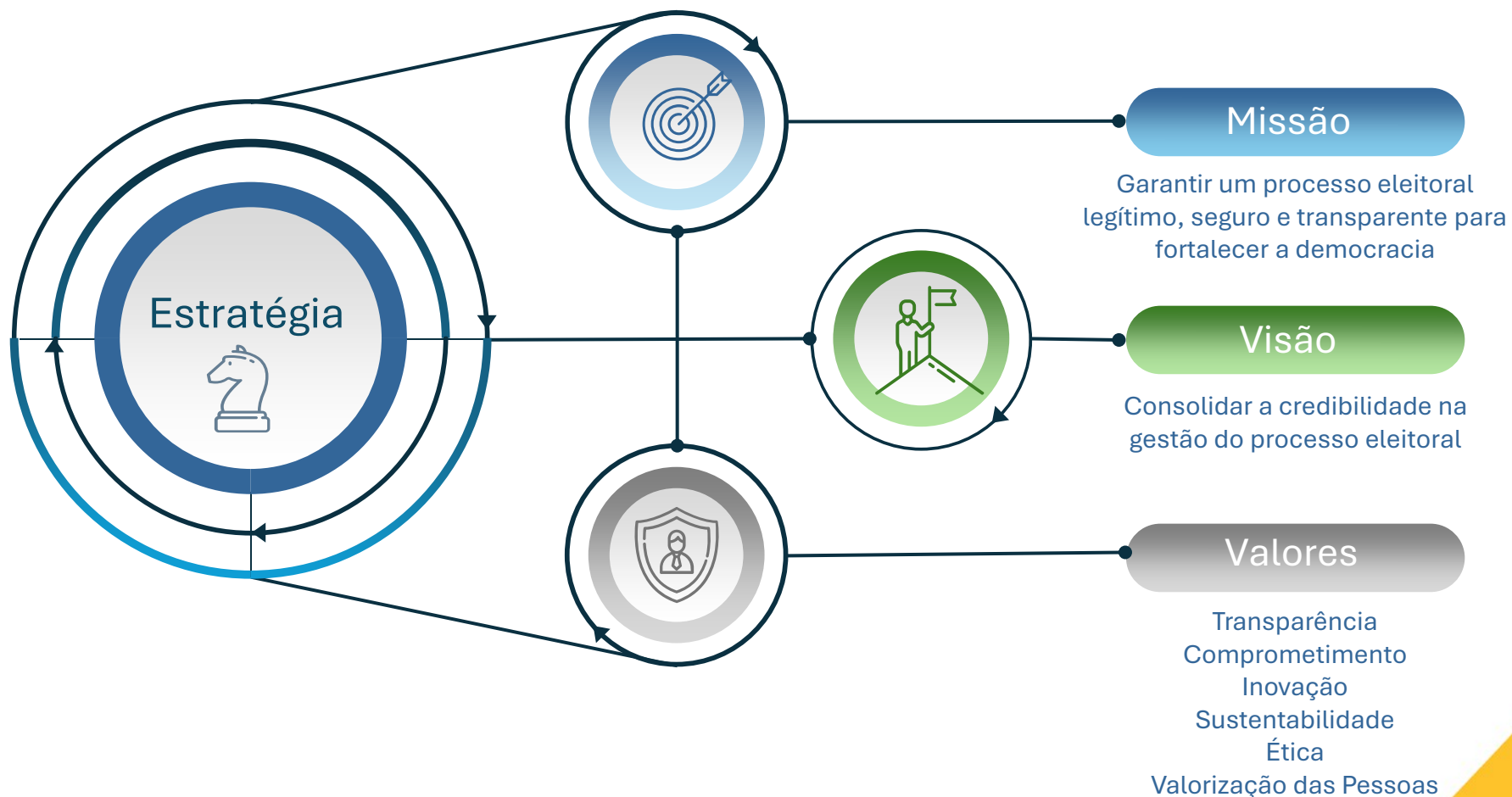
1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1. Sobre o TRE-PI

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocupa o topo da pirâmide da **Justiça Eleitoral**, sendo o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) a unidade judiciária que é responsável direta pela administração do processo eleitoral no Estado do Piauí. Sua estrutura conta com os Juízos Eleitorais e com as Juntas Eleitorais. Administrativamente os Cartórios Eleitorais administram as respectivas jurisdições formadas por Zonas Eleitorais.

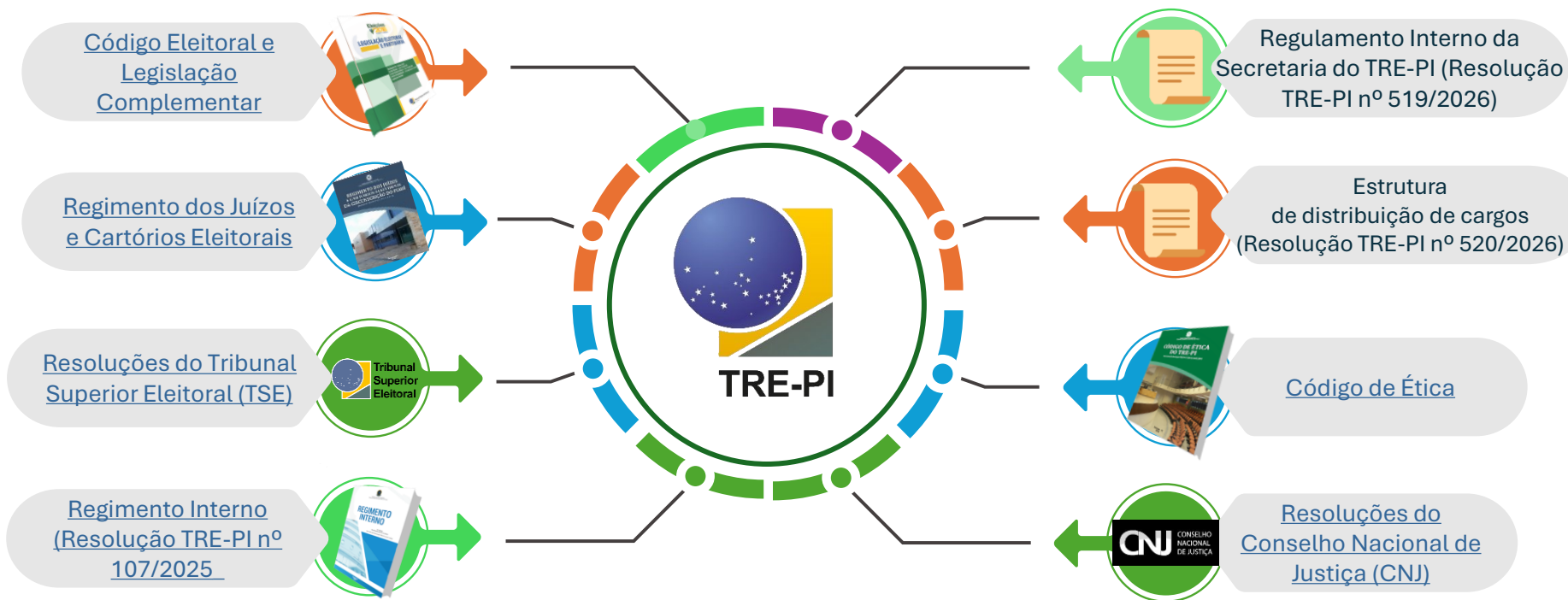


1.2. Missão, Visão e Valores



1.3. Normas Direcionadoras

A [Constituição Federal](#), como Carta Magna, leis e regulamentos correlatos, bem como as principais diretrizes infraconstitucionais destacadas:

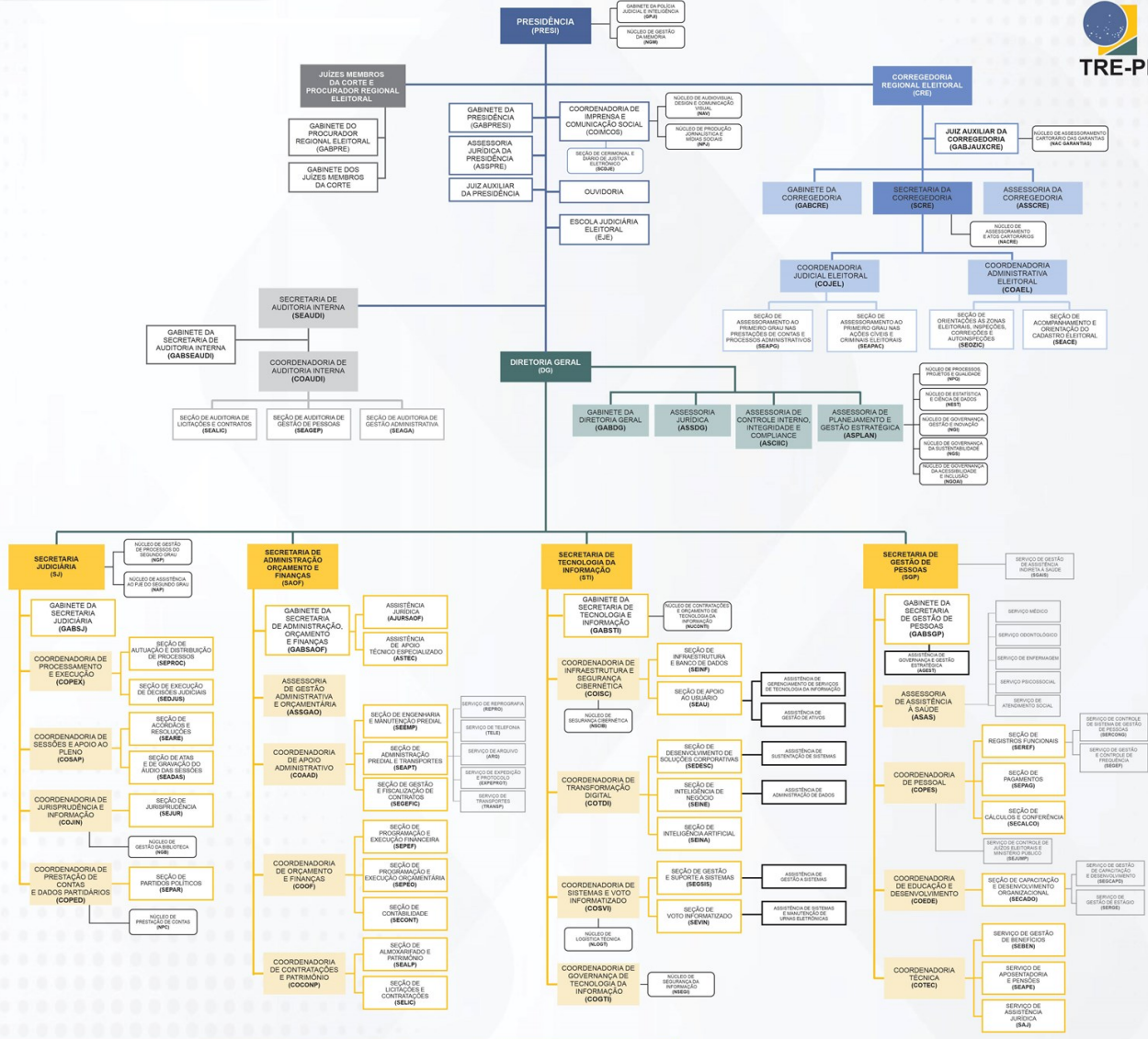


Clique [AQUI](#) para ter acesso às regulamentações do TRE-PI



1.4. Organograma

ORGANOGRAMA DO TRE-PI



1.5. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor constitui o conjunto de macroprocessos desenvolvidos com a finalidade de agregar valor aos produtos e serviços ofertados à sociedade.

NOSSOS RECURSOS

PESSOAL, INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Força de trabalho
534
pessoas

Ações educacionais
6
ações

Pessoas capacitadas
725
da força de trabalho

TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Disponibilidade de soluções de TI
93%
do tempo

Investimentos em TI
R\$ 7,9
milhões

Capacitação em segurança da informação
85%
da força de trabalho

INFRAESTRUTURA, BENS E SERVIÇOS DE APOIO

Atendimento ao eleitorado
74
unidades físicas

Índice de contratações sustentáveis
40%
contratações

Plano de Logística Sustentável
82%
da execução do PLS

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Dotação orçamentária
R\$ 219,6
milhões

Orçamento pago
R\$ 244,3
milhões

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Acordos de cooperação vigentes
79

Manifestações na Ouvidoria
1.850

Satisfação dos clientes
95,4%

Campanhas institucionais
5

APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS



GERAM >>>

SEGURANÇA, INTEGRIDADE E LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

SEGURANÇA E CONFORMIDADE JURÍDICAS DO PROCESSO ELEITORAL

CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO INCLUSIVO DA CIDADANIA

PRODUTOS >>>

- 153.110 Cadastros eleitorais realizados
- 304.277 Cadastros partidários realizados de eleitorado apto a votar
- 588 Candidaturas registradas
- 212 Urnas eletrônicas preparadas
- 212 Urnas eletrônicas distribuídas
- 164 Urnas eletrônicas utilizadas

- 154 Processos julgados que podem levar à perda do mandato eletivo
- 8.990 Processos judiciais e recursos ordinários julgados
- 11.486 Processos judiciais baixados

- 16 Ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
- 31 Pontos de inclusão digital

RESULTADOS

- 20 eleições comunitárias realizadas e auditadas
- 3 eleições suplementares de Conselhos Tutelares
- Manutenção corretiva em 2.047 urnas eletrônicas

- Metas Nacionais cumpridas
- Taxa de Congestionamento Líquida no 1º Grau de 12,3% e no 2º Grau de 11% para uma meta de 20%.

- 6.025 pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania e educação eleitoral realizadas
- 23.142 atendimentos nos Pontos de Inclusão Digital

IMPACTOS

Redução da corrupção

Fortalecimento da democracia

Confiança nas instituições

Execução das políticas públicas

1.6. Macroprocessos

MACROPROCESSOS DE 1º NÍVEL

FINALÍSTICOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral

PRESTAÇÃO JURISDICIAL

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

VALOR PÚBLICO GERADO

APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

VALOR PÚBLICO GERADO

PROCESSOS DE 2º NÍVEL

FINALÍSTICOS

REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES E CONSULTAS POPULARES

1. Planejar, monitorar e avaliar eleições
2. Manter atualizados os cadastros eleitorais
3. Registrar candidaturas
4. Registrar a pesquisa de intenção de votos e organizar o horário eleitoral
5. Fiscalizar a propaganda eleitoral
6. Executar atos gerais do processo eleitoral
7. Realizar captação de votos, apuração, transmissão, totalização e divulgação dos resultados
8. Realizar auditoria das eleições
9. Analisar contas de campanha eleitoral
10. Diplomar candidaturas eleitas

VALOR PÚBLICO GERADO

Segurança, integridade e legitimidade do processo eleitoral

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

1. Realizar o processamento e o julgamento de Ações Originárias e de Recursos Judiciais
2. Realizar o Acompanhamento e o Cumprimento de Decisões Judiciais
3. Criar e gerir a jurisprudência

Segurança e conformidade jurídicas do processo eleitoral

EDUCAÇÃO ELEITORAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

1. Promover ações de cidadania e de educação eleitoral observando a diversidade e responsabilidade socioambiental
2. Promover o enfrentamento à desinformação
3. Apoiar a realização de eleições comunitárias
4. Promover a memória institucional

Conscientização política e fortalecimento do exercício inclusivo da cidadania

APOIO ESTRATÉGICO E ADMINISTRATIVO

GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL

1. Gerir estratégia, riscos e desempenho
2. Gerir pessoas, informação, conhecimento e inovação
3. Gerir tecnologia e segurança da informação
4. Gerir infraestrutura, bens e serviços de apoio
5. Gerir comunicação e relacionamento institucional
6. Gerir orçamento, finanças e contabilidade

Desempenho efetivo no cumprimento da missão institucional

1.7. Canais de Atendimento à Cidadã e ao Cidadão - Ouvidoria

A Ouvidoria consolidou-se como um canal estratégico de interlocução entre a sociedade e o TRE-PI, priorizando a escuta qualificada, a transparência e a garantia dos direitos dos usuários dos serviços públicos.

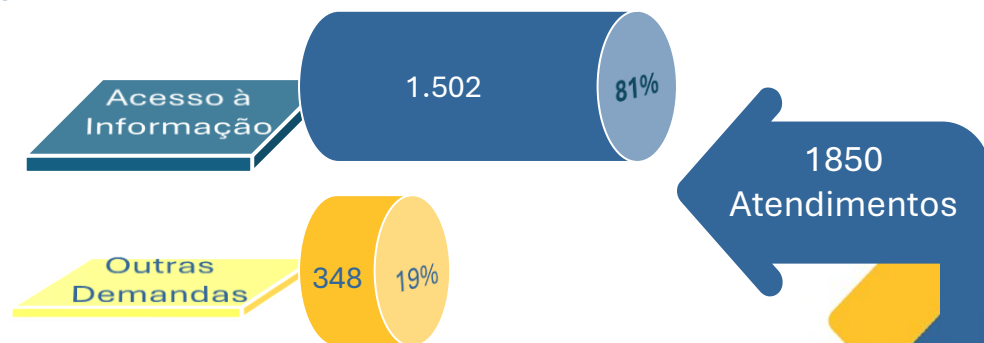
Foi criada em 2009 e atualmente as atividades estão regulamentadas na Resolução TRE-PI nº 463/2023.

A Ouvidoria preocupa-se constantemente com a inclusão de todas as pessoas no seu processo de atendimento. Para assegurar a acessibilidade, o órgão disponibilizou diversos meios de comunicação — como e-mail, telefone, WhatsApp e atendimento presencial — para o recebimento de pedidos de informação, sugestões, denúncias e elogios.

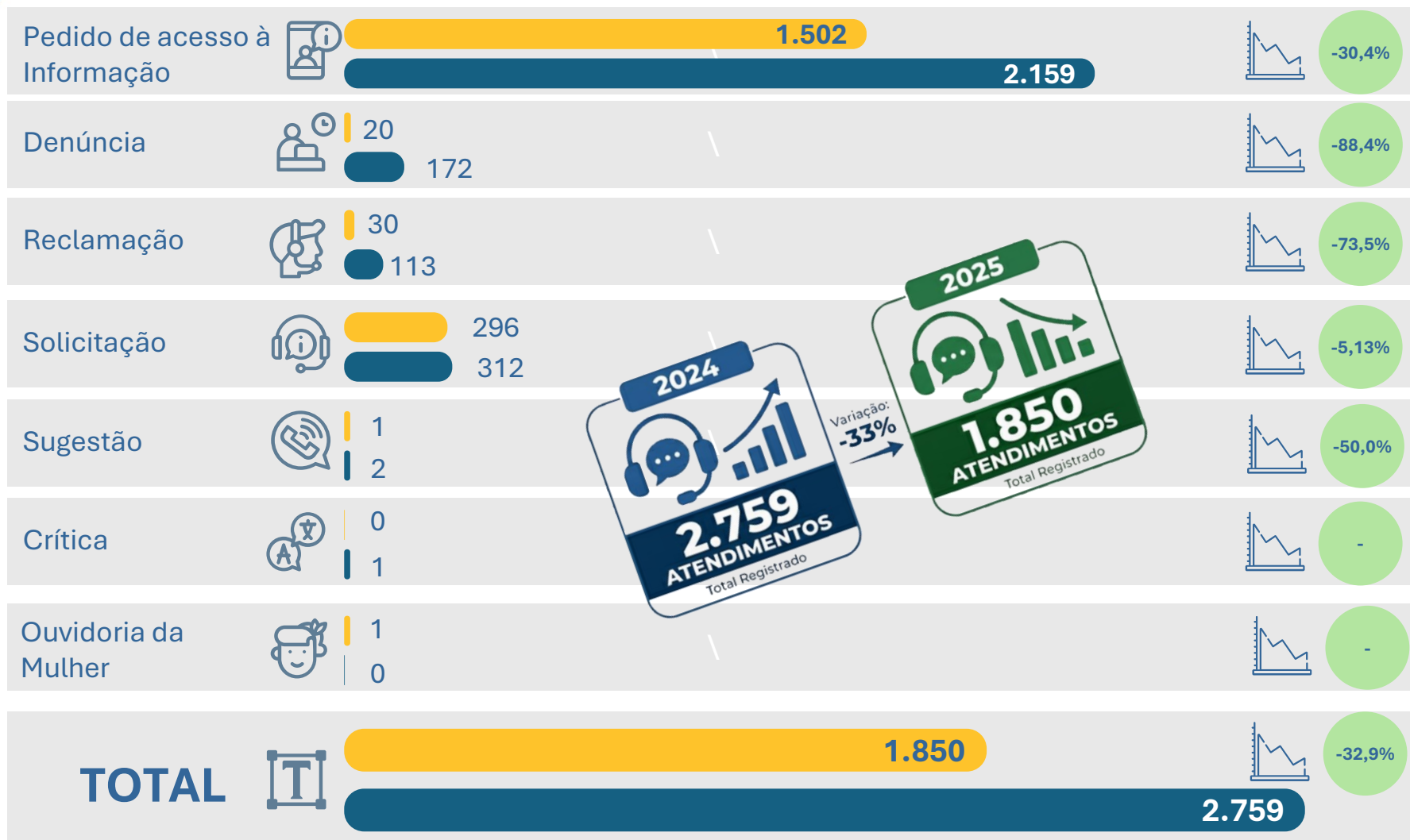
Além do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da atuação como unidade encarregada pelo tratamento de dados pessoais (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), nos termos da Lei nº 13.709/2018, destacou-se pela implementação de ações específicas da Ouvidoria da Mulher, criada em 2021, focadas na prevenção e no combate ao assédio, à discriminação e à violência doméstica e familiar.

1.8. Tipos de Manifestações

No exercício de 2025, a Ouvidoria atendeu 1.850 manifestações, sendo 910 registros no primeiro semestre e 940 registros no segundo semestre, com uma média mensal de 154 atendimentos.



Classificação das Demandas 2024 vs 2025



2024

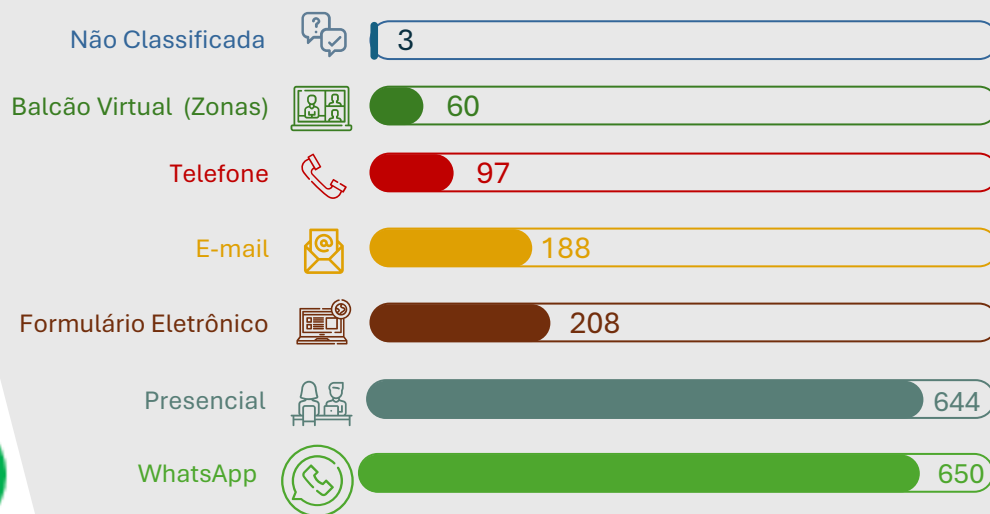
2025

Estatísticas de Atendimento da Ouvidoria

Assuntos mais Recorrentes em 2025



Canais de Atendimento



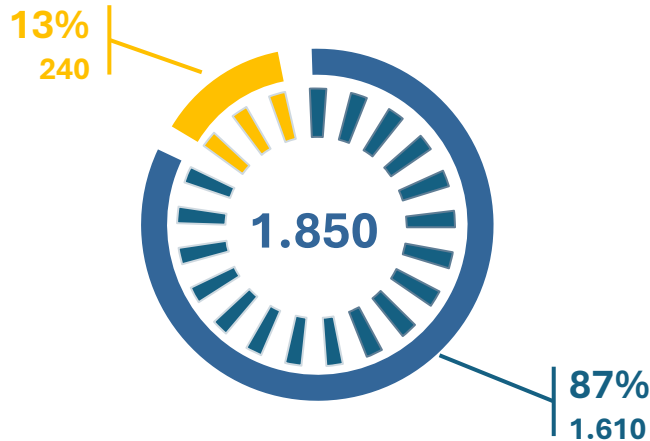
1.9. Relatos do CNJ

Em 2025, a Ouvidoria recebeu **dois relatos** encaminhados pela Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, os quais foram devidamente tratados e respondidos dentro dos prazos **regulamentares**.

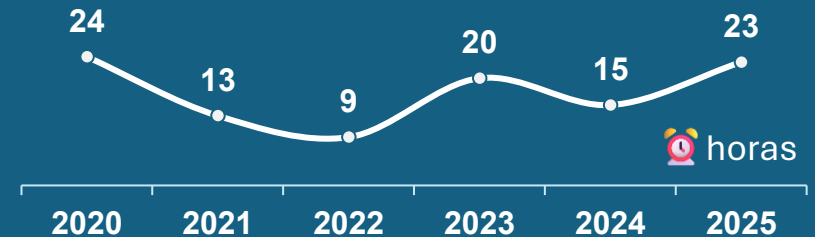


1.10. Indicadores de Gestão

De todos os 1.850 atendimentos realizados no ano de 2025, 87% foram tratados e solucionados pela equipe da Ouvidoria e 13% direcionados para outras unidades.

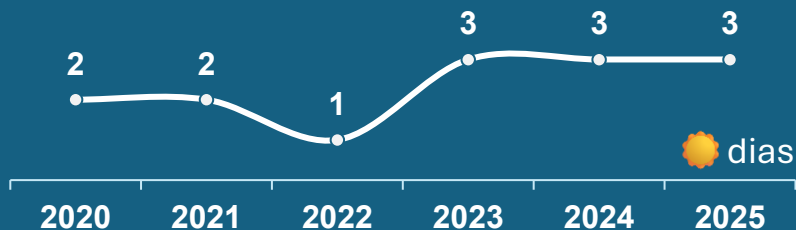


Tempo Médio de Atendimento do SIC



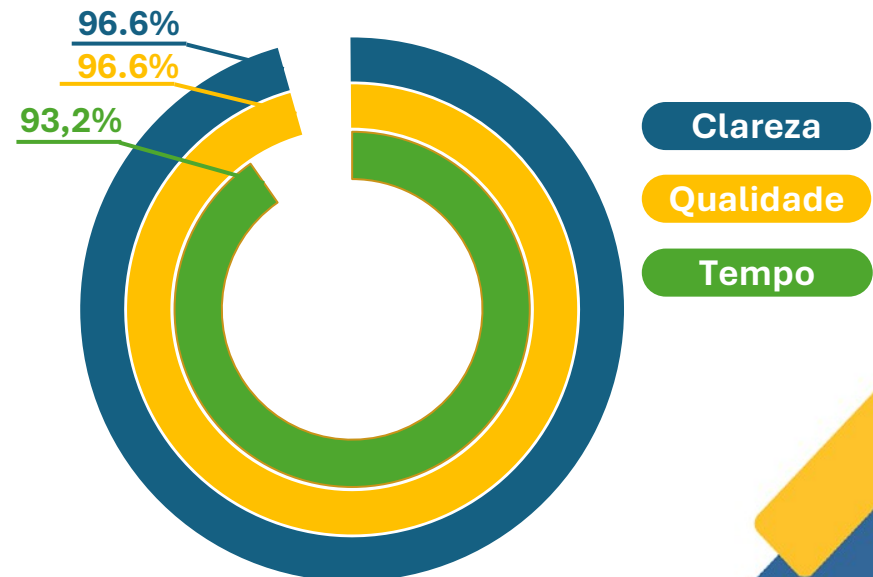
A referência de tempo indicado pela Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527/2011](#)) é de 20 dias.

Tempo Médio de Atendimento da Ouvidoria

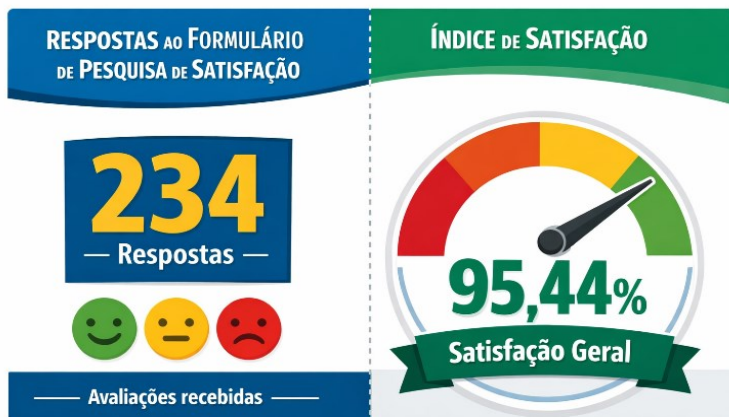


A referência de tempo indicado pela Lei de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração Pública ([Lei 13.460/2017](#)) é de 30 dias.

Índice de Satisfação com o Atendimento Prestado pela Ouvidoria



Grau de Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria



[Página Internet da Ouvidoria](#)

[Relatório Anual Ouvidoria Eleitoral 2025](#)

Canais de Atendimento da Ouvidoria



1.11. Ouvidoria da Mulher

A Ouvidoria da Mulher consolidou-se como um canal de acolhimento e de encaminhamento para casos de assédio, discriminação e violência doméstica. Sua atuação está regulamentada na Resolução TRE-PI nº 433/2021 (Ouvidoria da Mulher) e na Resolução TRE-PI nº 485/2024, do Programa Florescer, focado na segurança e proteção de magistradas e de servidoras.

	2025	Em Acompanhamento
Violência Doméstica	1	1
Assédio Moral	3	1



2

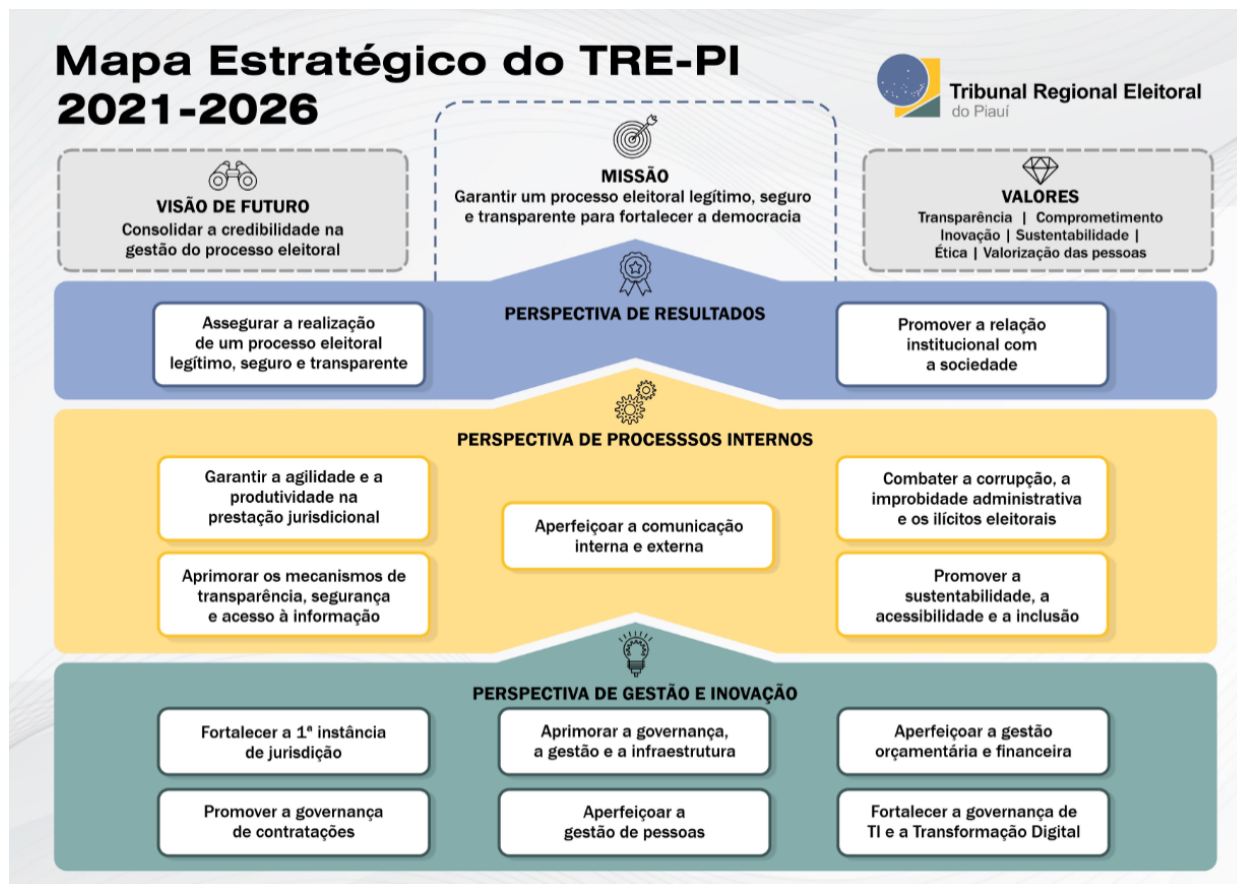
Governança, Estratégia e Desempenho



2. Governança, Estratégia e Desempenho

2.1. Plano Estratégico do TRE-PI

O Plano Estratégico do TRE-PI, instituído pela [Resolução nº 420/2021](#) e revisado pela [Resolução nº 470/2023](#), fundamenta-se nas diretrizes da [Resolução CNJ nº 325/2020](#). Trata-se do instrumento central de gestão que norteia a instituição no cumprimento de sua missão e no alcance de seus objetivos estratégicos, sempre pautado pelos valores organizacionais.



2.2. Perspectivas do Planejamento Estratégico

O TRE-PI concentra suas ações focando em três perspectivas relacionadas entre si, visando a busca de sua missão institucional de “garantir um processo eleitoral legítimo e transparente para fortalecer a democracia”.



2.3. Indicadores de Desempenho

O monitoramento da Estratégia do TRE-PI estrutura-se em 33 indicadores de desempenho associados aos objetivos estratégicos institucionais.

A análise dos resultados compete ao CONGEST- Conselho de Governança da Estratégia, criado pela Resolução TRE-PI nº 382/2020, que se reúne trimestralmente para a Reunião de Análise da Estratégia - RAE.

Vale destacar que a apuração da produtividade jurisdicional converge com as diretrizes do CNJ, permitindo uma avaliação de desempenho integrada aos parâmetros da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

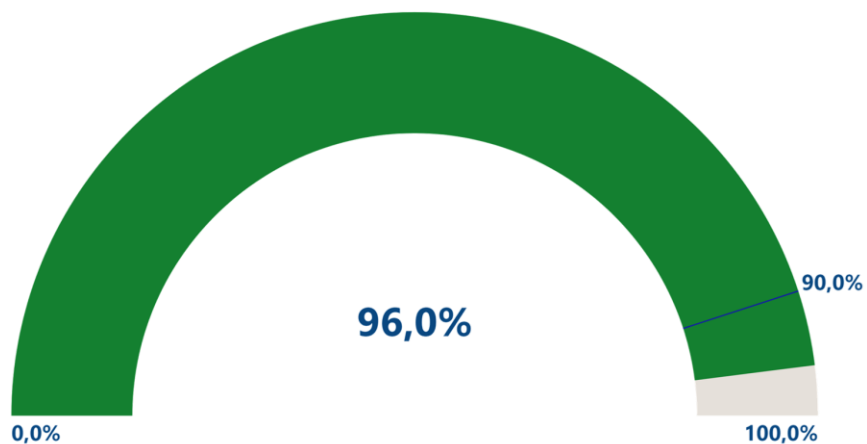




Perspectiva de Resultados

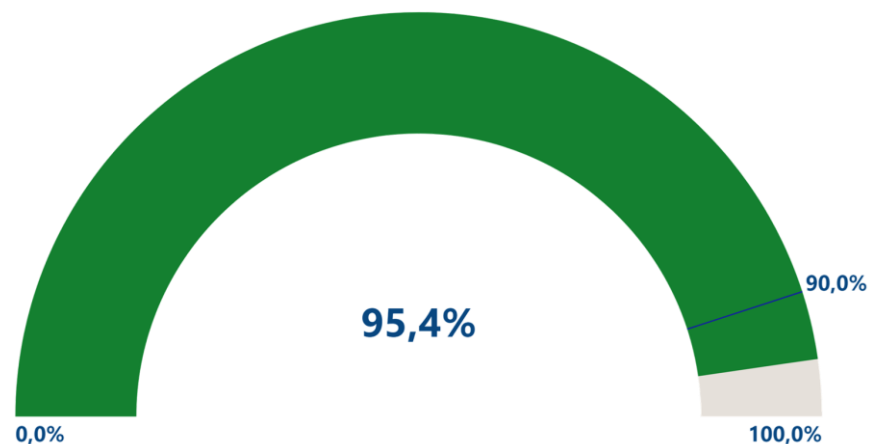
Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente

Índice de Satisfação do Usuário com os Serviços Prestados pelo TRE-PI



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 90,0%
Desempenho: 96,0% (Cumprido)

Índice de Satisfação com o Atendimento Prestado pela Ouvidoria



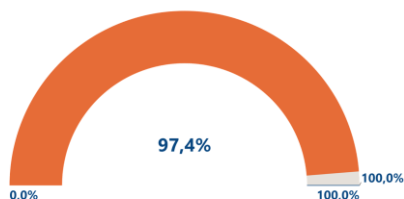
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 90,0%
Desempenho: 95,4% (Cumprido)



Perspectiva de Resultados

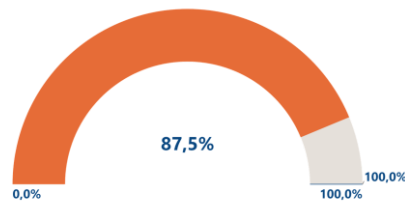
Promover a relação institucional com a sociedade

Índice de Atendimento à
Demanda do 1º Grau



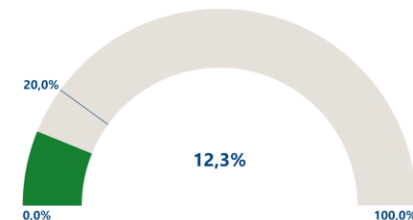
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 100%
Desempenho: 97,4% (Não cumprido)

Índice de Atendimento à
Demanda do 2º Grau



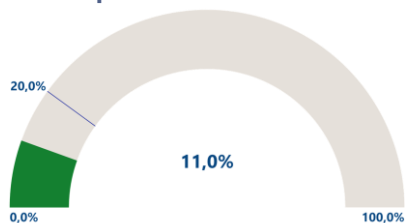
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 100%
Desempenho: 87,5% (Não cumprido)

Taxa de Congestionamento
Líquida do 1º Grau



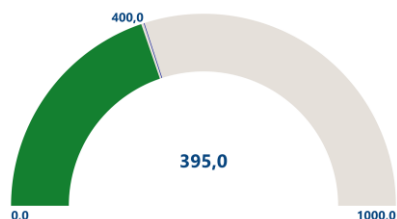
Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 20,0%
Desempenho: 12,3% (Cumprido)

Taxa de Congestionamento
Líquida do 2º Grau



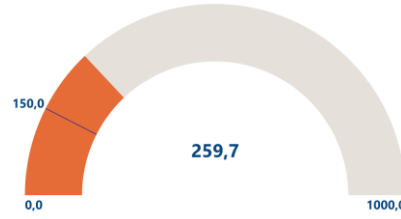
Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 20,0%
Desempenho: 11,0% (Cumprido)

Tempo de Tramitação dos
Processos Pendentes do 1º Grau



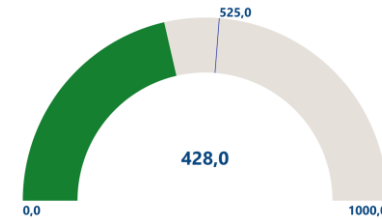
Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 400 dias
Desempenho: 395,0 dias (Cumprido)

Tempo de Tramitação dos
Processos Pendentes do 2º Grau



Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 150 dias
Desempenho: 259,7 dias (Não cumprido)

Tempo Médio das Ações
Penais



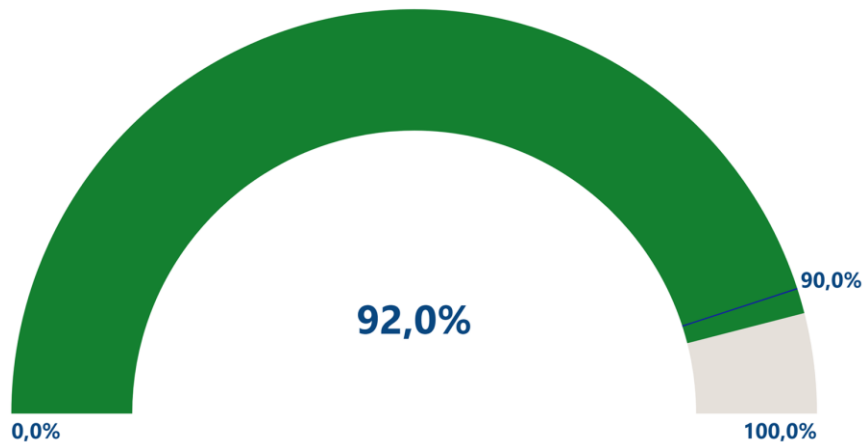
Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 525 dias
Desempenho: 428,0 dias (Cumprido)



Perspectiva de Processos Internos

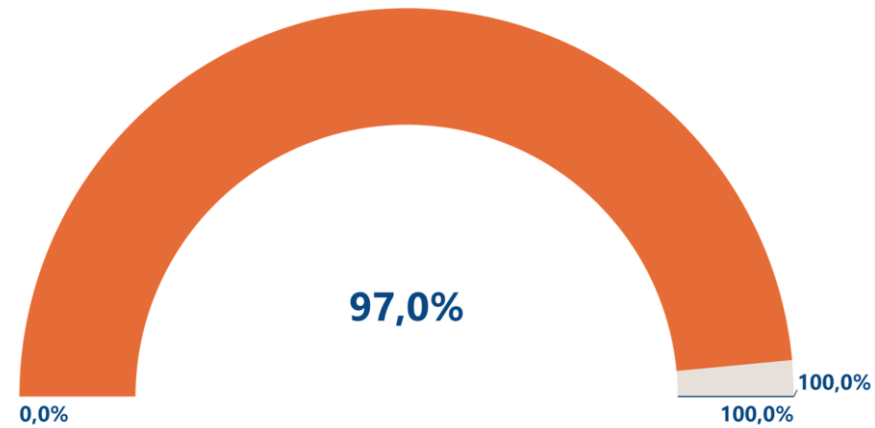
Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

Índice de Aderência à Política de Segurança da Informação



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 90,0%
Desempenho: 92,0% (Cumprido)

Índice de Transparência



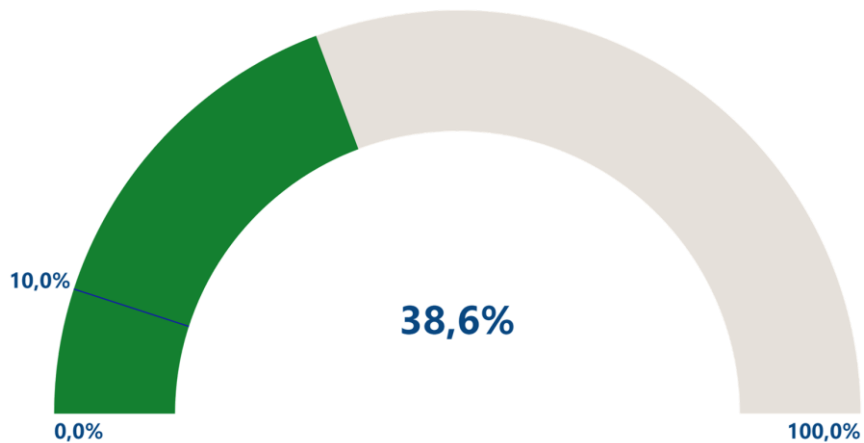
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 100%
Desempenho: 97,0% (Não cumprido)



Perspectiva de Processos Internos

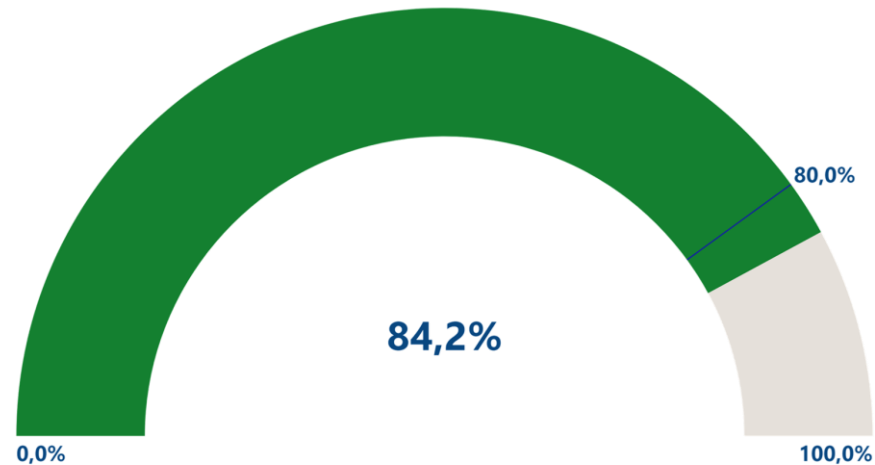
Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

Índice de Notícias do TRE-PI



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 10,0%
Desempenho: 38,6% (Cumprido)

Índice de Satisfação com a Comunicação Interna



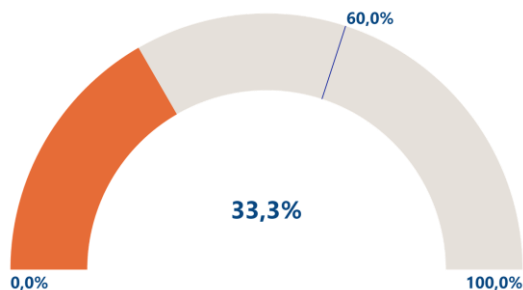
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 80,0%
Desempenho: 84,2% (Cumprido)



Perspectiva de Processos Internos

Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados

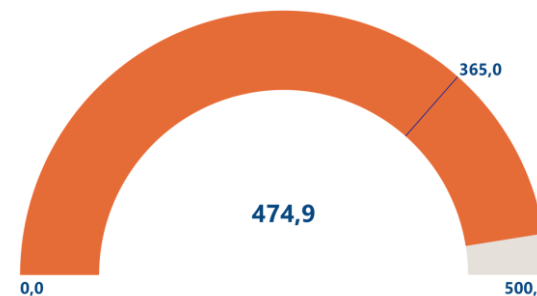


Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 60,0%

Desempenho: 33,0% (Não cumprido)

Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais

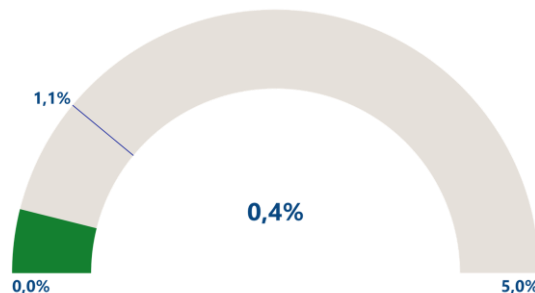


Polaridade: quanto menor melhor

Meta para 2025: 365 dias

Desempenho: 474,9 dias (Não cumprido)

Índice de Prescrição



Polaridade: quanto menor melhor

Meta para 2025: 1,1%

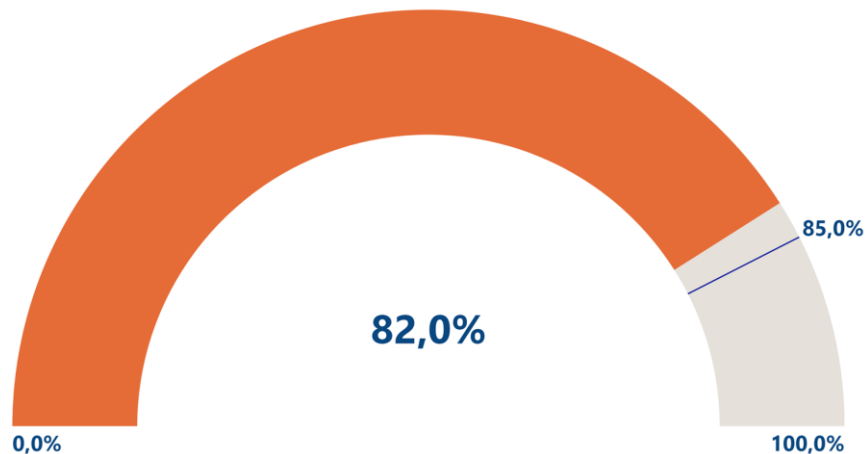
Desempenho: 0,4% (Cumprido)



Perspectiva de Processos Internos

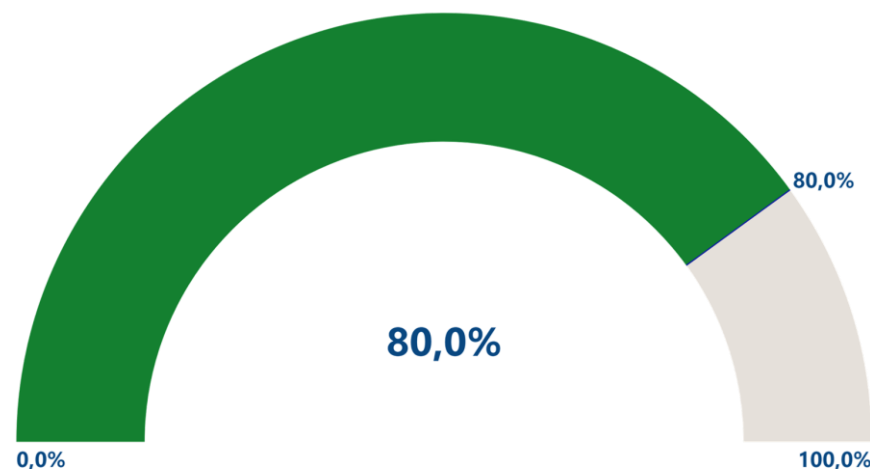
Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Índice de Alcance das Metas Socioambientais



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 85,0%
Desempenho: 82,0% (Não cumprido)

Índice de Acessibilidade



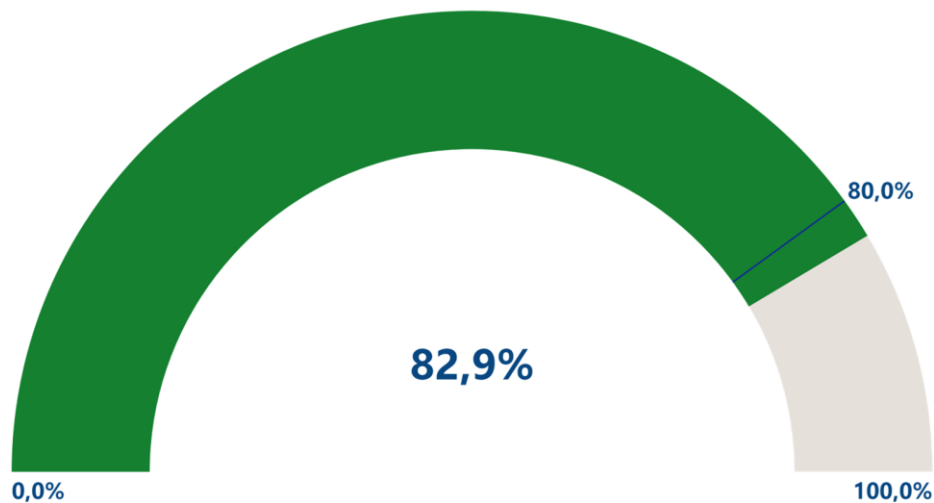
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 80,0%
Desempenho: 80,0% (Cumprido)



Perspectiva de Gestão e Inovação

Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

Taxa de Adequação das Instalações Físicas dos Cartórios Eleitorais



Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 80,0%

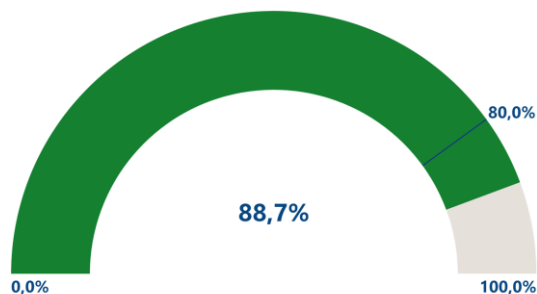
Desempenho: 82,9% (Cumprido)



Perspectiva de Gestão e Inovação

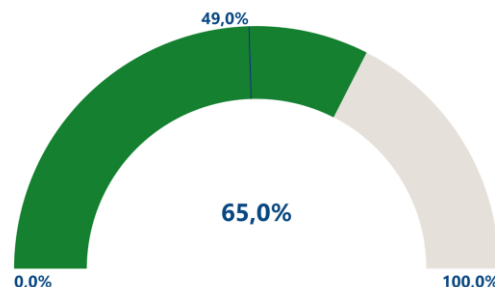
Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura

Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade no Eixo Governança



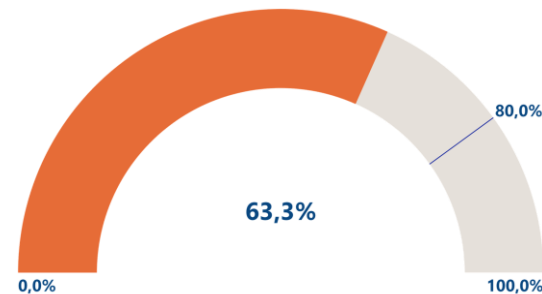
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 80%
Desempenho: 88,7% (Cumprido)

Índice de Governança Organizacional Pública (iGG)



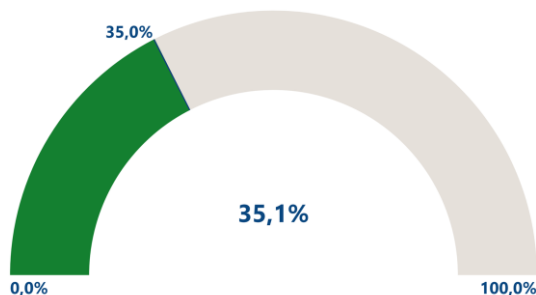
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 49,0%
Desempenho: 65,0% (Cumprido)

Índice de Cumprimento das Recomendações de Auditoria



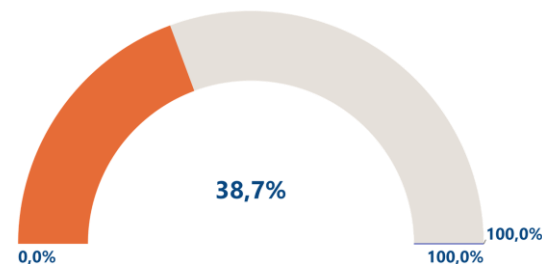
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 80,0%
Desempenho: 63,3% (Não cumprido)

Índice de Cumprimento das Inspeções de Ciclo



Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 35,0%
Desempenho: 35,1% (Cumprido)

Taxa de Condições Adequadas de Segurança



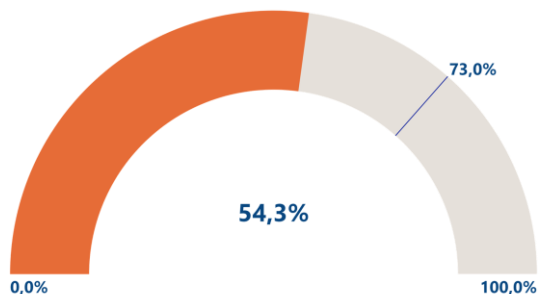
Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 100%
Desempenho: 38,7% (Não cumprido)



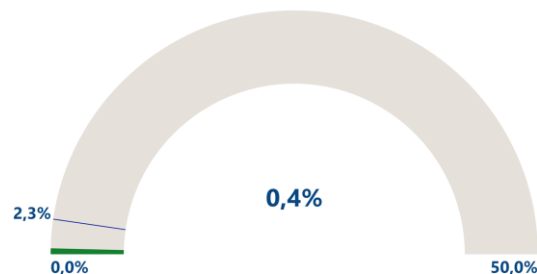
Perspectiva de Gestão e Inovação

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Índice de Aderência Orçamentária

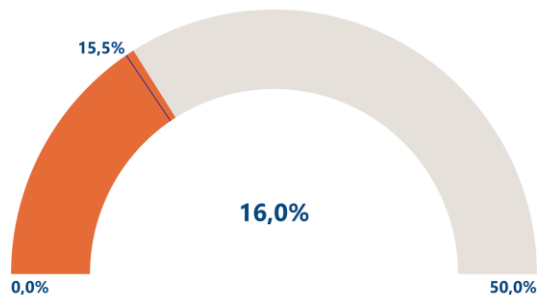


Polaridade: quanto maior melhor
Meta para 2025: 73,0%
Desempenho: 54,3% (Não cumprido)



Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 2,3%
Desempenho: 0,4% (Cumprido)

Índice de Inscrição em Restos a Pagar



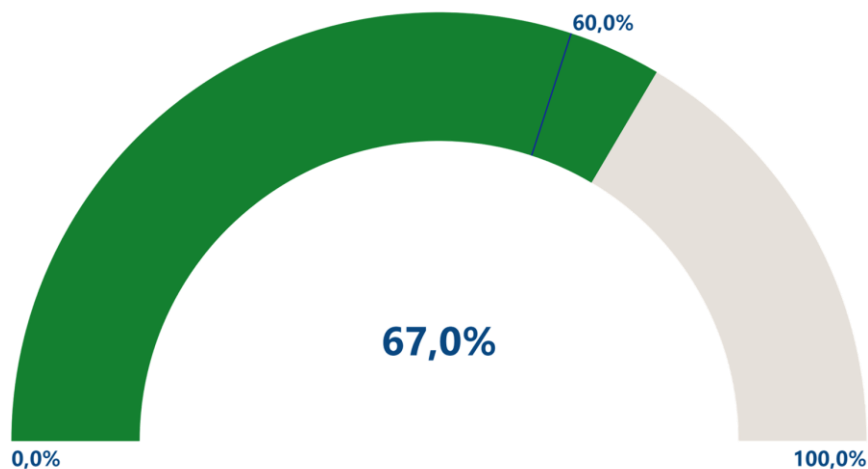
Polaridade: quanto menor melhor
Meta para 2025: 15,5%
Desempenho: 16% (Não cumprido)



Perspectiva de Gestão e Inovação

Promover a governança de contratações

Índice de Governança de Contratações (iGovContrat)

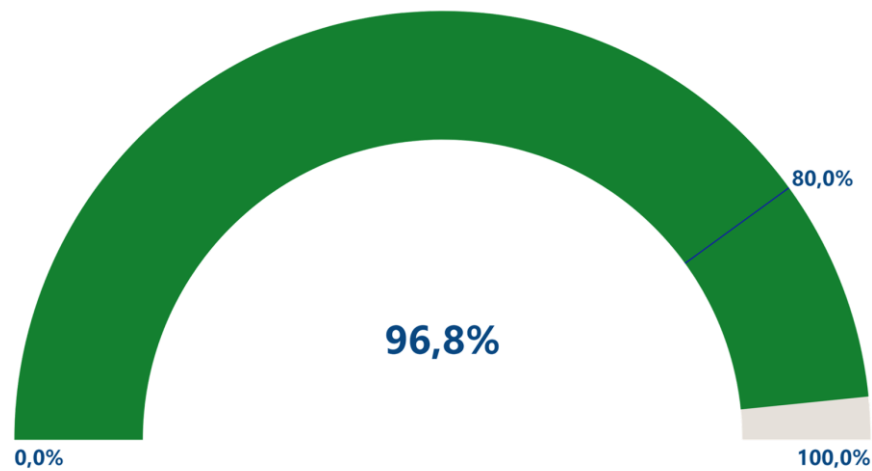


Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 60,0%

Desempenho: 67,0% (Cumprido)

Índice de Aderência ao Plano de Contratações Anual



Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 80,0%

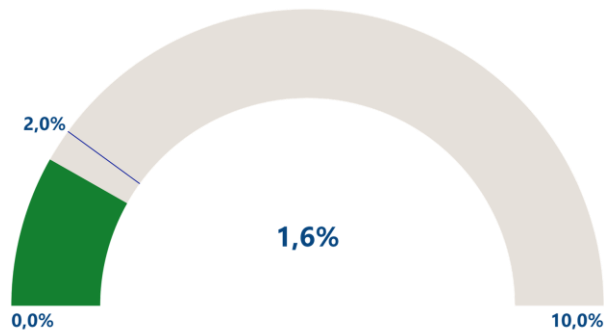
Desempenho: 96,8% (Cumprido)



Perspectiva de Gestão e Inovação

Aperfeiçoar a gestão de pessoas

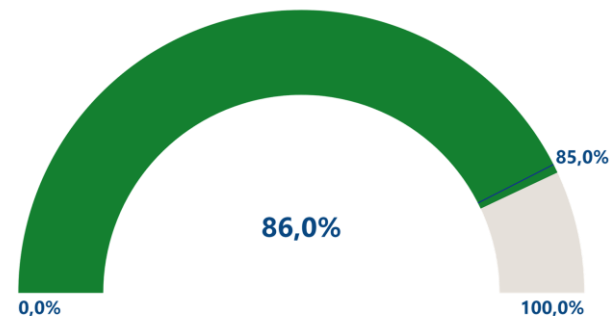
Índice de Absenteísmo



Polaridade: quanto menor melhor

Meta para 2025: 2,0%

Desempenho: 1,6% (Cumprido)

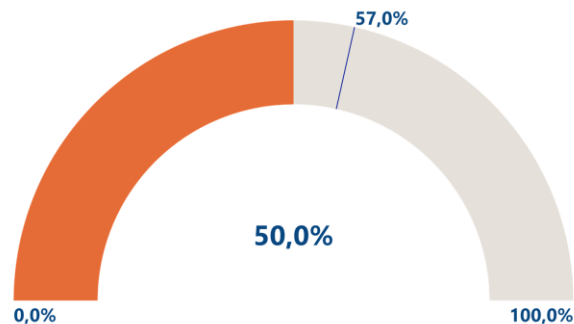


Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 85,0%

Desempenho: 86,0% (Cumprido)

Índice de Governança de Pessoas (iGovPessoas)



Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 57,0%

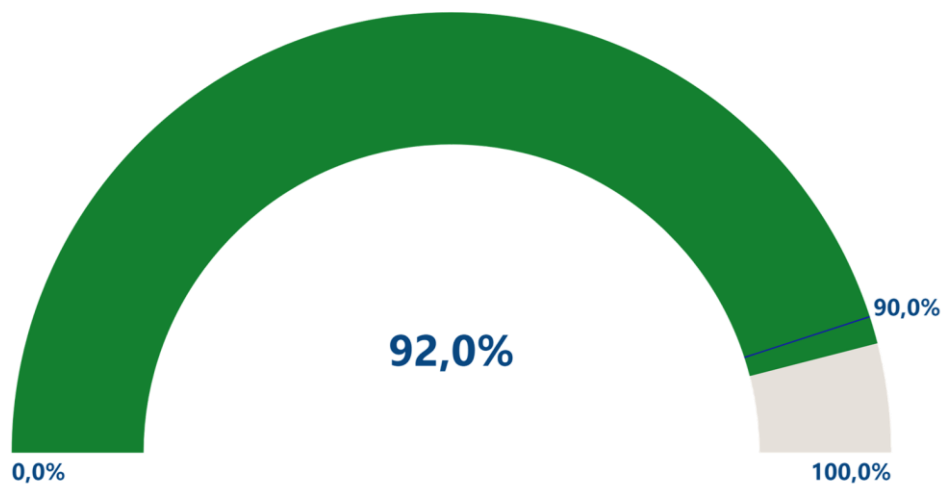
Desempenho: 50,0% (Não cumprido)



Perspectiva de Gestão e Inovação

Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital

iGovTIC-JUD



Polaridade: quanto maior melhor

Meta para 2025: 90,0

Desempenho: 92,0 (Cumprido)

2.4. Iniciativas para Alcance dos Objetivos Estratégicos

Perspectiva
de
Resultados



Assegurar a realização de um processo eleitoral legítimo, seguro e transparente

Iniciativa	Resultado
CotaHE - Sistema de Apoio ao Acompanhamento das Cotas do Horário Eleitoral	Desenvolvimento de ferramenta para auxílio no monitoramento das cotas da distribuição de tempo de propaganda eleitoral destinadas às candidaturas negras e gênero.
Planejamento e Avaliação do Programa das Eleições	Avaliação das Eleições 2024 e elaboração do Planejamento Integrado das Eleições 2026
Projeto Biometria	Mobilizadas todas as zonas eleitorais visando a captura de dados biométricos de 100% do eleitorado e disponibilizados 02 painéis de BI para o monitoramento.
Manutenção Preventiva de Urnas Eletrônicas	Realização de 03 ciclos de manutenção preventiva nas urnas e baterias
Eleições com Transparência	Estabelecimento de estratégia de comunicação para o processo eleitoral de 2026, abrangendo desde a operação do Centro de Divulgação nos dias de votação até o suporte à cerimônia de diplomação dos eleitos.

Perspectiva
de
Resultados



Promover a relação institucional com a sociedade

Iniciativa	Resultado
Ações de Cidadania e Memória na Justiça Eleitoral	Palestra na Escola Marista Champagnat Teresina com 491 participantes.
Implantação de Solução de Omnichannel	Implantação de solução de comunicação centralizada com os jurisdicionados da Justiça Eleitoral, com uso do whatsapp de forma centralizada, com envio de cerca de 200 mil mensagens para eleitores sem biometria.
Eleições Comunitárias	Foram realizadas 20 Eleições Comunitárias, com a preparação de 193 urnas (150 de seção e 43 de contingência) com o comparecimento de 10.080 eleitores. Cabe destaque para a realização da 2ª edição do Parlamento do Futuro , resultado da parceria entre ALEPI, SEDUC e TRE-PI para que alunos da rede de ensino estadual tenham a oportunidade de vivenciar, na prática, um processo eleitoral, desde o registro da candidatura até o exercício parlamentar.
Eleições para Conselheiro Tutelar	Foram realizadas 3 Eleições Suplementares de Conselhos Tutelares para 3 municípios (Baixa Grande do Ribeiro, Ipiranga do Piauí e Redenção do Gurgueia), com a preparação de 19 urnas (14 de seção e 5 de contingência) com o comparecimento de 3126 eleitores
Implantação de Wi-fi Cidadão	Disponibilização de acesso gratuito à rede Wi-Fi nas dependências de 38 cartórios eleitorais.
Melhoria do Sistema Elcom	Otimização do fluxo operacional nos pedidos de empréstimo de urnas eletrônicas e no compartilhamento de dados críticos para realização de eleições comunitárias.

Perspectiva
de
Resultados



Promover a relação institucional com a sociedade

Iniciativa	Resultado
Atendimento Regionalizado	Alteração de sistemática de atendimento passou a permitir que o cidadão possa ter acesso aos serviços de alistamento, transferência, revisão, regularização de situação eleitoral em qualquer cartório eleitoral ou central de atendimento, independentemente da sua sede de domicílio eleitoral.
Disponibilização de Roteiro para Atendimento de Pessoas com Deficiência	Elaborado roteiro operacional do kit biométrico com orientações sobre os procedimentos a serem realizados no atendimento de pessoas com deficiência.
Concessão de Acesso a Usuários Externos ao Sistema SEI do TRE-PI	Concedidos 219 acessos para usuários externos dentro do ciclo 2025.
Realização de atendimentos Descentralizados	Realizados cerca de 166 atendimentos descentralizados de eleitores, permitindo a aproximação da justiça eleitoral do cidadão.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Garantir a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

Iniciativa	Resultado
Gestão Processual 2º Grau	Implementação de painel para monitoramento dos processos em tramitação no 2º Grau de Jurisdição, resultando na redução de 21% da Taxa de Congestionamento Líquida e de 26% do Tempo Médio do 2º Grau, comparando-se o ciclos de 2024 e o primeiro semestre de 2025.
Treinamento e Capacitação no Sistema de Análises de Prestação de Contas Partidárias Anuais - SPCA	Capacitados servidores de todas as zonas eleitorais do estado no tema de prestação de contas anuais com 100% de aprovação do curso pelos servidores capacitados.
Realização de Seminário de Integração de novas servidoras e servidores	Capacitação de novas servidoras e servidores sobre os diversos aspectos administrativos, legais e jurídicos necessários à sua atuação nos novos cargos.
Treinamento sobre nova Versão do Sistema Filia/TSE	Capacitação de mais de 100 servidores, como foco central na garantia da legalidade e da transparência no processo de filiação partidária. O treinamento permitirá maior confiabilidade dos dados, o cumprimento rigoroso da legislação eleitoral e a padronização de procedimentos, promovendo maior agilidade administrativa e segurança na proteção das informações dos filiados, o que fortalece a credibilidade institucional.
Melhoria da Antessala do Plenário	Melhoria na infraestrutura e nas transmissões das sessões judiciárias e eventos pelos canais oficiais do tribunal.
Implantação do Sistema DataCor Eleitoral	Redução das limitações técnicas de extração de dados do Processo Judicial Eletrônico (PJe), permitindo visão analítica e segmentada do acervo processual, maior acurácia nas informações, identificação de padrões e tendências de litigiosidade, além de relatórios robustos para subsidiar decisões estratégicas da Alta Administração.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aprimorar os mecanismos de transparência, segurança e acesso à informação

Iniciativa	Resultado
Atualização da página de Segurança da Informação na intranet	Divulgação dos principais normativos de Segurança da Informação do Tribunal para o público interno
Desenvolvimento de Normativos de Segurança da Informação	Publicação de normativos de segurança da informação regulamentando as ações a serem adotadas para garantir maior segurança da informação.
Realização de Campanhas de Conscientização em Segurança Cibernética	Realização de 3 campanhas de conscientização em segurança cibernética para os usuários de computadores da justiça eleitoral.
Emissão de Certificados Digitais tipo A3	Emissão de 166 certificados digitais para servidores do TRE-PI.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Iniciativa	Resultado
Atualização Parcial do Manual de Procedimentos Cartorários da CRE/PI 2025	Implementada manual em formato de revista eletrônica que permitiu a criação de fluxo interno de revisão de forma eletrônica dentro do sistema Sophos e realizado treinamento para servidores sobre atualizações do manual.
Implantação da Linguagem Simples no TRE-PI	Implantado o Banco nacional de imagem e Linguagem Simples no site do TRE-PI e implementada a ferramenta Júlia Explica desenvolvida em parceria com o TJPI que traduz as decisões judiciais em linguagem simples com uso de IA.
Portal da Eleições 2026	Criado o portal das Eleições 2026 na intranet, permitindo a alimentação de informações pelas unidades.
Encontros Periódicos da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí com as Zonas Eleitorais	Realização de dois encontros com representantes de todos os cartórios eleitorais, sendo um de forma presencial e outro de forma remota para alinhamento e melhoria da comunicação.
Projeto ENTRElinhas do Saber – Incentivo à Leitura no TRE-PI	Compartilhamento quase cem obras literárias e científicas entre os servidores, estagiários e terceirizados por meio da disponibilização de estante com obras cedidas por voluntários, fomentando a cultura e o desenvolvimento de competências.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aperfeiçoar a comunicação interna e externa

Iniciativa	Resultado
Criação do Sistema de Gestão de Débitos Eleitorais Judiciais	Desenvolvido sistema que se encontra em fase de implementação. O Sistema otimizará o registro e o controle dos débitos eleitorais judiciais, em cumprimento ao art. 367, III do Código Eleitoral e ao art. 25 da <u>Resolução TSE nº 23.709/2022</u> .
I Encontro da Secretaria Judiciária	Permitiu maior integração entre as unidades, o alinhamento de procedimentos e a consolidação de práticas de gestão orientada a resultado. No evento foram especialmente destacados os indicadores do Prêmio CNJ de qualidade e as atividades executadas por cada unidade.
Aquisição de Novos Títulos para Biblioteca	Incorporadas 112 novas obras no acervo da Biblioteca
Elaboração do Volume 9 da Revista Eleições & Cidadania	Revista em fase final para publicação via sistema OpenJournal
Página Permanente para Publicação de Artigos Jurídicos Avulsos no Portal do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Para ampliar a divulgação da produção científica sobre a Justiça Eleitoral, o TRE-PI criou uma página no portal institucional para publicar artigos jurídicos avulsos, complementando a Revista Eleições e Cidadania, que possui periodicidade bienal. Foram recebidos e publicados 5 artigos.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Iniciativa	Resultado
<p>Treinamento de Servidores dos Cartórios Eleitorais para Operacionalização do Sistema de Prestação de Contas Anual</p>	<p>Maior agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, com emissão de manifestações técnicas (informações, relatórios de diligências e pareceres técnicos conclusivos) e a redução do saldo de processos pendentes. Ademais, o treinamento torna mais eficiente a análise na utilização dos recursos públicos e privados por partidos políticos.</p>
<p>Treinamentos de servidores(as) dos gabinetes em operação dos diversos sistemas judiciários como Sisbajud, Renajud, SerasaJud, Infojud, CNIB, Sniper dentre outros.</p>	<p>Eficiência e correção nos registros de informações para controle do Poder Judiciário.</p>

Perspectiva
 de
 Processos
 Internos



Promover a sustentabilidade, a acessibilidade e a inclusão

Iniciativa	Resultado
Atualização do Parque Computacional	Aquisição 30 scanners para permitir o atendimento aos eleitores sem uso de cópias na zonas eleitorais.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

Iniciativa	Resultado
Prêmio Eficiência Energética	Premiação de unidade do primeiro grau que obteve a maior redução do consumo de energia em relação ao ano par imediatamente anterior.
Encontros Periódicos da Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí com as Zonas Eleitorais	Realização de dois encontros com representantes de todos os cartórios eleitorais, sendo um de forma presencial e outro de forma remota para alinhamento e melhoria da comunicação.
Revitalização dos Cartórios do Interior	Reformados os cartórios eleitorais de Floriano, Canto do Buriti e São Raimundo Nonato.
Disponibilização de Link de Internet Secundário para Cartórios Eleitorais	Instalação de link secundário de banda larga em todos os cartórios eleitorais, aumentando a resiliência da conexão de dados das unidades de 1º grau.
Manutenção rigorosa do calendário de reuniões trimestrais do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição	Efetividade no atendimento das demandas apresentadas pelo colegiado junto às Secretarias do TRE-PI, como melhoria da infraestrutura física e de dados, desenvolvimento de sistemas, aprimoramento de regulamentos.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura

Iniciativa	Resultado
Gestão Participativa para a Elaboração das Metas Nacionais 2026	Realização de consulta pública com 474 participantes, reunião com 45 magistrados e servidores, e audiência pública com 244 pessoas para a definição das metas nacionais de 2026.
ECONomia - Transporte Compartilhado	Desenvolvido sistema para gerenciamento do compartilhamento de caronas para uso conjunto dos tribunais parceiros (TRE, TRT22 e TJPI).

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Iniciativa	Resultado
Gestão de Riscos no Macroprocesso de Contratações	Estabelecimento do Procedimento de Gestão de Riscos do Macroprocesso de Contratações do Execução do TRE-PI, por meio da Portaria TRE-PI Nº 533/2025

Perspectiva
de
Processos
Internos



Promover a governança de contratações

Iniciativa	Resultado
<p>Apuração de Responsabilidades nos Contratos Administrativos</p>	<p>Regulamentação do processo de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas, conforme a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Paralelamente, foram aplicadas 64 penalidades por meio de processos conduzidos pela Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND)</p>

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Iniciativa	Resultado
Felicidade no trabalho	Ações coordenadas pelo Comitê Gestor de Qualidade de Vida e pela Secretaria de Gestão de Pessoas elevaram o índice de qualidade de vida em quase 5%. Com esse avanço, o indicador atingiu a marca de 86% de avaliação positiva no último ano.
Automação Inteligente da Gestão de Mesárias e Mesários	Iniciados os trabalhos de desenvolvimento de ferramenta para automatização do processo de gestão de mesárias e mesários com uso de notificação via whatsapp.
Sistema PAC	Desenvolvido sistema que propicia o melhor controle dos recursos utilizados com a capacitação dos servidores e servidoras do TRE-PI.
Realização de Treinamentos em Tecnologia da Informação	Realizadas capacitações sobre os temas: Sistemas Cartorários (Título Net, JUSTIFICA e ELO, Gestão de logradouros no ELO), Procedimentos Biométricos e Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para novos servidores efetivos.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Iniciativa	Resultado
Sistema Ponto e Folha	Modernização das consultas de registro de ponto e contracheque.
Sistema Avalia	Melhoria do Sistema de avaliação dos servidores para promoção e progressão na carreira.
Aumento do Número de Servidores de TI	Nomeação de 06 novos servidores, ampliando a capacidade operacional da STI
Capacitação de Atendentes da Central de Serviços de TI	Realização de diversas capacitações abrangendo 10 técnicos da Central de Serviços de TI.
Atualizações do Sistema E-Social	Melhoria na qualidade dos dados funcionais enviados ao TSE e Receita Federal.

Perspectiva
de
Processos
Internos



Fortalecer a governança de TI e a Transformação Digital

Iniciativa	Resultado
Implantação de Solução de Omnichannel	Implementação de solução omnichannel integrada ao WhatsApp, que viabilizou o envio automatizado de mais de 200 mil mensagens para o projeto Biometria e estabeleceu um novo canal de comunicação confiável com o TRE-PI.
Serviços Adicionais para Espaço Servidor	Criação de novo sistema para gestão do Ponto dos servidores e implementadas funcionalidades de novo contracheque e informação de margem consignável.
Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do TRE-PI 2021-2026	Realizada a revisão do plano Diretor de Tecnologia da informação com revisão de indicadores, iniciativas e gestão de riscos.
Implantação de Soluções de IA	Criado portal de Inteligência artificial no TRE-PI para o compartilhamento de soluções entre os servidores, bem como realizado workshop para o compartilhamento de experiências no uso de inteligência artificial entre os servidores.
Atualização do Parque Computacional	Aquisição de 200 computadores, 120 notebooks, 115 impressoras laser e 115 impressoras multifuncionais, além de 01 scanner de grande porte e 30 scanners para zonas eleitorais

2.5. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O TRE-PI para cumprir sua missão de garantir um processo eleitoral legítimo e seguro, na elaboração da Estratégia, fez a análise de ambientes identificando as oportunidades e ameaças para serem confrontadas com as forças e fraquezas internas visando a melhor construção de cenário.

2.5.1. Riscos, Oportunidades e Geração de Valor

O TRE-PI gerencia seus riscos através de uma política estruturada e regulamentada pela Resolução TRE-PI nº 503/2025, com diretrizes para identificação de oportunidades visando a melhoria contínua dos processos.

2.5.1.1. Riscos Específicos

Segurança Cibernética

Com o aumento das ameaças virtuais, o Tribunal enfrenta o risco de ataques que possam comprometer a integridade dos dados

Como Lida



- Por meio da atuação do Núcleo de Segurança Cibernética (NSCIB);
- Realização de campanhas de conscientização em Segurança da Informação.
- Investimentos em segurança cibernética e proteção de dados em nuvem.
- Auditorias

Inexecução Contratual

Riscos na seleção de fornecedores podem levar a serviços incompletos ou desperdício de recursos

Como Lida



- Aplicação rigorosa da Nova Lei das Licitações ([Lei nº 14.133/2021](#)).
- Regulamentação moderna das diretrizes de para apuração de responsabilidades ([Resolução TRE-PI nº 502/2025](#)).
- atuação da [COSIND](#) que aplicou 64 penalidades em 2025 visando garantir a conformidade das entregas.
- Criação de área para cuidar do Controle Interno, Integridade e Compliance.

Continuidade Operacional

O Tribunal possui 36 imóveis locados e 12 apenas parcialmente adaptados para acessibilidade.

Planejamento Estratégico definido para seis anos com diretrizes e marcos estabelecidos em objetivos Estratégicos.

Plano Diretor de TI com foco na atualização tecnológica da infraestrutura do Tribunal.

Como Lida



- Planejamento estruturado das atividades;
- [Plano de Revitalização dos Cartórios Eleitorais 2020-2025](#);
- Plano Anual de Contratações;
- Renovação sistemática do parque tecnológico.
- Reforço na atuação jurisdicional do 1º e 2º Graus.
- Aprovação da [Resolução TRE-PI nº 517/2026](#) (Plano de Obras)

2.5.1.2. Oportunidades de Geração de Valor

Transformação Digital e I.A.

Utilização ética de Inteligência Artificial.
Investimentos em modernização tecnológica e aplicação de novas soluções tecnológicas

Como Lida



- Regulamentação do uso de Inteligência Artificial por meio da Resolução TRE-PI nº 516/2025.
- Contratação de serviço Omnichannel para modernização de contato com o jurisdicionado.
- Projeto JuLIA Explica para comunicação em linguagem simples nos processos.

Engajamento Social

Atenção especial para públicos vulneráveis fortalecendo a Sustentabilidade Social e imagem institucional.

Como Lida



- Projeto Todo Voto Importa com Acordo de Cooperação ACT nº 20/2025 com MPPI, SASC, SEID e SSP .
- Execução da Política de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual com diretrizes estabelecidas na Resolução TRE-PI nº 485/2024 (Programa Florescer).



2.5.1.3. Desafios e Incertezas Relevantes

Planejamento Estruturado

Redução de incertezas com planejamento das ações mapeando riscos e apontando medidas de contingenciamento

Como Lida



- Programa Eleições 2026 com 34 projetos e planos de ação, visando conduzir
- Iniciativas estruturadas e planejadas (ver painel de [Portfólio de Iniciativas](#)).
- [Planejamento das Contratações](#).

Aderência Orçamentária

Planejamento das Contratações viabiliza a previsibilidade das ações de contratações que deve ser alinhada com a execução do orçamento, cuja medição é acompanhada pela Aderência Orçamentária, ou seja, a medição da proximidade do planejamento com a execução.

Como Lida



- Indicador estratégico para acompanhamento da [Aderência Orçamentária](#).
- Governança pelo Comitê de Contratações regulamentado pela [Resolução TRE-PI nº 434/2021](#).

2.5.1.3. Desafios e Incertezas Relevantes

Governança

Incorporação da Política de Riscos no cotidiano das iniciativas e análise de cenários.

Como Lida



- A Política de Riscos Corporativos do TRE-PI foi regulamentada pela Resolução TRE-PI nº 503/2025, sendo necessário investir na disseminação da cultura em todas as unidades nos diversos segmentos de atuação.

Eleições 2026

Logística de Segurança e de Infraestrutura, diante da extensão territorial do Estado do Piauí assistido por 74 Zonas Eleitorais.

Combate à Desinformação, diante do uso massivo de Redes Sociais e o alcance cada vez mais popular de tecnologias de Inteligência Artificial.

Como Lida



- Definido Planos de Ação com atuações específicas em logística de transportes, de segurança e de Tecnologia da Informação.
- Alinhamento das estratégias de combate à desinformação às diretrizes nacionais do TSE sobre o tema.

Gestão de Pessoas

Renovação de Capital Humano e retenção de conhecimento.

Como Lida



- Realização de concurso para contratação de novos servidores.
- Valorização da experiência e da contribuição de servidores, preservando em atividades com Abono de Permanência.
- Investimentos em capacitação no uso de novas tecnologias.

Acessibilidade

Adequação permanente da infraestrutura uma vez que o TRE-PI ainda possui 12 imóveis com acessibilidade parcialmente atendida.

Como Lida



- O TRE-PI possui 81% dos prédios plenamente adaptados para acessibilidade, contudo ainda faltam 12 imóveis com acessibilidade parcial, cujos investimentos serão executados conforme a disponibilidade orçamentária.
- Aprovação do Plano de Obras por meio da Resolução TRE-PI nº 517/2026.

Ativos Imobiliários

Necessidade de investimentos permanentes na atualização da infraestrutura dos Cartórios Eleitorais.

Como Lida



- Execução do Plano de Revitalização dos Cartórios Eleitorais 2020-2025.
- Regulamentação do Plano de Obras por meio da Resolução TRE-PI nº 517/2026.

Orçamento e Finanças

Cenário de incerteza quanto à manutenção do orçamento com eventuais situações que podem gerar contingenciamento.

Inscrições em Restos a Pagar.

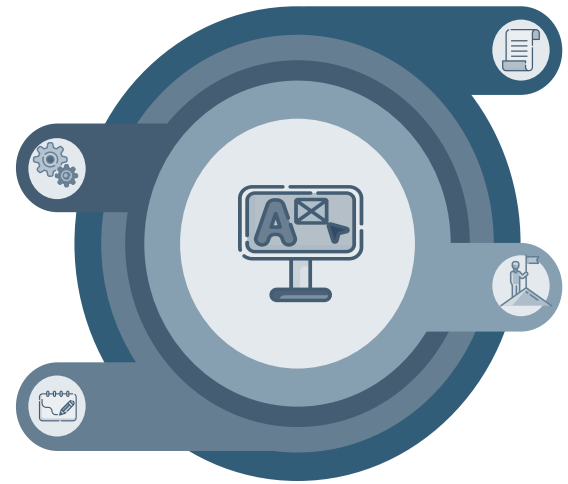
Como Lida



- Planejamento Orçamentário e das Contratações em sintonia visando melhor eficiência na execução do orçamento.
- As inscrições em Restos a Pagar estão sendo geridas para serem reduzidas a fim de evitar riscos na execução financeira frente à execução do orçamento.

3

Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária



3. Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária

3.1. Conformidade Legal

As atividades da SAOF estão pautadas, especialmente, nos regulamentos e demais diretrizes adiante:

- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Complementar nº 101/2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Decreto nº 10.024/2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 11.462/2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Resolução TRE-PI nº 258/2013 - Institui o Código de Ética dos servidores do TRE-PI;
- Resolução TRE-PI nº 427/2021 - Dispõe sobre as aquisições de bens permanentes e de consumo e sobre as contratações de serviços ou obras no âmbito do TRE-PI;
- Resolução TRE-PI nº 434/2021 - Dispõe sobre as instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas no âmbito do TRE-PI;
- Resolução TRE-PI nº 440/2022 - Regulamenta a implantação do Projeto "Começar de Novo" no âmbito do TRE-PI;

3.1. Conformidade Legal

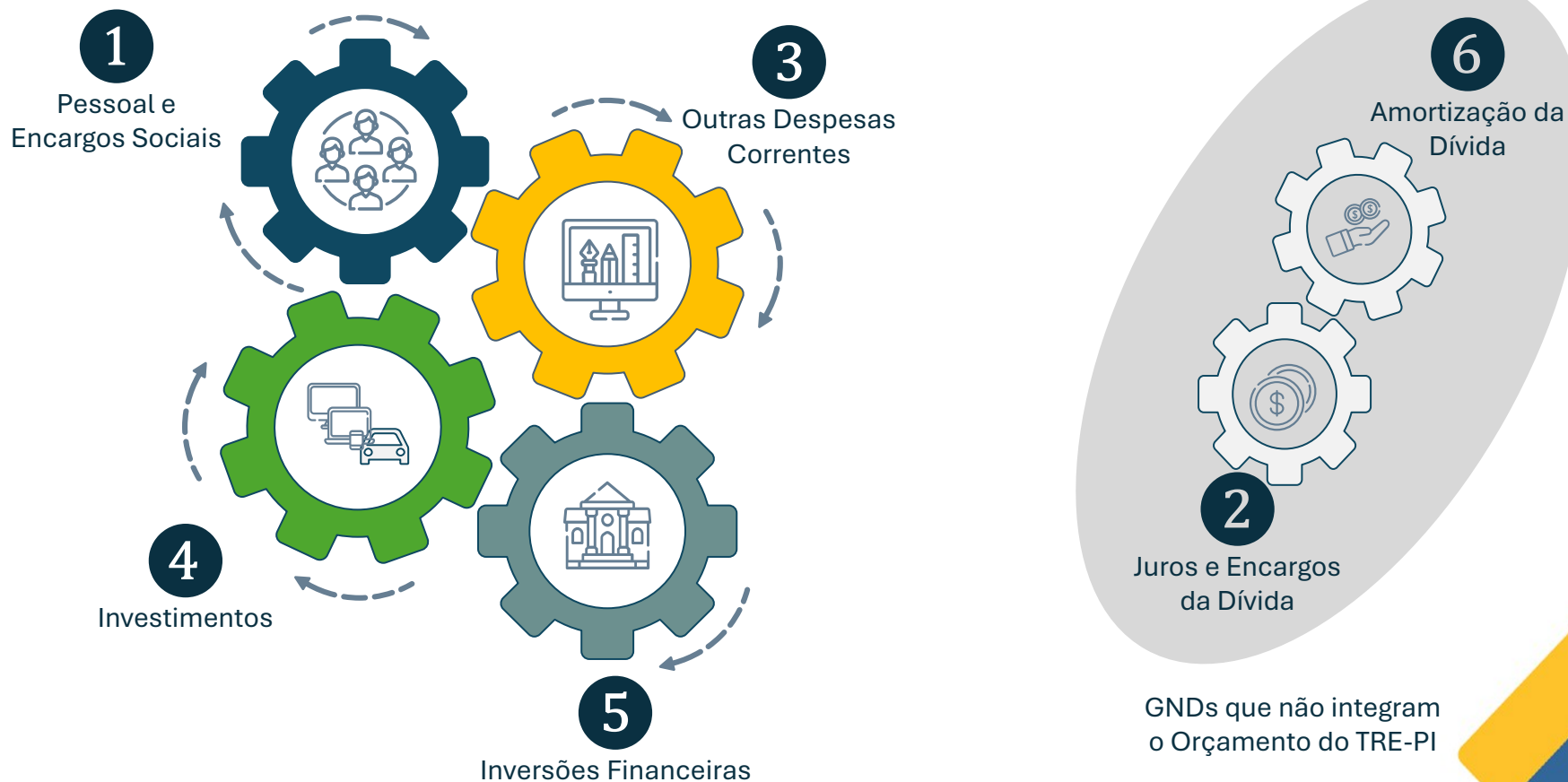
- Resolução TRE-PI nº 514/2025 - Dispõe sobre o Planejamento, a Governança e a Gestão dos Bens Patrimoniais Permanentes e de Consumo, estabelecendo as normas de Controle de Estoque, Recebimento, Avaliação, Inventário, Desfazimento e Reuso de Ativos no âmbito do TRE-PI;
- Resolução TRE-PI nº 503/2025 – Dispõe sobre a Política de Riscos Corporativos no âmbito do TRE-PI;
- Resolução TRE-PI nº 502/2025 - Dispõe sobre o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados no âmbito do TRE-PI.
- Resolução CNJ nº 102/2009 - Dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos;
- Resolução TSE nº 23.702/2022 - Dispõe sobre a Política de Governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- Portaria TRE-PI nº 584/2021 - Dispõe sobre a regulamentação dos processos de elaboração da proposta orçamentária anual e de monitoramento da execução, referentes às despesas discricionárias do TRE-PI;
- Portaria TRE-PI nº 562/2024 - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual 2025, no âmbito do TRE-PI.
- Portaria TRE-PI nº 472/2025 – Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual 2026, no âmbito do TRE-PI.
- Lei nº 4.320/1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- Lei nº 15.121/2025 - Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025 (LOA 2025).



3.2. Gestão Orçamentária e Financeira

3.2.1. Perfil do Orçamento

O orçamento público utiliza agregadores de elementos de despesas com características similares que denomina Grupo de Natureza de Despesa (GND). Ao todo são seis e geralmente o TRE-PI utiliza quatro em seu orçamento.



3.2.2. Orçamento 2025

A proposta orçamentária de 2025 foi elaborada, de acordo com o cronograma do TSE, em março de 2024.

As Despesas Discricionárias foram propostas pelo TRE-PI baseadas nos contratos continuados e demandas administrativas e as Despesas Obrigatórias seguiram os referenciais do TSE e são destinadas ao pagamento de pessoal encargos e benefícios.

O TSE fechou o orçamento do TRE-PI em duas fases.

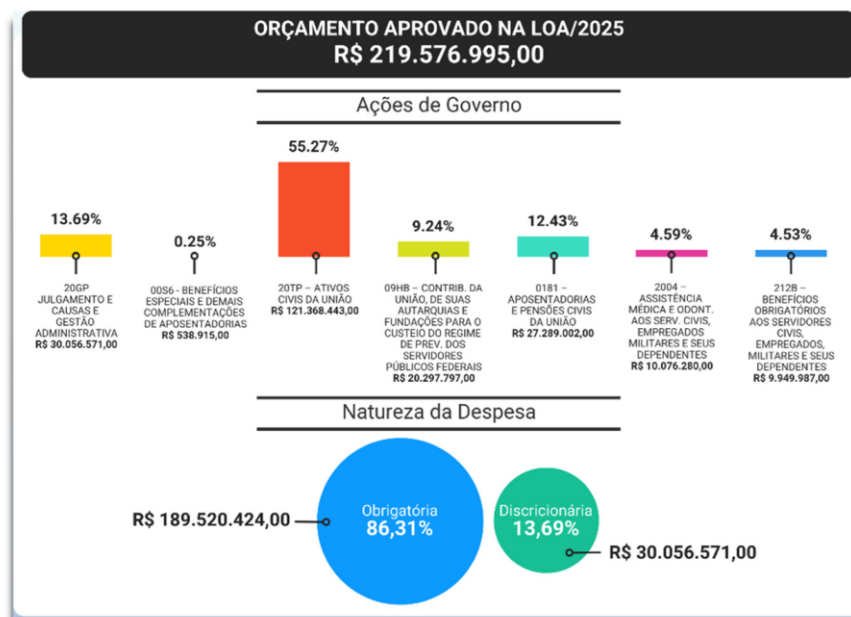
1ª Fase

ORÇAMENTO 2025

2ª Fase



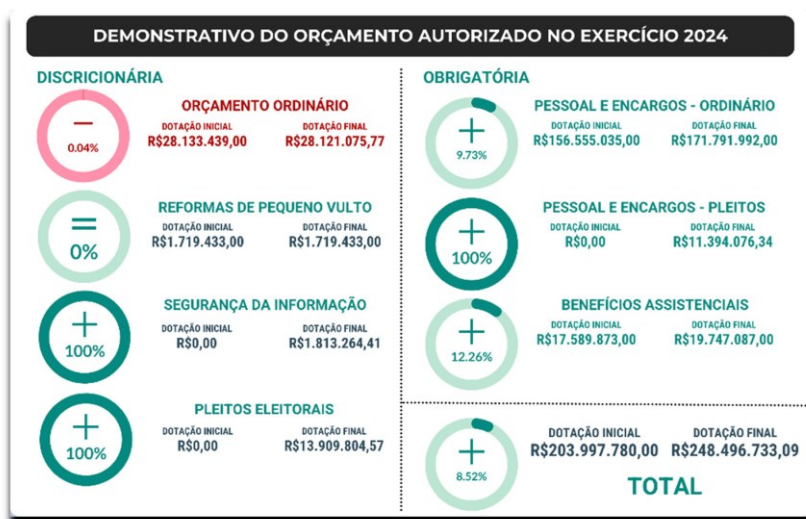
A Lei Orçamentária Anual(LOA/2025), foi aprovada pelo Congresso Nacional em 10 de abril de 2025, com uma autorização global de R\$ 219,5 milhões sendo R\$ 189,5 milhões para as Despesas Obrigatórias e R\$ 30,0 milhões para Despesas Discricionárias.



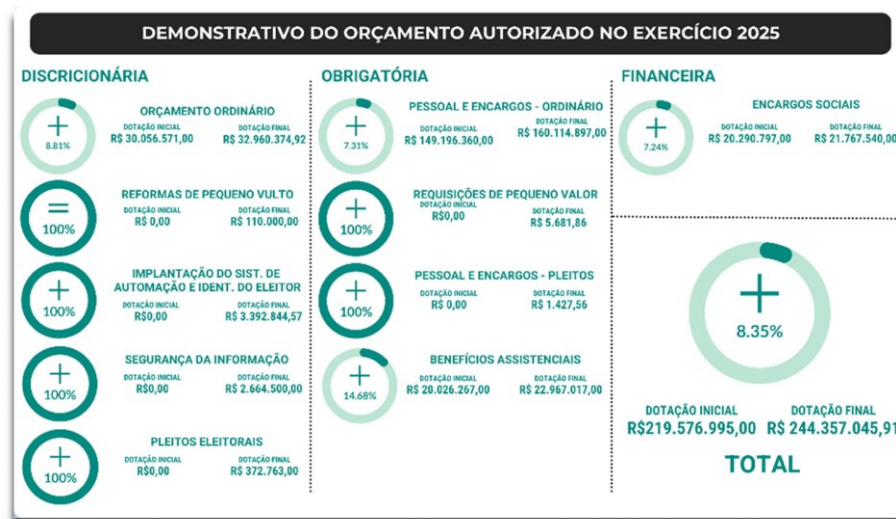
No curso do exercício financeiro de 2025 ocorreram alterações orçamentárias nas diversas ações de governo conforme o quadro [Alterações Orçamentárias 2025 \(Líquidas\)](#).

3.2.3. Evolução das Despesas Totais Autorizadas no Biênio 2024/2025

A variação percentual entre os orçamentos autorizados para os exercícios de 2024 e 2025 foi de 8,52%, sem considerar os reflexos decorrentes das provisões recebidas nos respectivos exercícios.



Detalhamento do orçamento autorizado em 2024



Detalhamento do orçamento autorizado em 2025

3.2.4. Alocação dos Recursos – Valores Empenhados com Despesas Discricionárias em 2025 – Custeios e Investimentos



Detalhamento da execução das Despesas Ordinárias Discricionárias 2025

As provisões com as Despesas com Instrutoria Interna de servidores(as) de outros TREs, no valor de R\$ 27.586,08, não estão consideradas no detalhamento apresentado.

3.2.5. Evolução das Despesas Empenhadas – Informações sobre a Execução das Despesas por Modalidade de Contratação

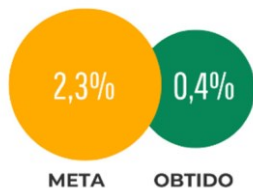
A execução orçamentária de 2025 apresentou reduções significativas em modalidades como Pregão, Suprimento de Fundos e Diárias quando comparada a 2024. Essa variação negativa é atribuída ao encerramento do ciclo das Eleições 2024, que demandou gastos com a preparação das 74 Zonas Eleitorais, logística de transporte e adequação de locais de votação. No grupo de Pessoal, as oscilações refletiram o impacto do reajuste remuneratório escalonado pela Lei nº 14.523/2023.

Em contrapartida, as Despesas de Capital registraram crescimento em 2025, impulsionadas por suplementações de crédito destinadas à Gestão Administrativa (Ação 20GP) e à Automação da Identificação do Eleitor (Ação 7832). O relatório de Desempenho Operacional do exercício totalizou R\$ 248,5 milhões (considerando LOA, créditos e provisões)

O detalhamento da execução das [Despesas por Modalidade de Contratação](#) evidencia a aplicação dos recursos do orçamento conforme os tipos de contratação.

3.3 Indicadores de Desempenho 2025

PERDAS ORÇAMENTÁRIAS

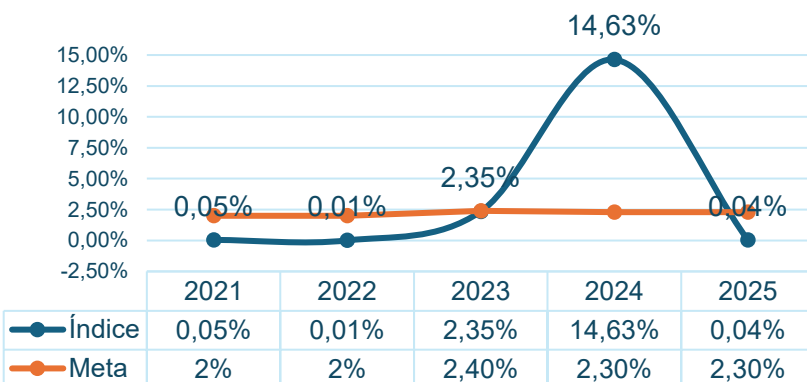


Quanto menor, melhor

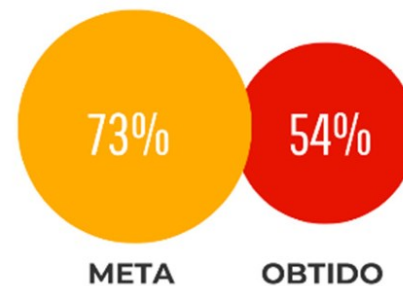


O indicador de Perdas Orçamentárias foi o segundo melhor obtido desde 2021, quando iniciou a medição para o ciclo do Planejamento Estratégico 2021-2026.

Índice de Perdas Orçamentárias



ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

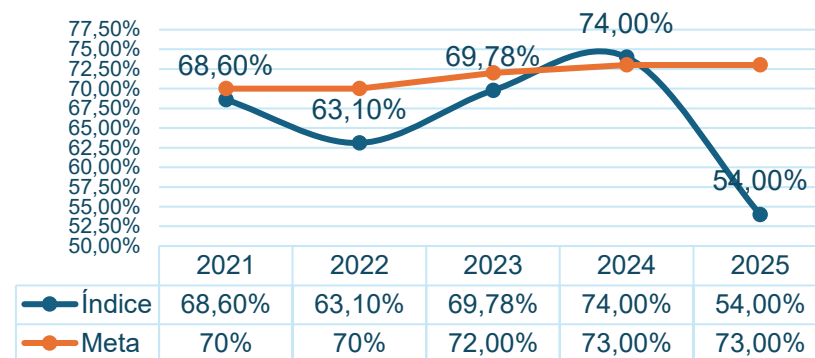


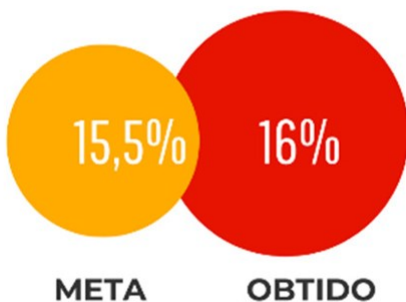
Quanto maior, melhor



O desempenho do indicador foi afetado pela alteração decorrente da nova contratação de serviços terceirizados e pelo impacto decorrente da elevação do consumo de energia elétrica.

Índice de Aderência Orçamentária



**INSCRIÇÃO EM
RESTOS A PAGAR**

Quanto menor, melhor



Em julgamento à **ADI nº 7641**, o STF excluiu receitas próprias do Judiciário dos limites da LC 200/2023. Isso gerou suplementação de **R\$ 2.0 milhões** (GND 3 – Outras Despesas Correntes) para o TRE-PI. Além disso, houve remanejamento de **R\$ 1,8 milhão** para investimentos (GND 4 - Investimentos). Essas alterações ocorreram próximo do final do exercício fazendo com que a maioria das aquisições ficassem programadas para ocorrerem suas entregas em 2026 com a contratação ocorrida no exercício de 2025. Mesmo assim o indicador ficou apenas a 0,5% da meta.

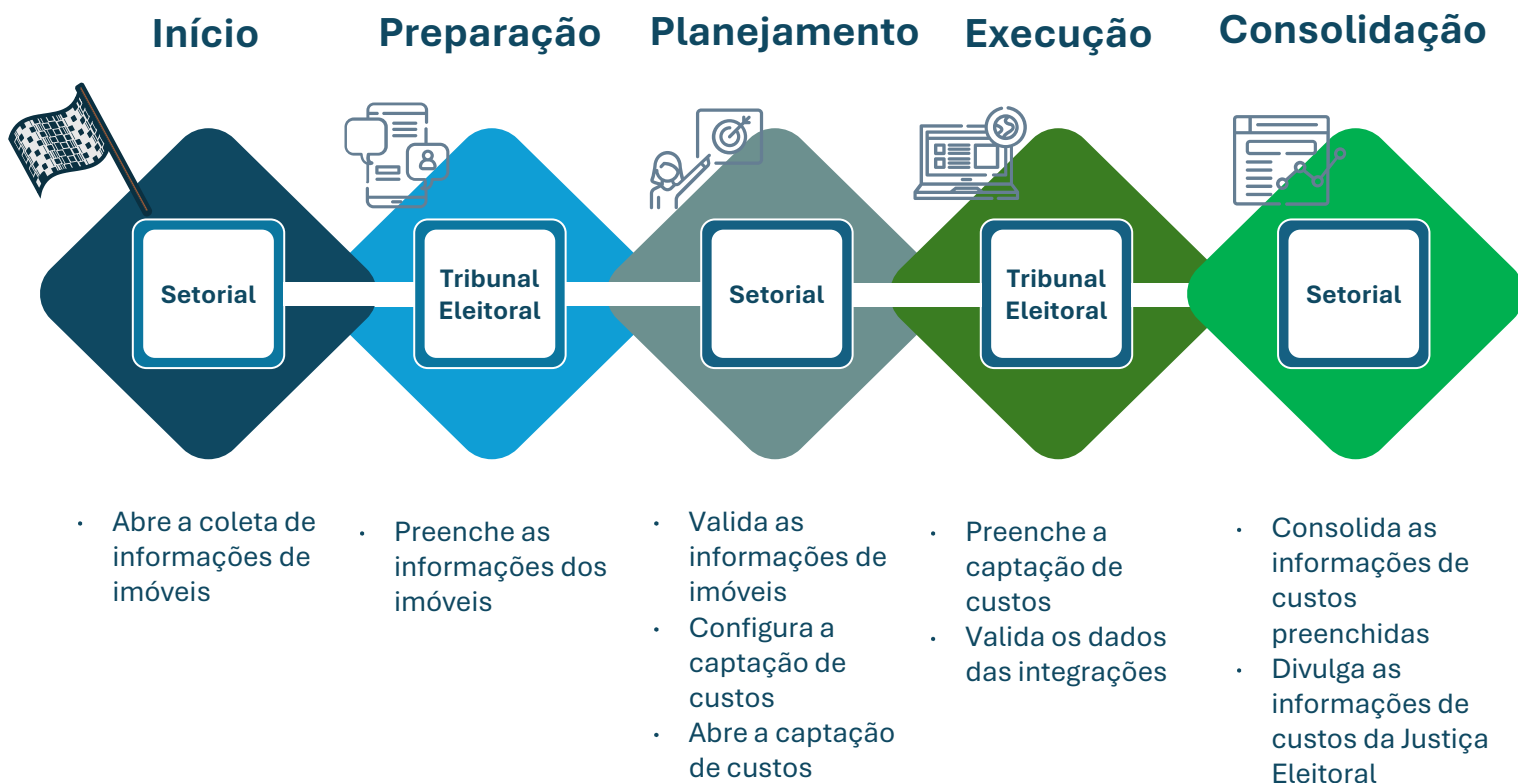
3.4. Gestão dos Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

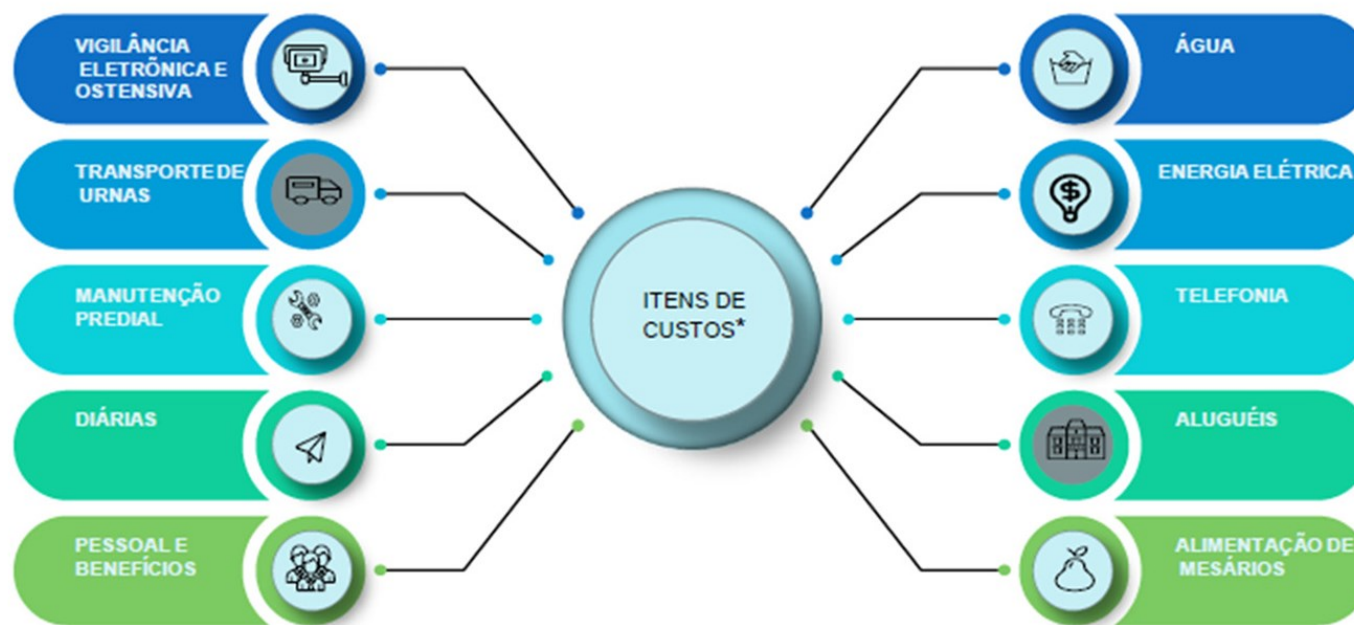
O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles:

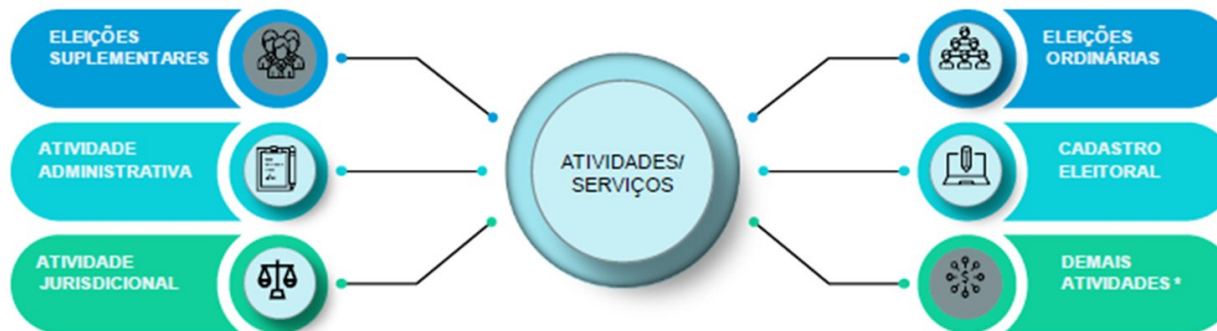
- Itens de Custos; e
- Atividades

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



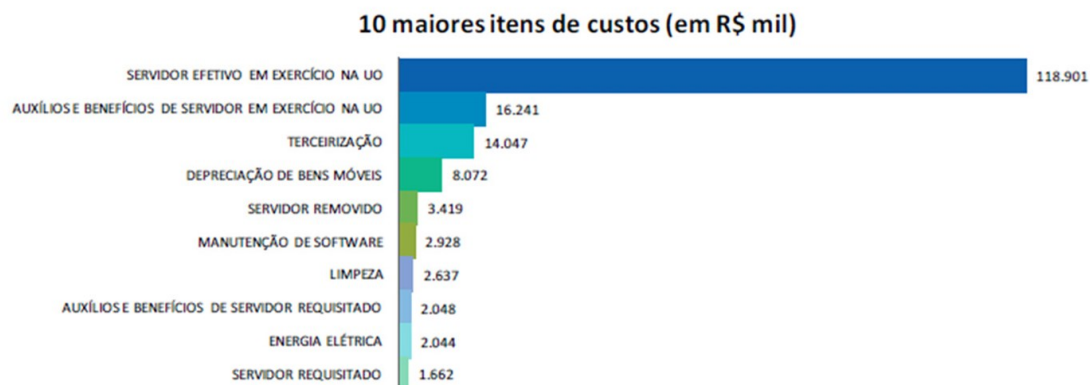
*Atualmente são 48 itens de custos

No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

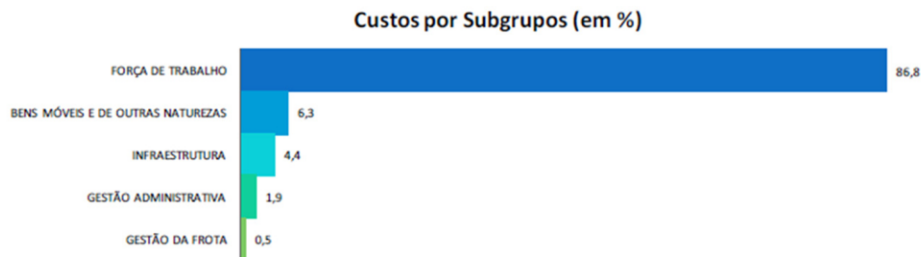


*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

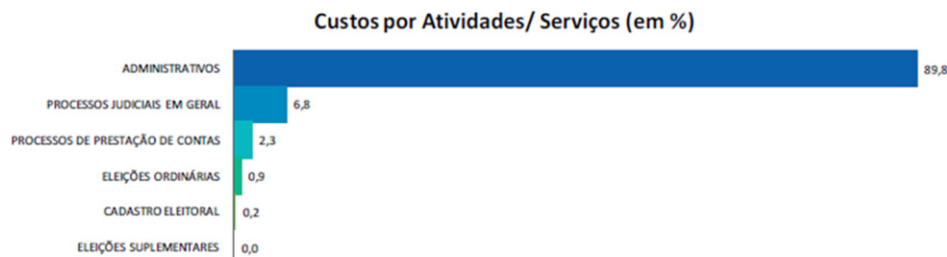
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 185,3 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



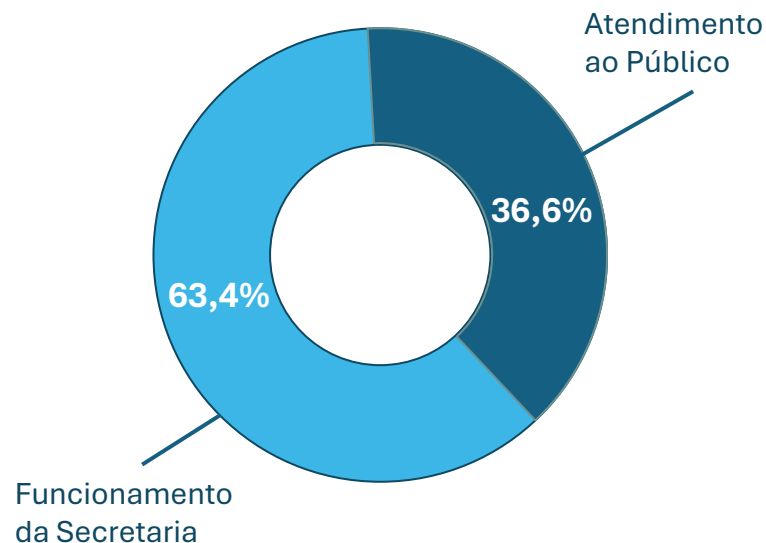
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

3.5. Contratações e Aquisições

3.5.1. Gestão de Licitações e Contratos

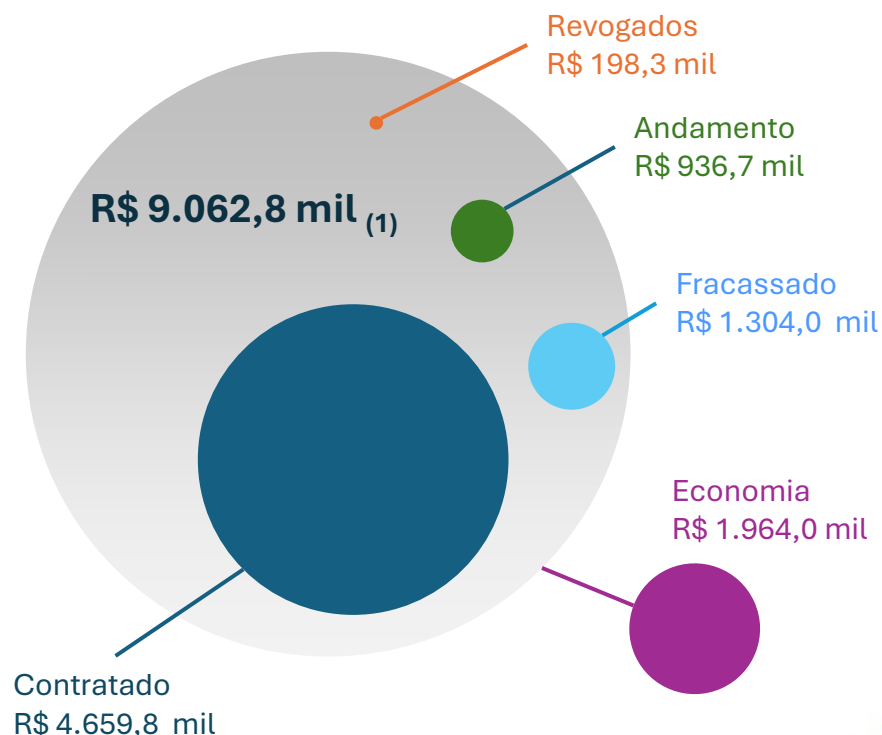
O TRE-PI aprovou o [Plano de Contratações Anual \(PCA\) 2025](#) por meio da [Portaria TRE-PI nº 562/2024](#), prevendo aquisições de bens e serviços para a sede e cartórios conforme a disponibilidade orçamentária. As contratações realizadas no exercício seguiram o PCA ou foram previamente autorizadas pela Alta Administração, contribuindo para o desempenho orçamentário e a melhoria do funcionamento do Tribunal.

Em observância à [Nova Lei de Licitações \(Lei nº 14.133/2021\)](#), à [Lei de Acesso à Informação \(Lei nº 12.527/2011\)](#) e ao princípio da transparência, todos os editais, contratos e processos licitatórios estão disponíveis para consulta pública na página de "[Transparência e Prestação de Contas](#)" do órgão.

3.5.2. Performance em Licitações e Contratos

Em 2025, foram realizados 29 Pregões Eletrônicos, resultando em 25 homologados (incluindo 2 fracassados), 2 em andamento e 2 revogados.

Considerando apenas as licitações válidas, o valor estimado de R\$ 9 milhões, foi ajustado para R\$ 6,6 milhões. O montante contratado foi de R\$ 4,6 milhões, o que representa uma economia expressiva de R\$ 1,9 milhões.



Clique para ver o
[Quadro de Licitações 2025](#)

(1) Preço global já descontados os itens fracassados, cancelados ou desertos nas licitações

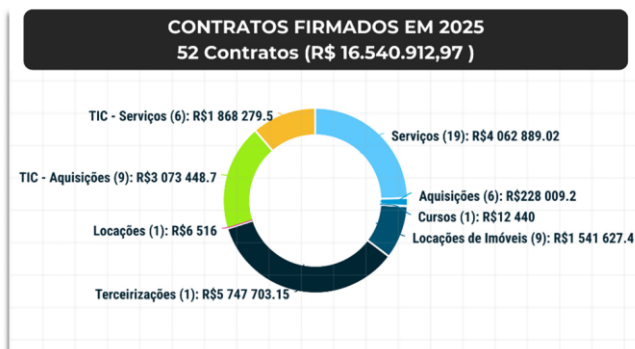
Conforme o quadro [Contratações em 2025](#), foram celebrados 52 contratos em 2025, sendo 25 referentes a serviços, 15 de aquisições, 9 de locações de imóveis, 1 de terceirização, 1 capacitação e 1 de locação. Destaca-se que a taxa de aderência ao PCA 2025 nas contratações atingiu 96,8%..

Contratações mais relevantes

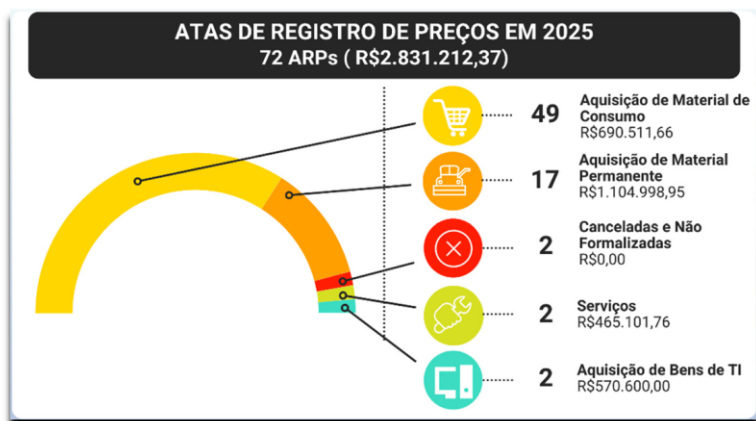
- CT-03/2025**
FATTO Consultoria e Sistemas Ltda
- Prestação de serviço de TIC
- R\$ 5.747.703,15
- CT-17/2025**
Positivo Tecnologia S/A
- Aquisição de 170 computadores
- R\$ 1.061.650,00
- CT-49/2025**
Infosec Tecnologia da Informação Ltda
- Proteção de dados em nuvem
- R\$ 995.520,00
- CT-04/2025**
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia
- Fornecimento de energia elétrica
- R\$ 884.137,44
- CT-46/2025**
Positivo Tecnologia S/A
- Fornecimento de 200 computadores
- R\$ 858.912,00



96,8% de aderência ao Plano de Contratação Anual 2025



Por sua vez, conforme quadro [Atas de Registro de Preços em 2025](#), foram firmadas 72 Atas de Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de consumo e bens permanentes,



Atas de Registro de Preços mais relevantes



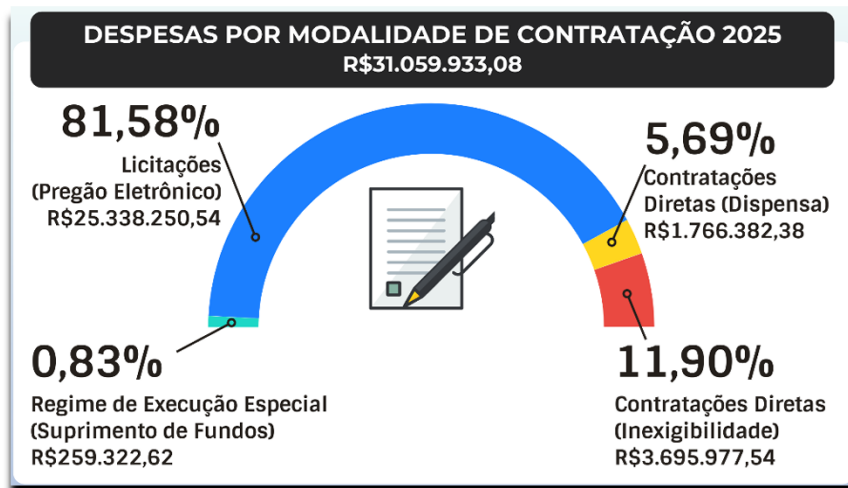
3.5.3. Contratações Diretas

A maioria das contratações diretas do TRE-PI, realizadas no exercício 2025, são relativas à área de capacitação (cursos e treinamentos), fornecimento de água e energia, além de locações de imóveis para abrigar os cartórios eleitorais, conforme detalhado no quadro [Dispensa Eletrônica de Licitação](#) e no quadro [Inexigibilidade](#).

Serviço	Contratos	Valor
🚰 Água	4	R\$ 142.200,00
⚡ Energia Elétrica	4	R\$ 946.734,16
🎓 Cursos/Treinamentos	23	R\$ 226.971,40
🎪 Eventos	1	R\$ 5.780,00
🏢 Serviços	4	R\$ 46.845,00
🏠 Locação de Imóveis	9	R\$ 1.541.627,40
🏗️ Locação de Stand	1	R\$ 6.516,00

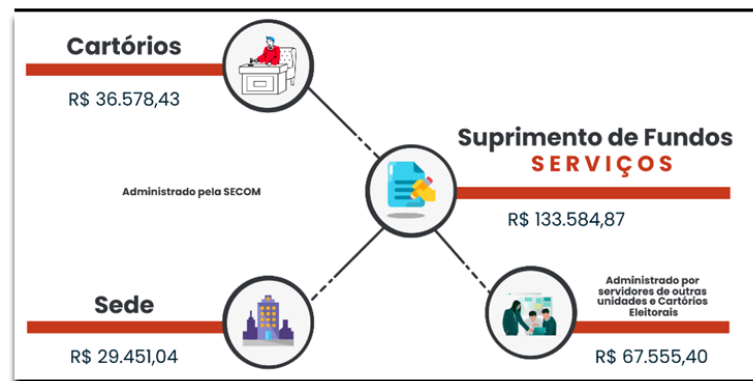
3.5.4. Despesas por Modalidade de Contratação

Todas as licitações realizadas no ano de 2025 foram na modalidade Pregão Eletrônico. Mais detalhes no quadro Despesas por Modalidade de Contratação.



3.5.5. Aquisições por Meio de suprimento de Fundos

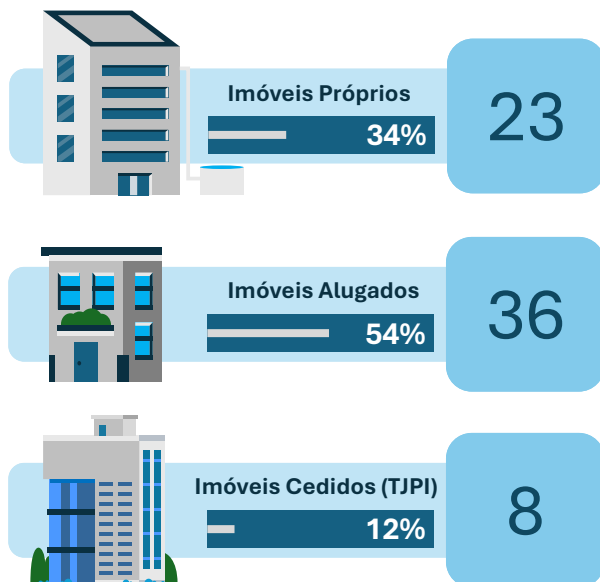
As aquisições de bens de consumo de pequena monta por meio de suprimento de fundos no Exercício de 2025 representaram um custo total de R\$125,7 mil, para atendimento de demandas dos Cartórios Eleitorais e da Sede com pequenas aquisições.



3.5.6. Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

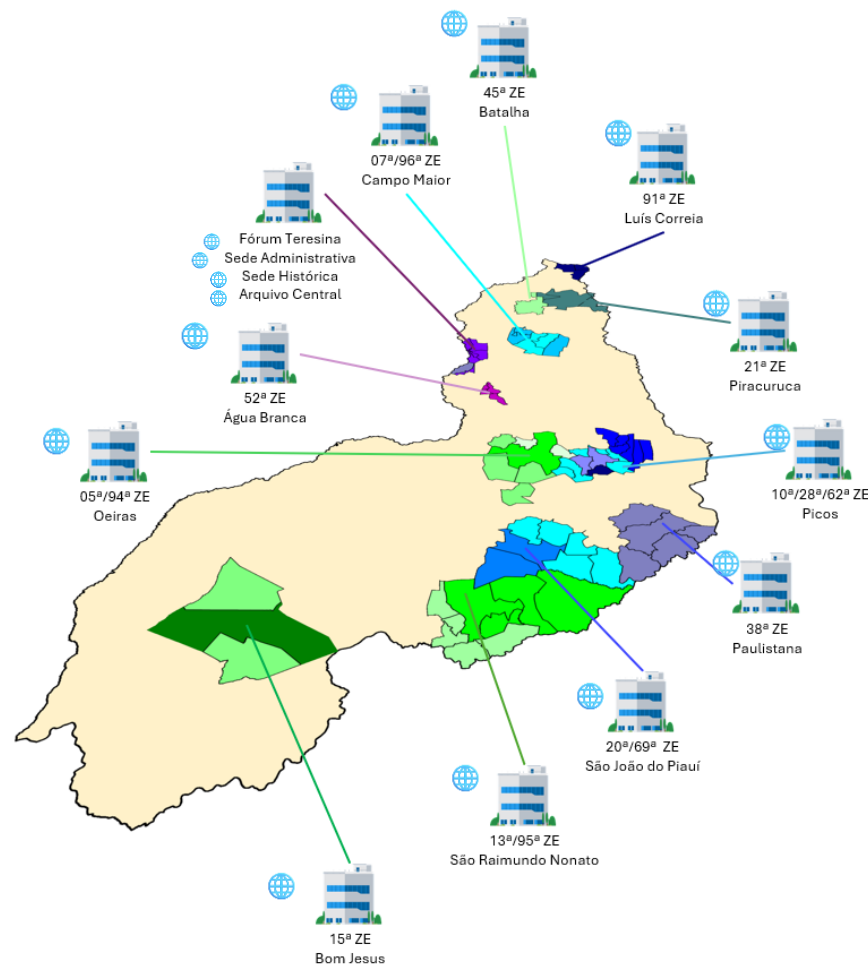
O TRE-PI adotou, na medida do possível, o Guia Nacional de Contratação Sustentável da AGU, constando na Planilha de Indicadores disponível no campo de Aquisições e Contratações no link, o percentual de contratações sustentáveis realizadas em cada mês do ano de 2025. Os processos de aquisições são submetidos análise do NSA - Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade.

3.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

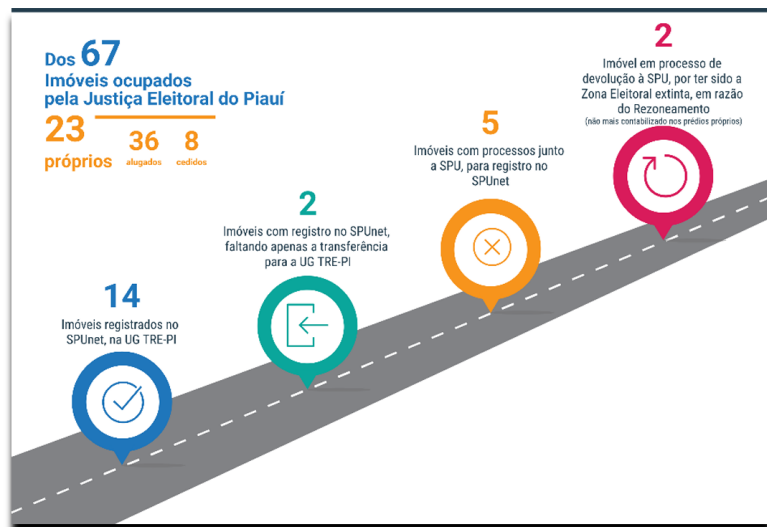


67
Imóveis Ocupados

Plano de Regularização dos Imóveis junto ao SPIUnet



Patrimônio Imobiliário



3.7. Investimento em Infraestrutura e Equipamentos (Exceto TIC)

Em 2025, os investimentos em infraestrutura e equipamentos focaram na continuidade operacional e no suporte às atividades-fim do Tribunal. Alinhados ao planejamento estratégico, tais gastos priorizaram a sustentabilidade, a acessibilidade e o fortalecimento do vínculo com a sociedade.

3.7.1. Reformas

Canto do Buriti

Empresa

L da Silva Vilela Engenharia

Contrato

CT-12/2025

Valor Cronograma

R\$ 250.612,16

Fase de Conclusão

69,3%

Floriano

Empresa

Jao Construções e Serviços Eireli

Contrato

CT-13/2025

Valor Cronograma

R\$ 247.462,00

Fase de Conclusão

56,8%

São Rdo Nonato

Empresa

L da Silva Vilela Engenharia

Contrato

CT-66/2024

Valor Cronograma

R\$ 247.488,84

Fase de Conclusão

100,0%

3.7.1. Melhorias

Piripiri

Empresa

Judah Serviços de Engenharia Ltda

Contrato

CT-07/2023

Valor Cronograma

R\$ 300.000,00

Fase de Conclusão



Observação

Benfeitoria em prédio doado pela Prefeitura Municipal de Piripiri para funcionamento do Cartório da 11ª Zona.

Teresina

Empresa

Judah Serviços de Engenharia Ltda

Contrato

CT-07/2023

Valor Cronograma

R\$ 461.000,00

Fase de Conclusão



Observação

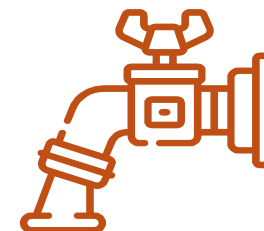
Revitalização do Arquivo Central. Em fase de execução 2025/2026.

Plano de Revitalização dos Cartórios

A execução do Plano de Revitalização dos Cartórios Eleitorais (2020-2025) garantiu melhorias em 38 sedes zonais, com destaque para a finalização de serviços em 21 prédios e reformas estruturais em outras 12 unidades (incluindo Uruçuí e Bom Jesus).

Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (Prédio da Sede Administrativa)

No exercício de 2025, a gestão avançou também na implementação de sistemas de combate a incêndio nos edifícios Sede e Anexo. A licitação foi realizada, porém restou fracassada, com procedimento de repetição em andamento no exercício 2026.

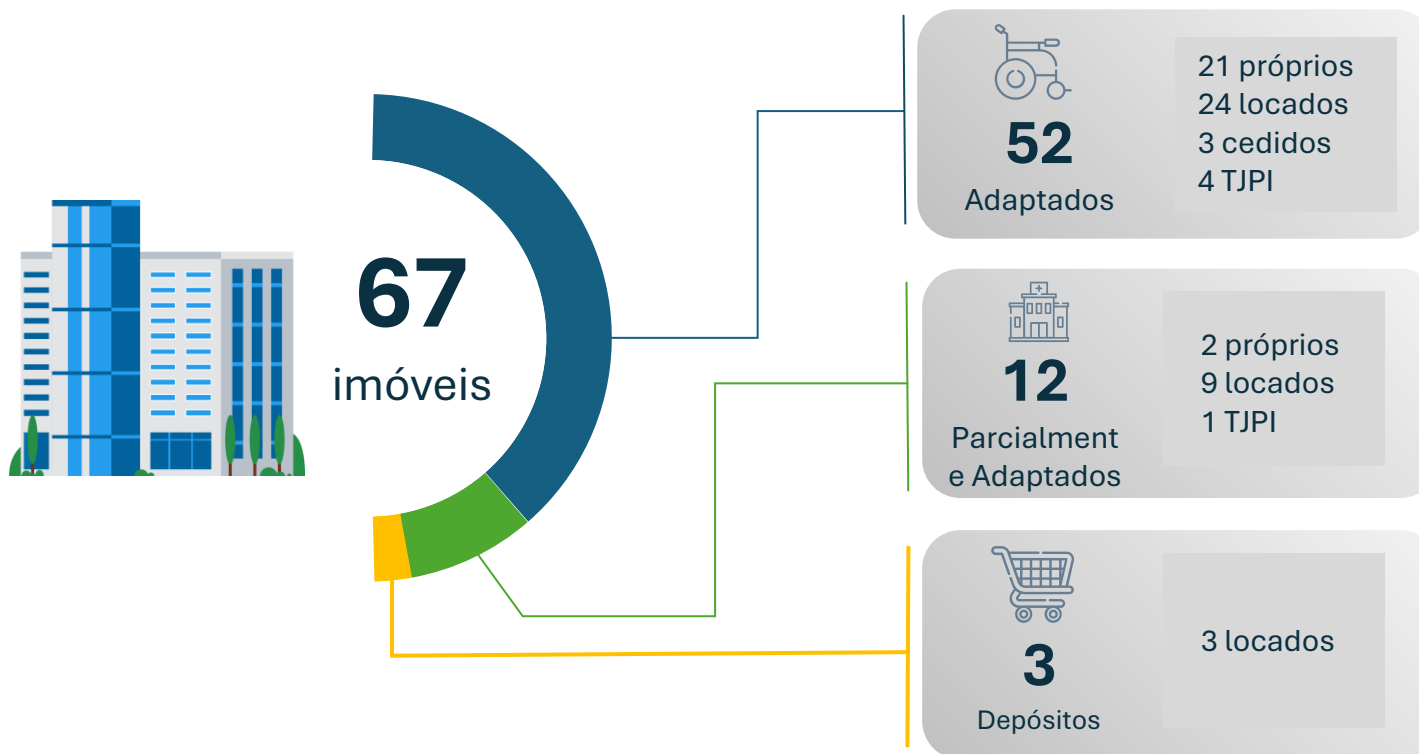


3.8. Acessibilidade dos Imóveis

O TRE-PI dispõe de 64 imóveis para atendimento ao jurisdicionado. 52 deles estão plenamente adaptados com infraestrutura de acessibilidade e os 12 restantes possuem configuração parcialmente adequada.

Existem ainda mais três imóveis que não estão no escopo de adaptação, por serem destinados exclusivamente para depósito de bens, portanto com circulação restrita. São eles:

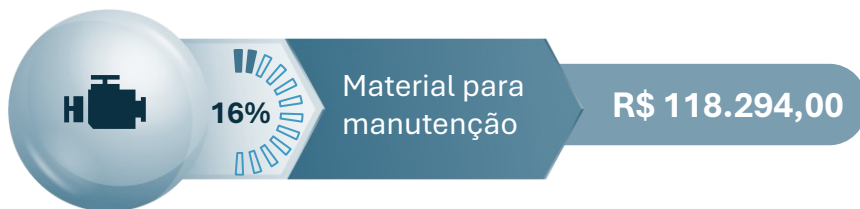
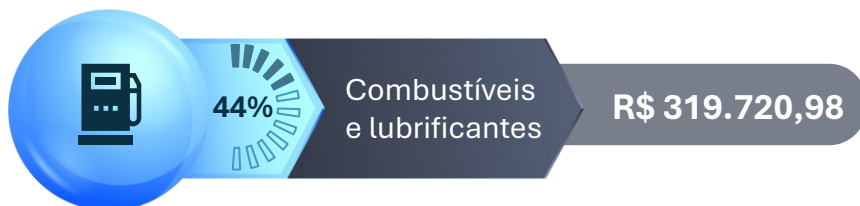
- a) Depósito de bens do Almojarifado;
- b) Depósito de bens para o Cartório da 74ª ZE-Barro Duro;
- c) Depósito de bens para o Cartório da 64ª ZE-Inhuma.



3.4. Frota de Veículos

A frota de veículos do TRE-PI é composta por 50 viaturas. A relação encontra-se disponível na página de [Transparência e Prestação de Contas](#).

A manutenção da frota é gerenciada pelo contrato [CT-60/2022](#) mantido com a empresa Ticket Soluções HDFGT S/A. No ano 2025 as despesas com as viaturas somaram R\$ 733, 8 mil.



R\$ 733.798,37

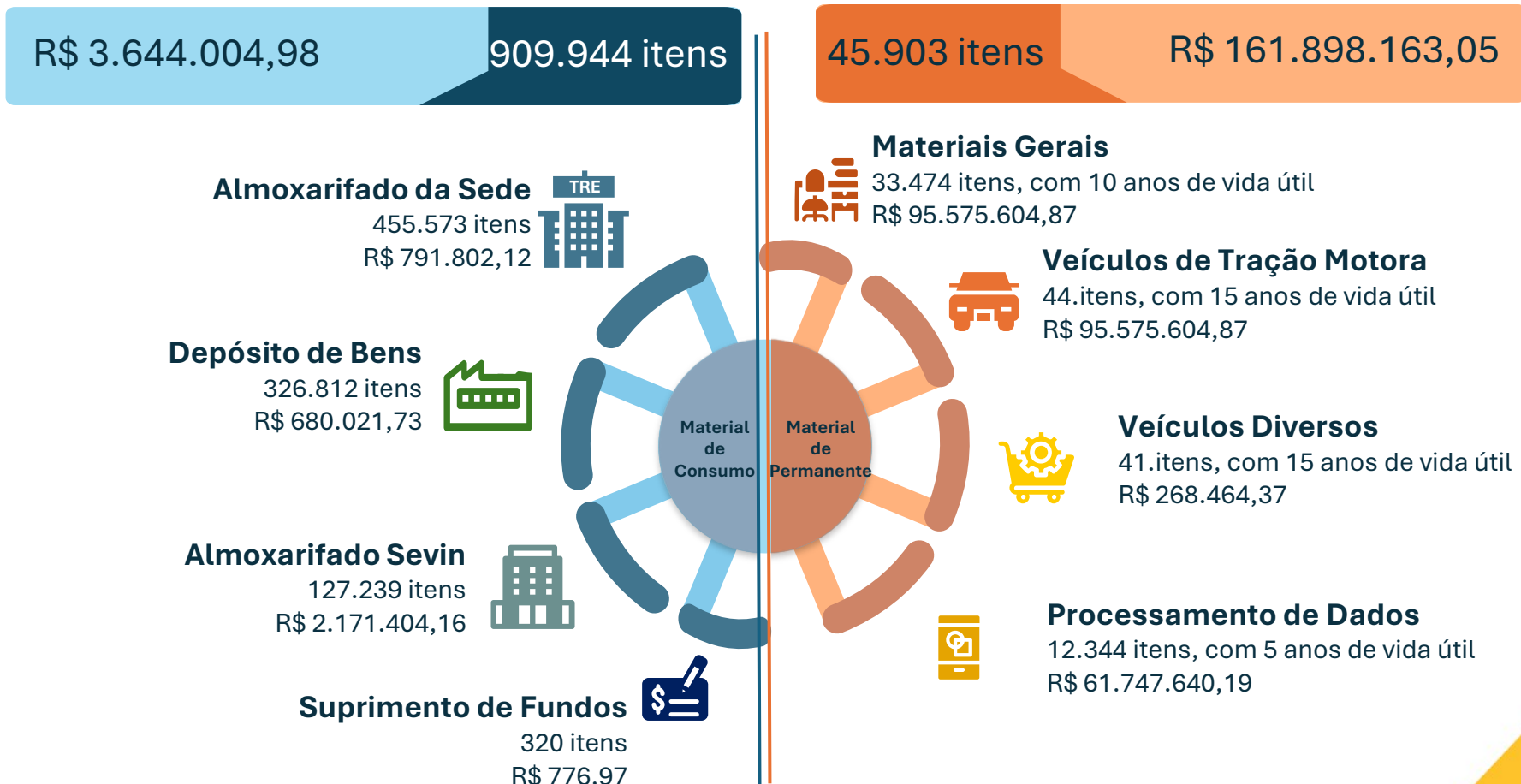
3.5. Custo com Locação de Imóveis

O TRE-PI possui 36 imóveis locados. No ano de 2025 foram R\$ 888,6 mil de despesas com aluguel.



3.6. Bens Móveis

A composição do patrimônio de bens móveis do TRE-PI consta detalhada nos relatórios Material de Consumo e Bens Permanentes, cuja síntese consta adiante.



3.7. Inventário

O Inventário de Bens Permanentes Móveis constitui o procedimento administrativo de arrolamento físico-financeiro do acervo do TRE-PI, destinado a assegurar a exatidão dos registros patrimoniais e a transparência das variações ocorridas no exercício. Sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Inventário Anual, o levantamento abrange todas as unidades gestoras e detentores de carga do Tribunal.

O inventário de 2025 foi realizado com resultado homologado pela Decisão nº 1615/2025, com os resultados detalhados consignados nos relatórios adiante.



Relatório do Inventário de Bens Móveis do TRE-PI – Exercício 2025



Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB



Relatório – Resumo por Contas – Bens Inventariados



Relatório – Resumo por Contas – Bens Não Inventariados



Relatório de Inventário Geral por Localização (não Inventariados)

3.8. Segurança Institucional

O Gabinete de Polícia Judicial e Inteligência (GPJI) atua para garantir a autoridade, a independência e a segurança institucional do TRE-PI.

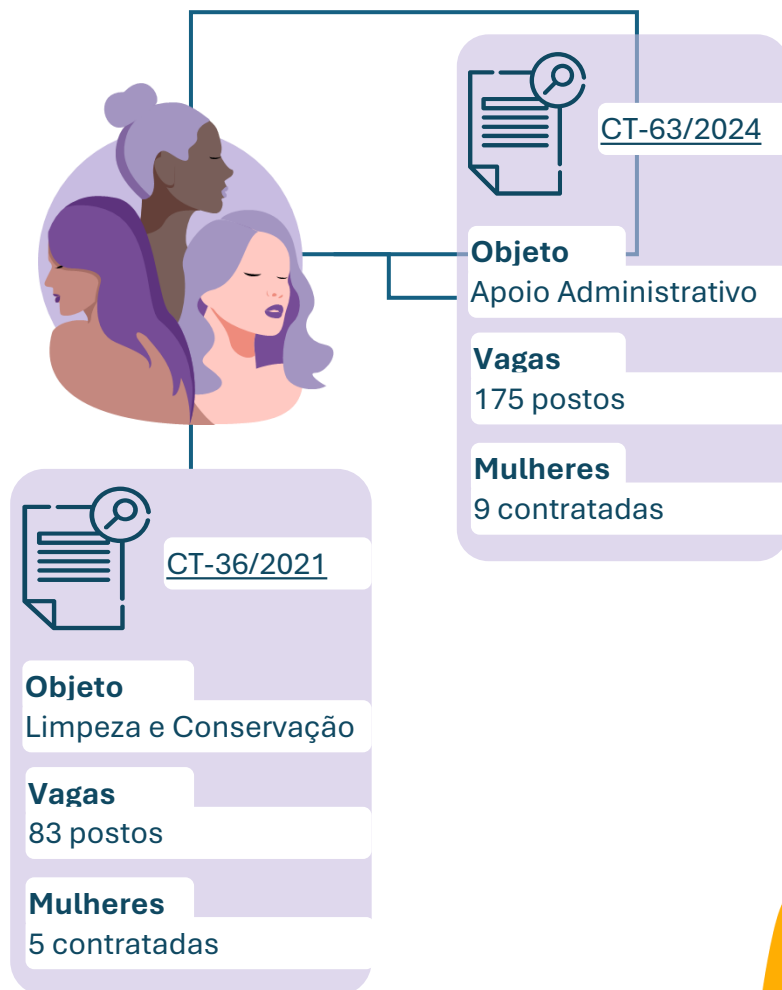
Durante o exercício de 2025, os esforços do Gabinete concentraram-se na manutenção da ordem, na proteção do patrimônio e na garantia da integridade física de todo o corpo funcional da Justiça Eleitoral piauiense.

O TRE-PI ampliou investimentos na instalação de CFTV nos Cartórios Eleitorais aumentando o campo de atuação do gabinete.



3.9. Sustentabilidade Social

Os dois contratos que reservam os maiores números de postos de serviços reservam cotas para **mulheres em situação de vulnerabilidade**.



3.10. Gestão de Riscos nas Contratações

Por meio da Portaria TRE-PI nº 533/2025, o TRE-PI regulamentou o Procedimento de Gestão de Riscos do Macroprocesso de Contratações.

Plano de Resposta aos Riscos



3.11. Apuração de Responsabilidades nos Contratos Administrativos

A Resolução TRE-PI nº 502/2025 regulamentou o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei das Licitações e Contratos), aos licitantes e contratados no âmbito do TRE-PI.

A **Comissão Permanente de Sindicâncias (COSIND)**, instituída pela Portaria TRE-PI nº 30/2023, é o órgão responsável pela condução dos processos de apuração e aplicação das sanções administrativas aos licitantes e contratados.

Durante o ano de 2025, a Administração Superior do TRE-PI aplicou **64 penalidades** por meio de processos tramitados pela COSIND. O total das multas impostas, decorrentes das decisões proferidas no período, alcançou **R\$ 12.430,62**.

3.12. Ação de Execução Fiscal da Prefeitura Municipal de Teresina

Finalmente, é oportuno ressaltar a existência de Execução Fiscal que tramita na 4ª Vara Federal de Execução Fiscal da SJPI, movida pela Prefeitura Municipal de Teresina relacionada à controvérsia em torno da cobrança do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) relativo a contratos de limpeza, conservação e vigilância prestados nos Cartórios Eleitorais do interior do Estado, abrangendo o período de 2009 a 2014.

Em sua tese a Prefeitura de Teresina defendeu que o imposto deve ser recolhido na sede do tomador do serviço, no caso em Teresina, e não no local da prestação do serviço.

Em primeira instância, o juízo competente julgou procedente os embargos da União acolhendo o entendimento de que o imposto é devido na prestação do serviço, no caso, nos municípios dos Cartórios Eleitorais, e não na sede do contratante.

A Prefeitura de Teresina interpôs Recurso de Apelação, em 09/02/2025.

Informações mais detalhadas sobre o caso podem ser obtidas no [Despacho nº 621 / 2026 - TRE/PRESI/DG/SAOF](#).



Para informações mais detalhadas sobre a SAOF clique aqui.

4



Gestão de Pessoas
















4. Gestão de Pessoas

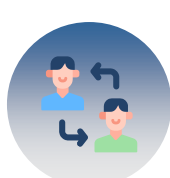
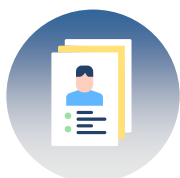
4.1. Conformidade Legal

A execução dos processos de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas segue as diretrizes estabelecidas por Leis, Decretos, Resoluções e normativos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os entendimentos do TCU e o regramento do TSE, garantindo que o fluxo procedimental esteja em plena consonância com as resoluções e regulamentos internos deste Tribunal.

-  Resolução TRE-PI nº 513/2025 - Dispõe sobre a utilização de recursos orçamentários provenientes do saldo de 35% do valor integral de cargo em comissão, para transformação, sem aumento de despesa, em cargos em comissão.
-  Resolução TRE-PI nº 508/2025 - Aprova o Regulamento Geral do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – PRÓ-SAÚDE.

-  Resolução TRE-PI nº 494/2024 - Institui o Plano de Assistência Farmacêutica no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e dá outras providências.
-  Resolução TRE-PI nº 487/2024 - Institui a Política de Linguagem Simples na Justiça Eleitoral do Estado do Piauí.
-  Resolução TRE-PI nº 485/2024 - Institui o Programa de Prevenção e Medidas de Segurança Voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra Magistradas e Servidoras no Âmbito da Justiça Eleitoral do PI.
-  Resolução TRE-PI nº 483/2024 - Dispõe sobre a implantação do juiz eleitoral das garantias no âmbito da Justiça eleitoral do Piauí.
-  Resolução TRE-PI nº 482/2024 - Dispõe sobre o instituto da dependência legal e econômica do âmbito do TRE-PI.

-  Resolução TRE-PI nº 474/2023 - Dispõe sobre o Programa de Estágio no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, revoga as Resoluções nº 207, de 26 de abril de 2011, e nº 300, de 12 de janeiro de 2015, e dá outras providências.
-  Resolução TRE-PI nº 473/2023 - Institui a Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação (PGPTI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
-  Resolução TRE-PI nº 433/2021 - Institui a Ouvidoria da Mulher e a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
-  Resolução TRE-PI nº 386/2020 - Institui o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
-  Resolução TRE-PI nº 211/2011 - Regulamenta as consignações em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do quadro de pessoal do TRE-PI.
-  Portaria TRE-PI nº 289/2025 - Institui procedimentos para o acolhimento das vítimas e o tratamento das denúncias de assédio moral, assédio sexual e/ou discriminação no âmbito do TRE-PI.
-  Portaria TRE-PI nº 350/2024 - Institui condições especiais de trabalho aos servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, bem como aos que tenham filhos ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do TRE-PI.
-  Portaria TRE-PI nº 348/2025 - Dispõe sobre a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito do TRE-PI, como instrumento de resolução consensual de conflitos disciplinares.

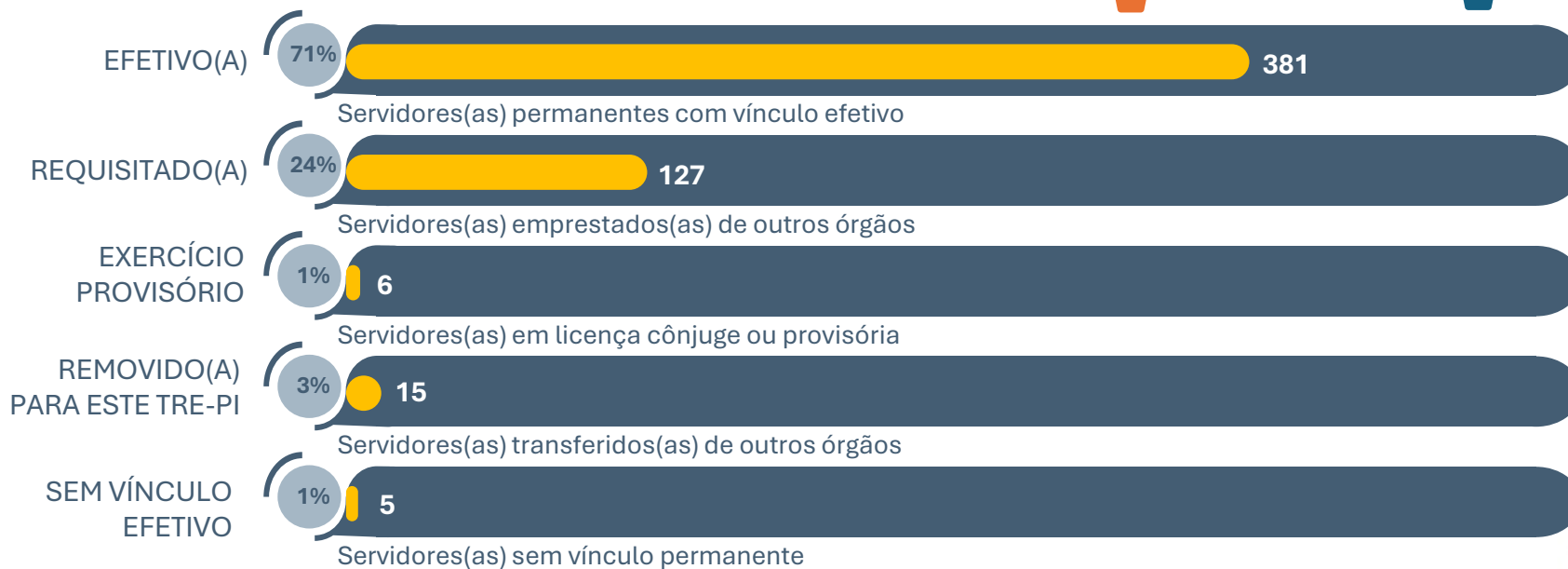


4.2. Avaliação da Força de Trabalho

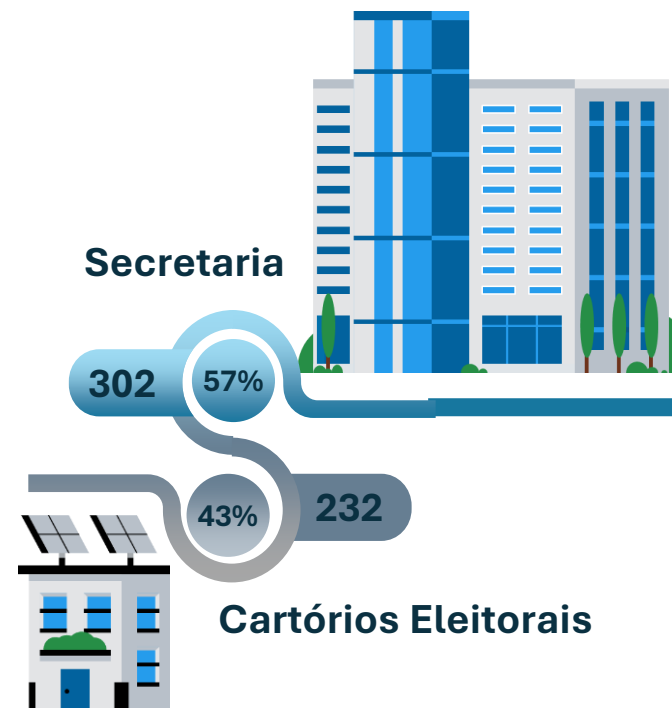
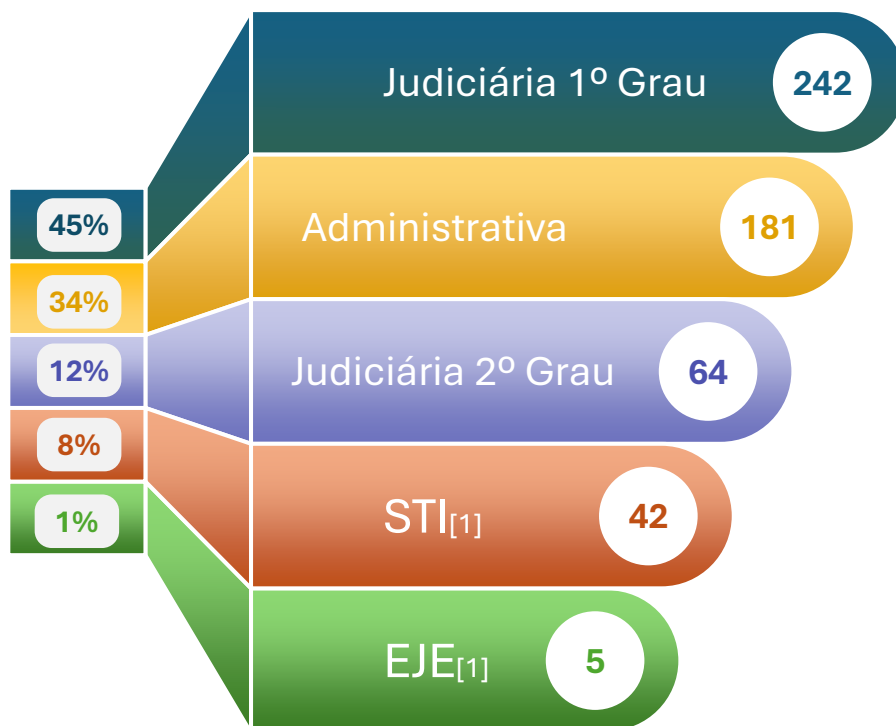
A força de trabalho do TRE-PI é composta por 534 colaboradores(as), distribuídos(as) entre a Secretaria (302) e as Zonas Eleitorais (232). Essa estrutura operacional compreende diversos regimes de ocupação, incluindo servidores efetivos, requisitados, removidos, sem vínculo e em exercício provisório.

O detalhamento sociodemográfico que fundamenta a gestão desses fluxos de pessoal é apresentado nos tópicos seguintes

4.2.1. Distribuição da Força de Trabalho – Por Origem

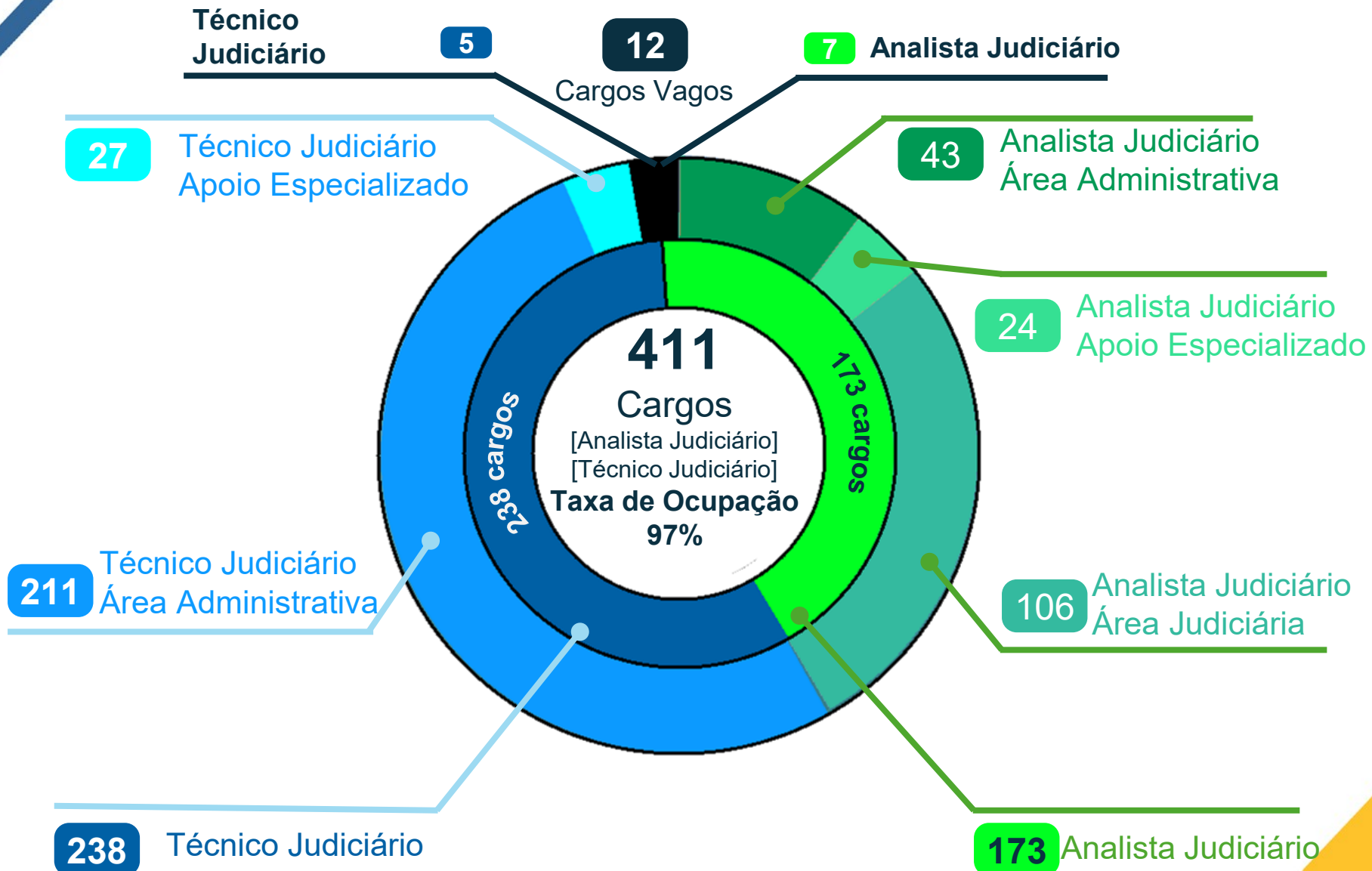


4.2.1. Distribuição da Força de Trabalho – Por Lotação

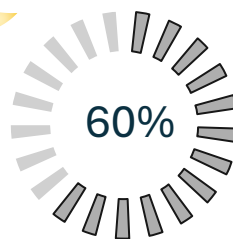
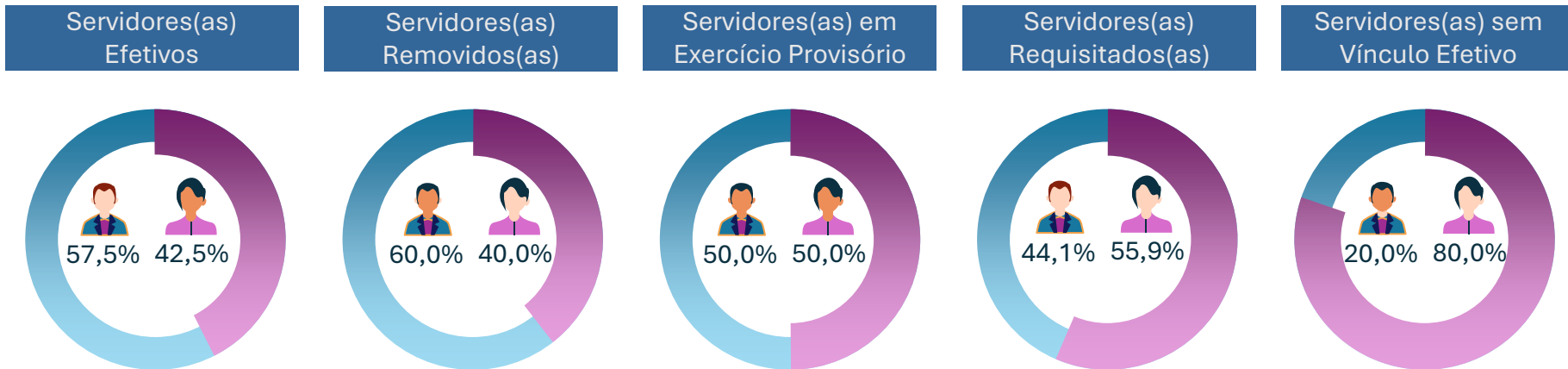
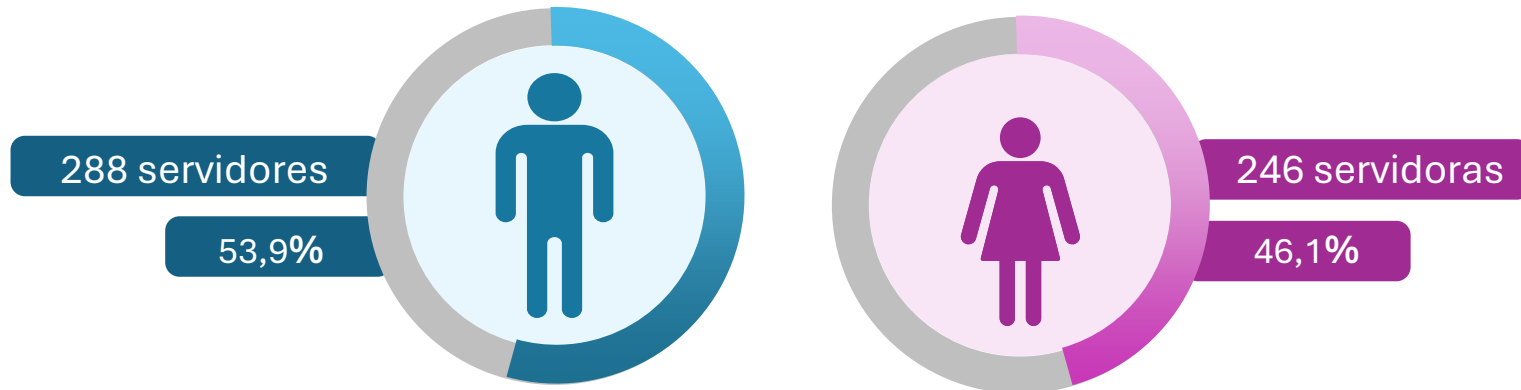


[1] STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
EJE – Escola Judiciária Eleitoral

4.2.2. Situação funcional dos Cargos Efetivos

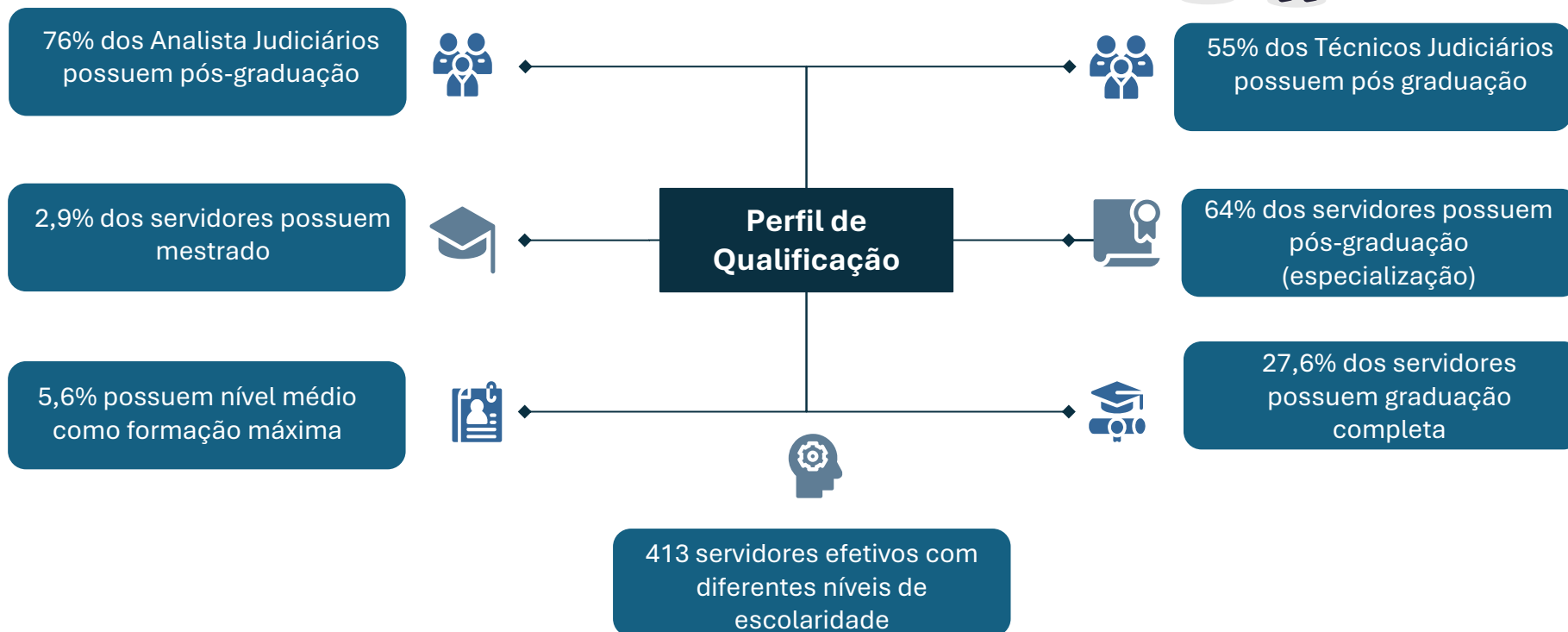


4.2.3. Distribuição por Gênero

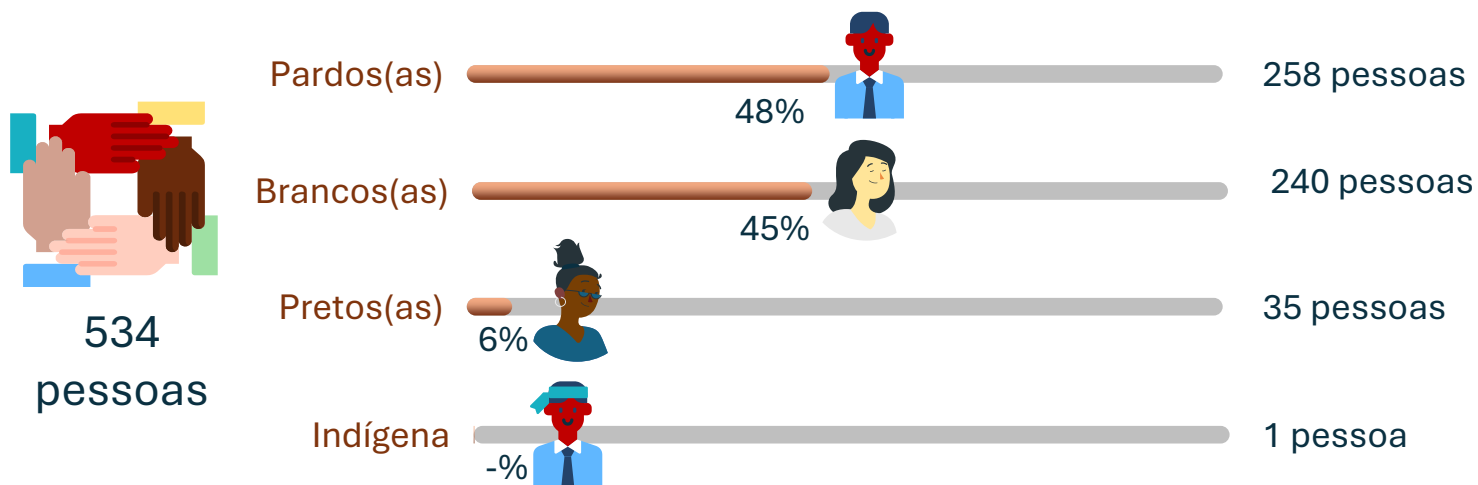






60% dos Cargos
Comissionados são
ocupados por mulheres

4.2.4. Perfil de Qualificação dos(as) Servidores(as)



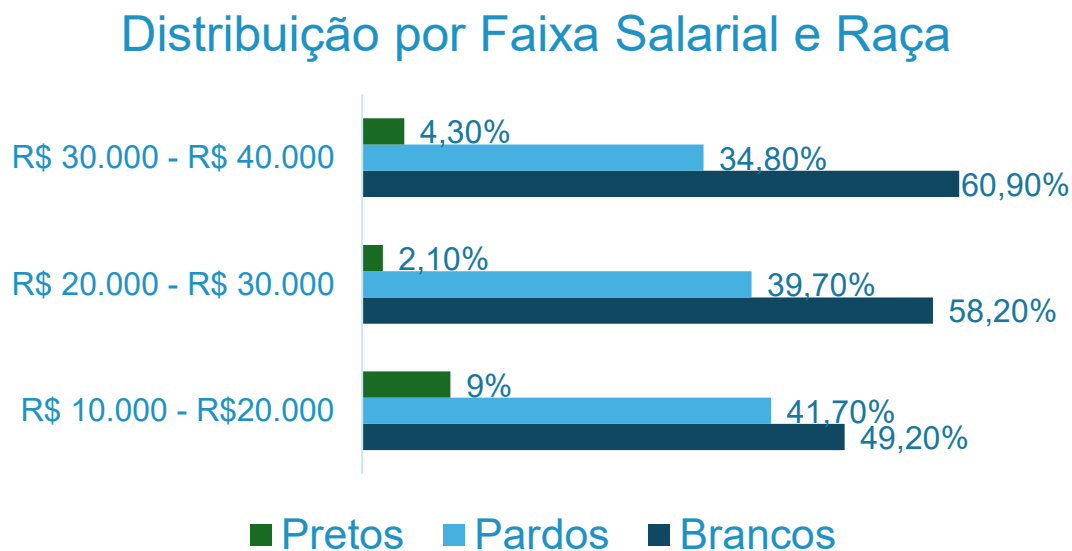
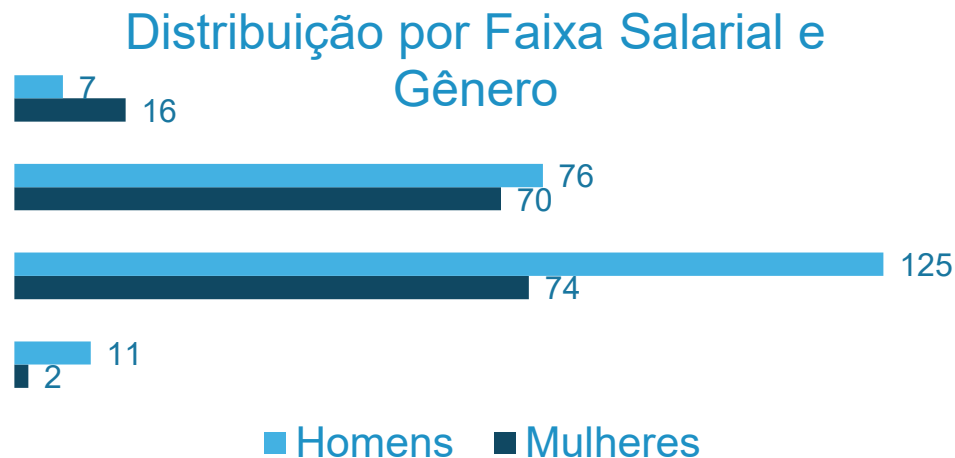
4.2.5. Distribuição por Etnia



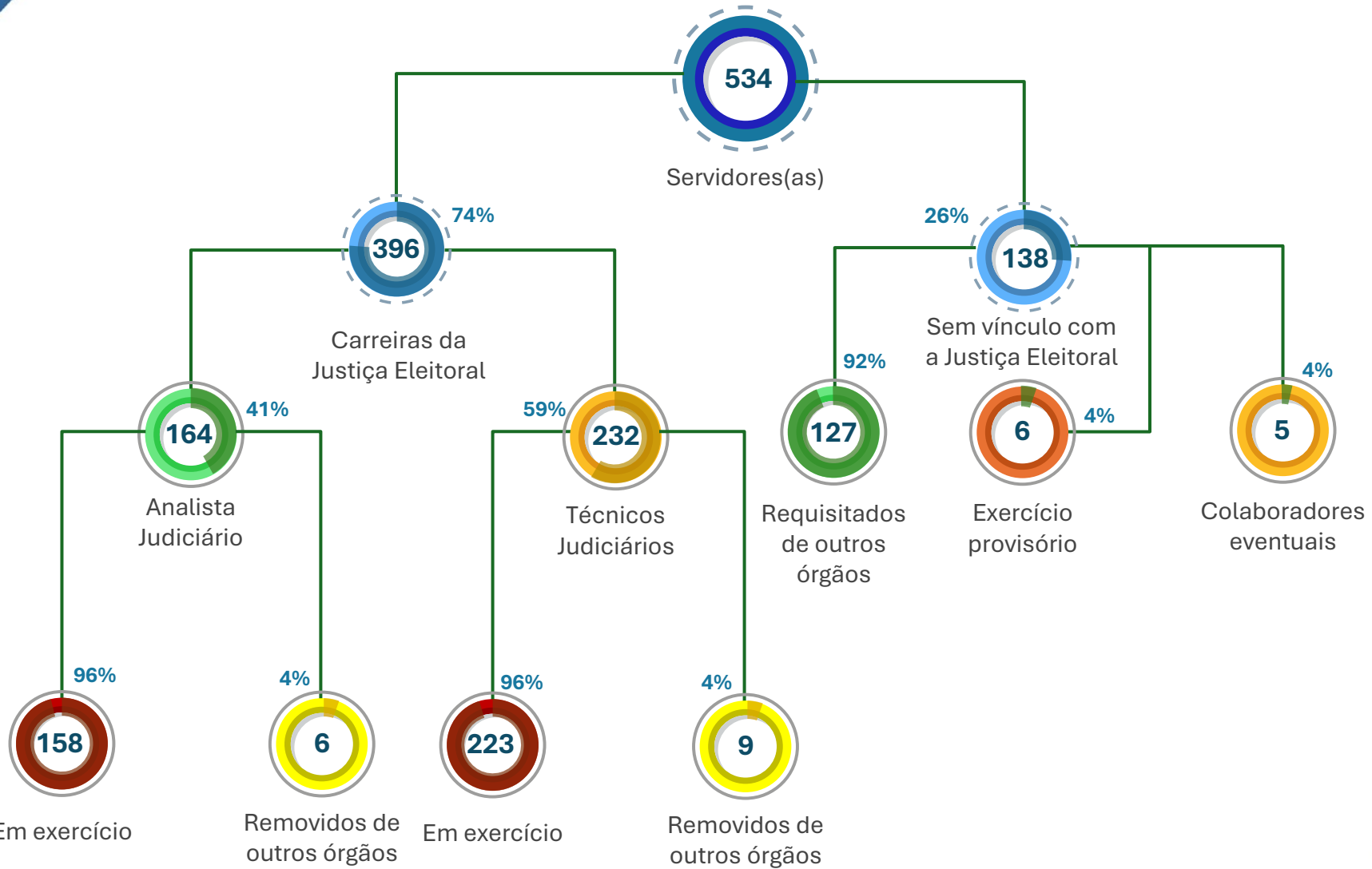
Etnia	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Outros servidores
 Pardos	63 ou 38,4%	101 ou 43,5%	94 ou 68,1%
 Pretos	4 ou 2,4%	19 ou 8,2%	12 ou 8,7%
 Brancos	97 ou 59,1%	112 ou 48,3%	31 ou 22,5%
 Indígena	-	-	1 ou 0,7%

4.2.6. Distribuição por Etnia

A remuneração média dos(as) servidores(as) concentra-se entre as faixas de R\$ 10.000 e R\$ 30.000,00, representando 90,5% do total.

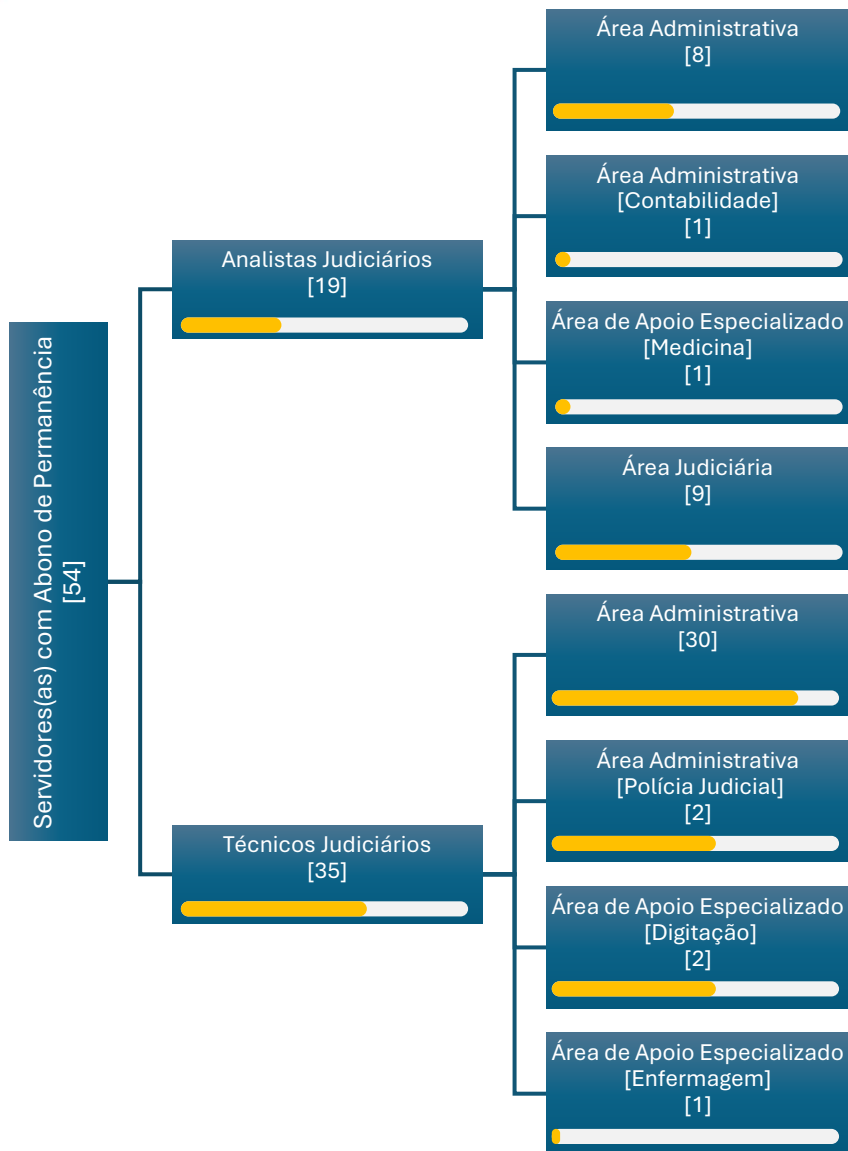


4.2.7. Distribuição da força de Trabalho por Carreira

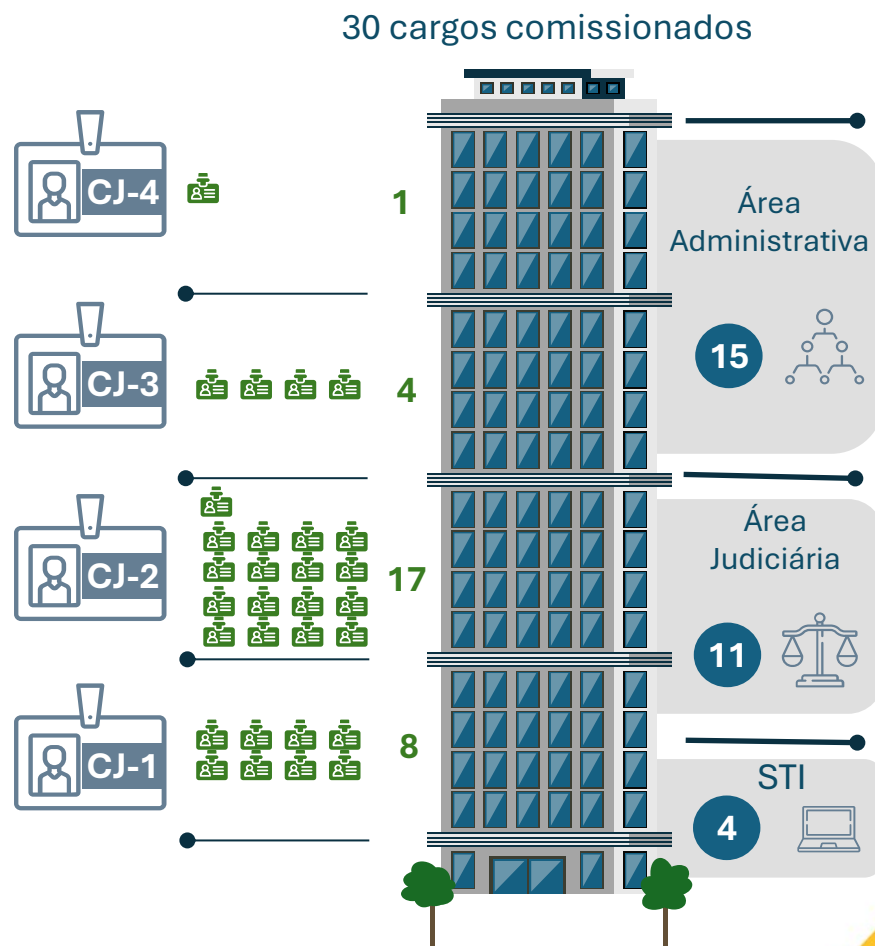


4.3. Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

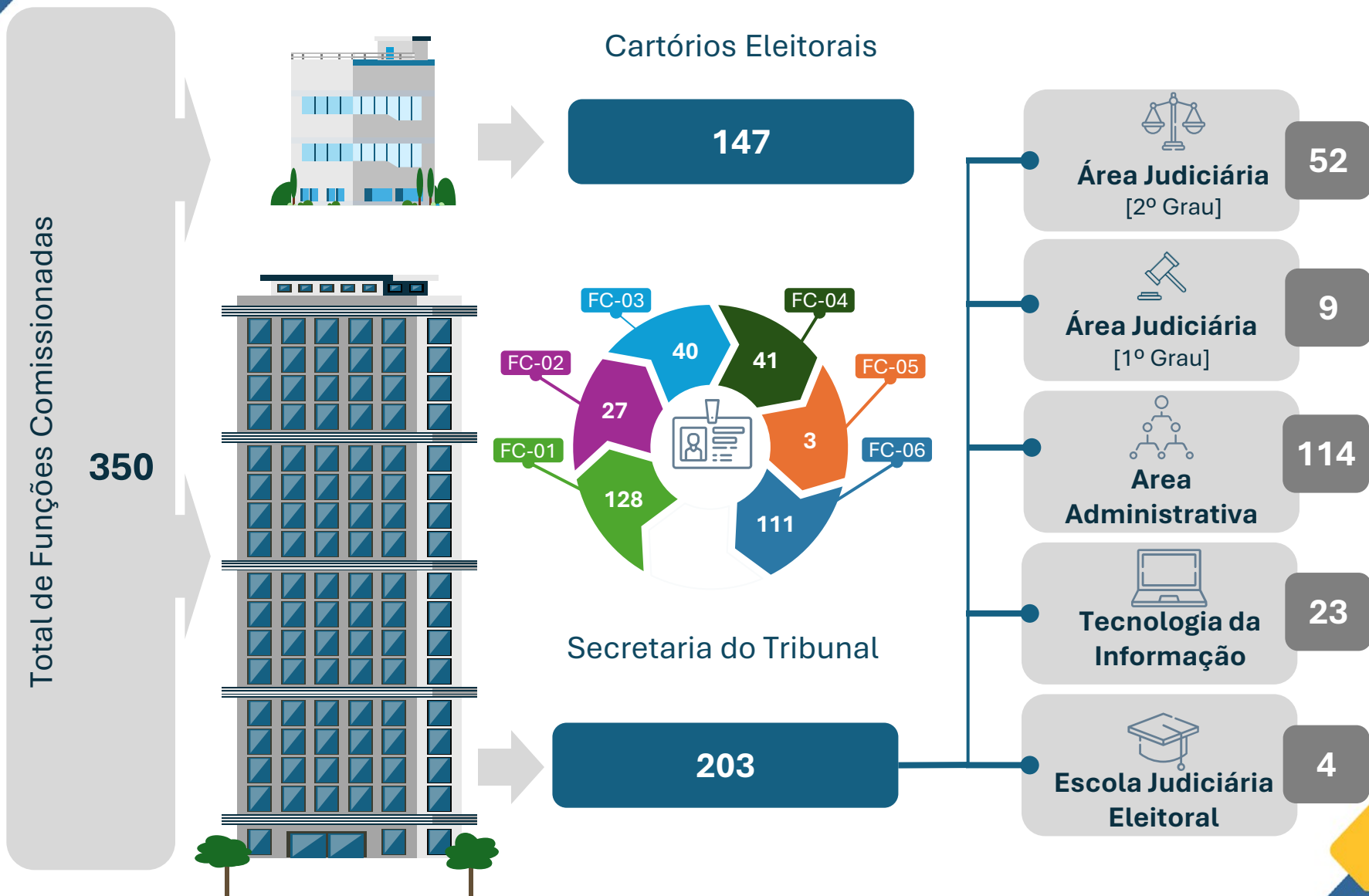
4.3.1. Perspectivas de Aposentadoria



4.3.2. Distribuição dos Cargos em Comissão



4.3.3. Distribuição Funções Comissionadas

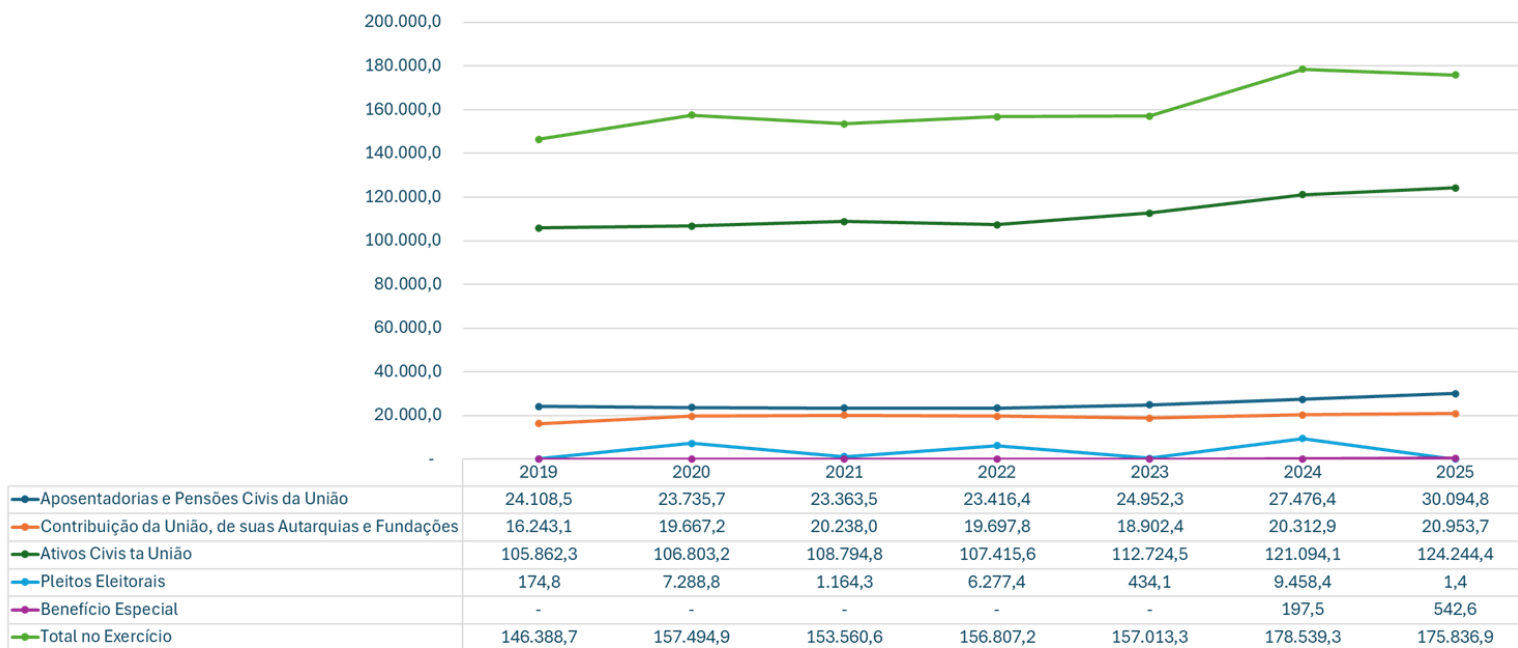


4.4. Evolução das Despesas com Pessoal

4.4.1. Despesas com Pessoal 2019 a 2025

Em R\$ 1.000,00

Histórico da Realização de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
2019 a 2025



— Aposentadorias e Pensões Cíveis da União

— Ativos Cíveis da União

— Benefício Especial

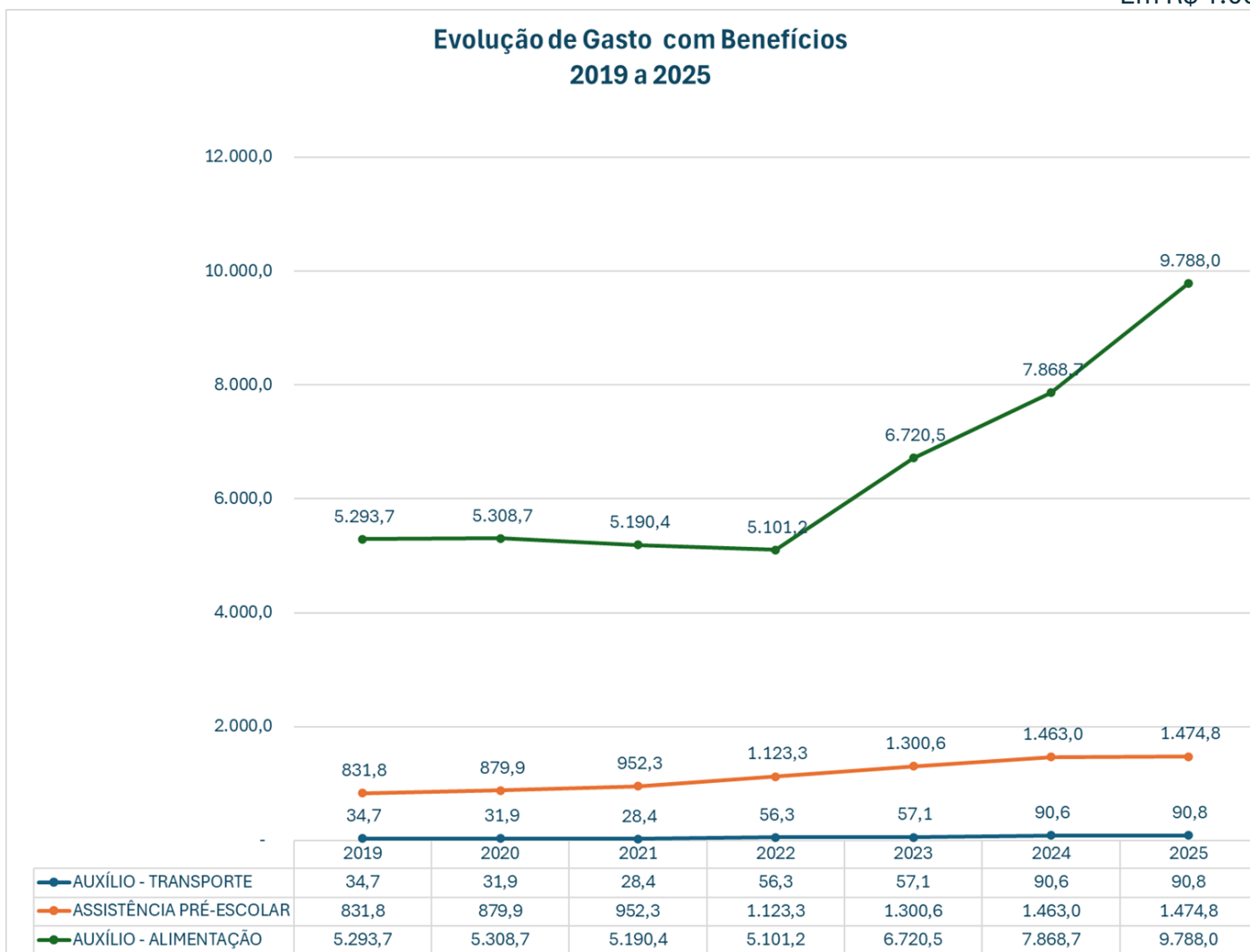
— Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações

— Pleitos Eleitorais

— Total no Exercício

4.4.2. Despesas com Benefícios 2019 a 2025

Em R\$ 1.000,00



4.4.3. Despesas com Benefícios 2019 a 2025

As despesas com magistrados no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí compreendem a **Gratificação Eleitoral e a Remuneração por Participação nas Sessões Ordinárias.**

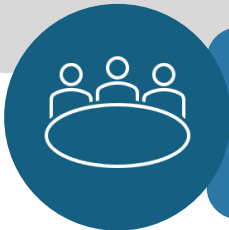
Gratificação Eleitoral



Remuneração devida aos juízes e promotores eleitorais que exercem funções perante a Justiça Eleitoral

R\$ 6.360,51

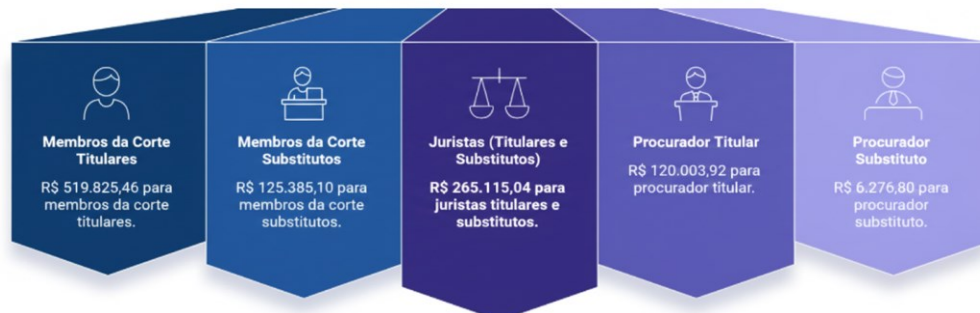
Gratificação por Participação nas sessões Ordinárias



Corresponde ao pagamento de jetons aos membros da Corte, juristas e procuradores pela participação nas sessões de julgamento, assegurando o regular funcionamento do órgão colegiado.

R\$1.255,36

Remuneração das Sessões Ordinárias



Orçamento 2025

Em R\$ mil

Gratificação Eleitoral

Juízes Titulares

4.945,3

Juízes Substitutos

218,6

Promotores Titulares

5.101,8

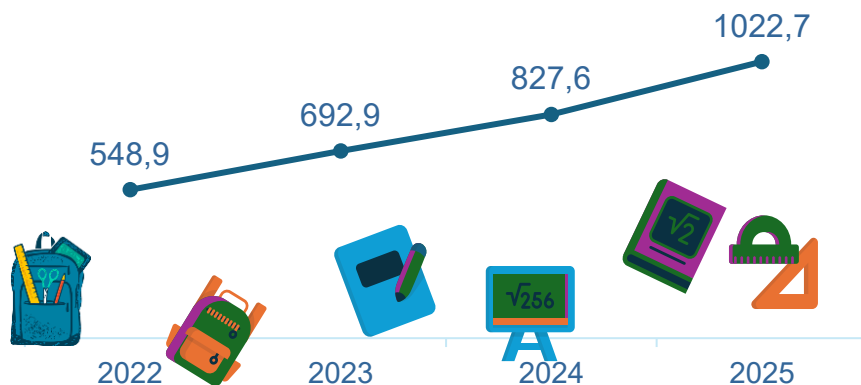
Promotores Substitutos

457,9

4.4.4. Despesas com Estagiários

O TRE-PI realiza periodicamente a seleção de estudantes para o programa de estágio remunerado e não remunerado. Podem participar estudantes de curso de educação profissional de nível médio nas áreas diversas áreas de formação.

Despesas com Estagiários



4.5. Desempenho e Eficiência

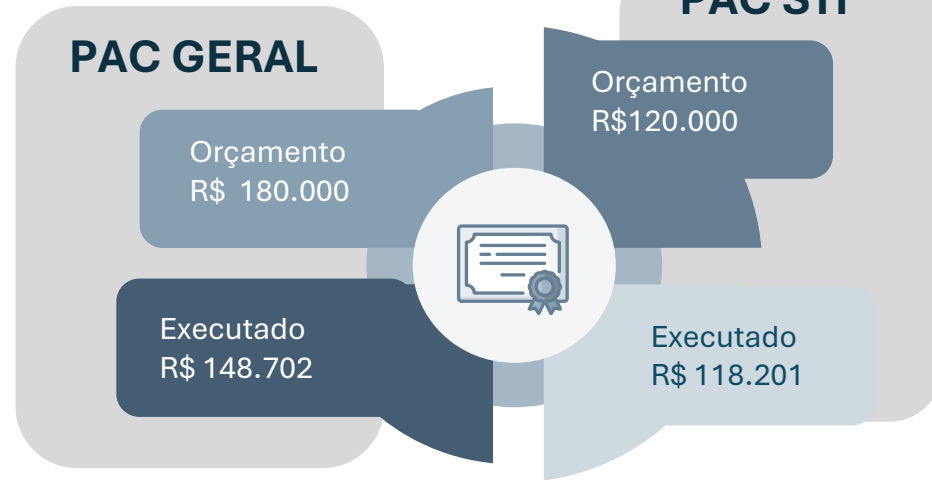
4.5.1. Avaliação de Desempenho



4.6. Oferta de Capacitação



Plano Anual de Capacitação



4.7. EJE – Escola Judiciária Eleitoral

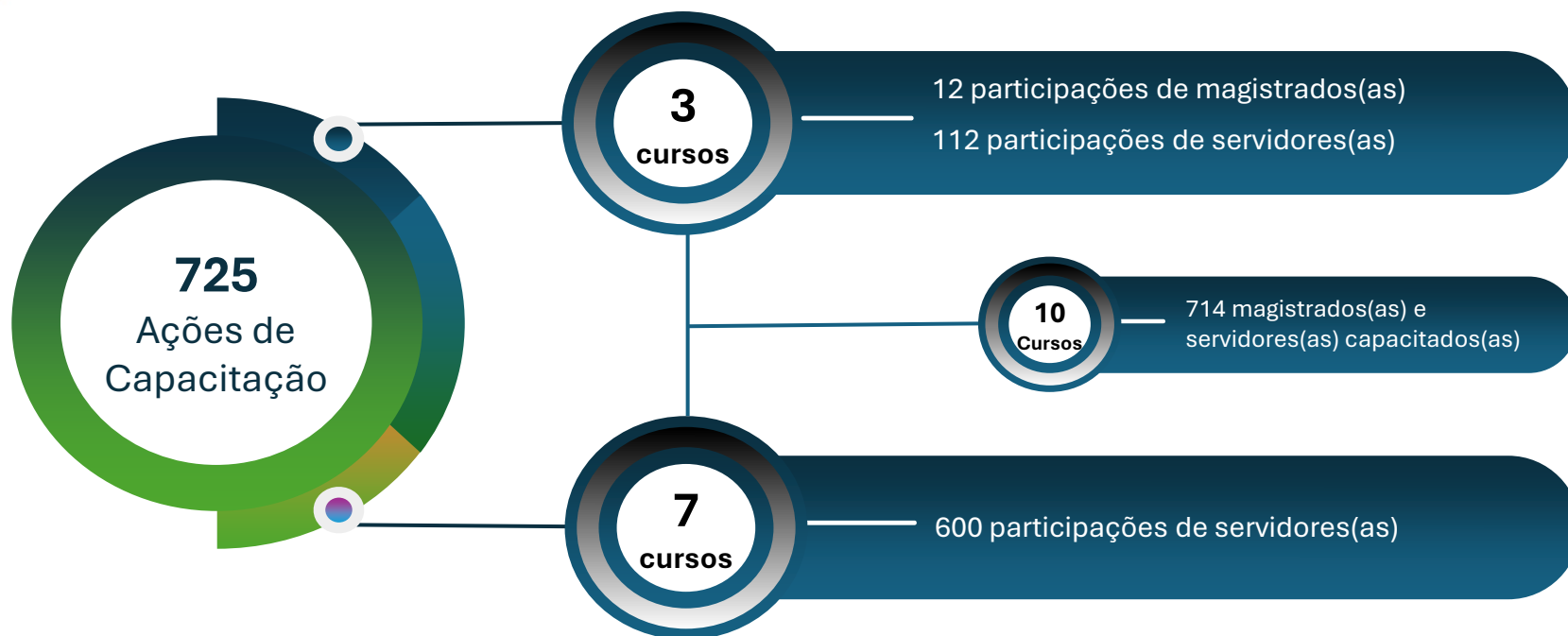
A Escola Judiciária Eleitoral do Piauí (EJE/PI), foi instituída por meio da Resolução nº 104/2005 e tem seu regimento interno estabelecido na Resolução TRE-PI nº 342/2016, sendo uma unidade administrativa vinculada à Presidência.

Seu funcionamento segue os ditames da Resolução TSE nº 23.620/2020 que dispõe sobre a estrutura, o funcionamento e as competências das Escolas Judiciárias Eleitorais.

Eixos de Atuação da EJE



A EJE realizou:



4.8. Teletrabalho e Trabalho Remoto

4.8.1. Gestão do Teletrabalho

O teletrabalho foi instituído pela Resolução TRE-PI nº 386/2020 e ampliado pela Portaria TRE-PI nº 350/2024, que prevê condições especiais para servidores com deficiência, doença grave ou com dependentes nessas condições. Atualmente, 66 servidores atuam nessa modalidade: 39 na Secretaria e 27 nas Zonas Eleitorais

Servidores(as) em Teletrabalho

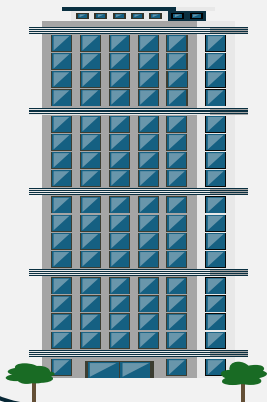
Cartórios Eleitorais



27



Secretaria do TRE-PI



39



4.9. Valorização do Servidor e das Condições de Trabalho

O Serviço de Assistência à Saúde do TRE-PI administra o Plano de Saúde Privado e o Pró-Saúde, zelando pelo bem-estar e pelas condições de saúde dos(as) servidores(as).



Setor Administrativo

Gerencia o plano de saúde privado e o pró-saúde

Serviço Médico

Oferece cuidados de saúde gerais

Serviço Odontológico

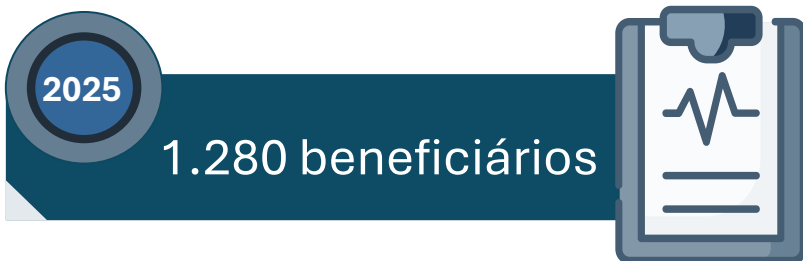
Cuida da saúde bucal

Psicologia

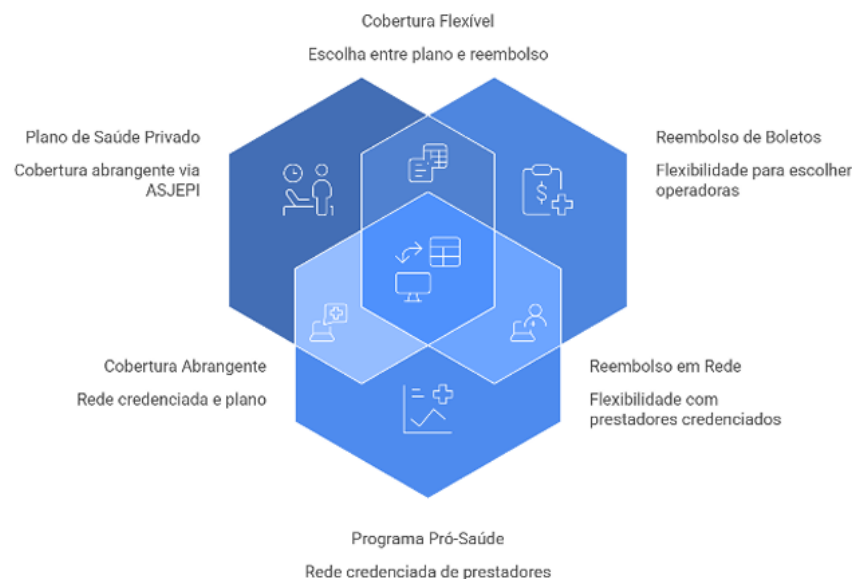
Fornece apoio à saúde mental

4.9.1. Auxílio-Saúde

O Auxílio-Saúde ofertado pelo TRE-PI aos(as) servidores(as) contempla o Plano Privado, prestado pela UNIMED e intermediado pela ASJEPI e o Pró-Saúde por meio de rede credenciada de profissionais, clínicas e hospitais.



Opções de Assistência à Saúde para Servidores do TRE-PI



4.9.2. Campanhas

A SGP promoveu diversas campanhas ao longo do ano de 2025, com destaque para vacinação e doação de sangue. Além disso foram realizados 120 exames médicos programados no PCMSO de 376 convocações (31,9%).

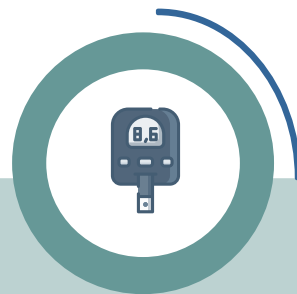
Campanhas



**Vacinação
contra Gripe**

Pessoas
Imunizadas

268



**Doação de
Sangue**

Pessoas
Doadoras

27



**Exames
Médicos
Periódicos**
Pessoas
Examinadas

120



**Serviços
Odontológico
s**
Pessoas
Consultadas

329



**Eventos
Temáticos**



4.9.3. Assistência Odontológica Direta

A Assistência Odontológica Direta são eventos de atendimentos realizados no consultório do próprio TRE-PI para situações de exames, retornos, urgências e consultas de manutenção preventiva.

Em 2025 foram realizadas 329 intervenções.



[Mais Informações](#)





5

Gestão de Tecnologia da Informação

5.1. Conformidade Legal

Como órgão do Judiciário, o TRE-PI opera seguindo as diretrizes nacionais e internacionais para integrar a tecnologia e a estratégia institucional, de modo a garantir a conformidade com o CNJ, TSE e TCU, além das melhores práticas internacionais.

Diretrizes Nacionais ENTIC-JUD



Alinhamento com a Estratégia nacional de Tecnologia da Informação e as normas de contratações

Integração Institucional



Sincronia entre o Plano Estratégico do TRE-PI e o seu Plano Diretor

Proteção de Dados e LGPD



Observância à LGPD, à Política de Segurança da Justiça Eleitoral e à Estratégia ENSEC-PJ

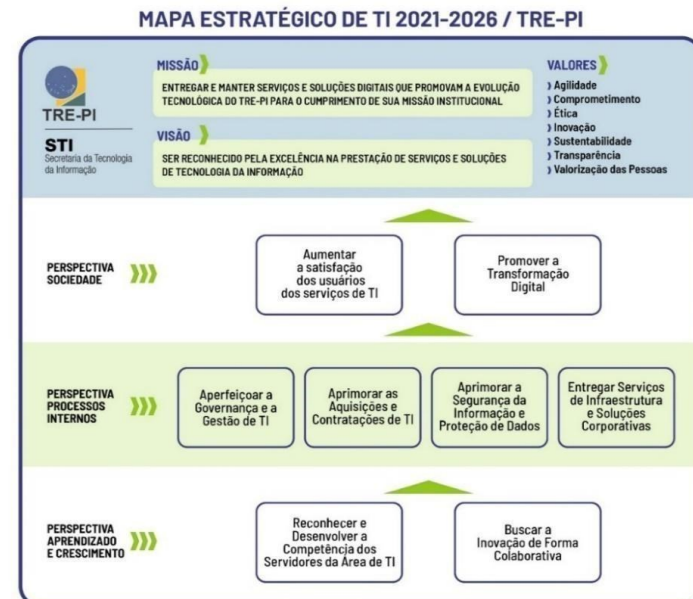
Metodologias de qualidade



Aplicação dos padrões internacionais COBIT, ITIL e . E normas ISO 27.000 e 31.000

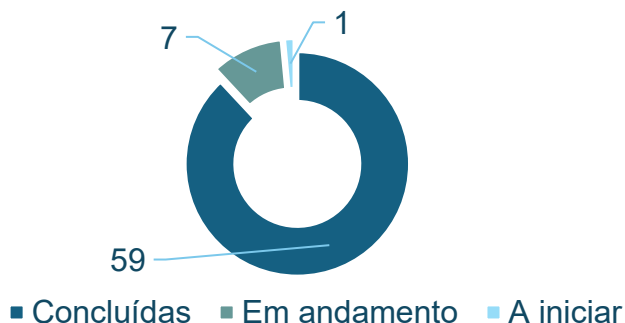
5.2. Referencial Estratégico

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do TRE-PI atua como o braço tecnológico do Planejamento Estratégico do Tribunal, em estrita observância à Resolução CNJ nº 370/2021. Em 2024, o plano passou por uma revisão formal (Portaria nº 454/2024) para assegurar sua relevância até o fim do ciclo. Abaixo apresentamos o Mapa Estratégico vigente:



O Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2021-2026 relaciona 67 iniciativas a serem executadas durante o ciclo estratégico 2021-2026 e contempla 15 resultados-chave associados aos objetivos estratégicos, para os quais temos os seguintes resultados:

Situação das Iniciativas

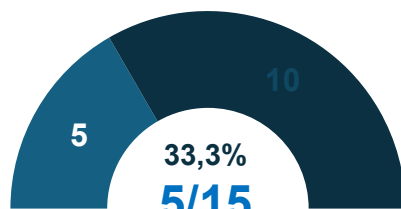


Metodologia OKR

Foco
Resultados, não apenas tarefas

Mensurabilidade
Parâmetros claros e quantitativos

Dinamismo
Acompanhamento contínuo de ciclo da estratégia



KRs Alcançados 2025

Tabela 1 - Resultados-chaves de TI alcançados em 2025

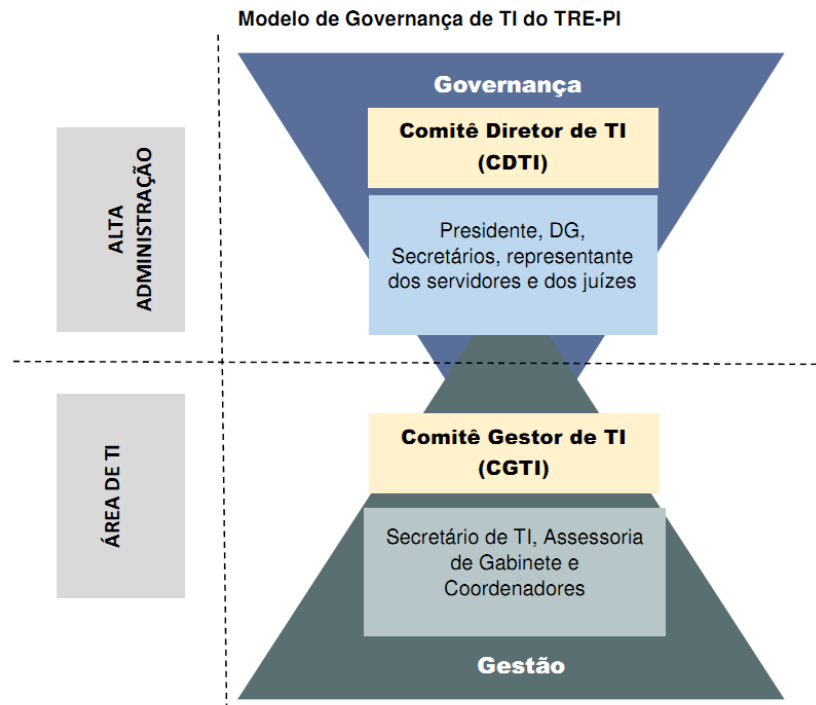
Resultado-Chave	Meta	Resultado
KR1.1 Aumentar a adesão às pesquisas de satisfação padronizadas para 20% até 2026	15%	4,96%
KR1.2 Aumentar o índice de satisfação dos usuários com o atendimento de TI para 98% até 2026	98%	96,09%
KR1.3 Aumentar o índice de satisfação dos usuários com os serviços de TI para 95% até 2026	93%	93,04%
KR 2.1 Atingir 100% de execução do Plano de Transformação Digital até 2026	80%	10%
KR3.1 Aumentar a porcentagem de servidores da STI capacitados anualmente para 90% até 2026	90%	85%
KR4.1 Participar anualmente de quatro iniciativas em parceria com outros órgãos até 2026	4	2
KR 4.2 Publicar anualmente 20 iniciativas no repositório nacional até 2026	20	8
KR 5.1 Alcançar 100% de execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação até 2026	90%	88%
KR 5.2 Realizar 100% do número de reuniões do CDTI previstas em normativo até 2021	100%	100%
KR 6.1 Atingir 100% de execução do Plano Anual de Contratações de Soluções de TI até 2025	100%	93%
KR 7.1 Implementar a gestão de riscos em 100% dos serviços críticos até 2022	100%	100%
KR 7.2 Atender a 100% dos requisitos da Resolução CNJ nº 363/2021 até 2026	90%	84%
KR8.1 Aumentar o índice de atendimento dos serviços de TI realizados dentro do Acordo de Nível de Serviço para 95% até 2026	95%	97%
KR 8.2 Alcançar o índice de 80% de projetos de software aderentes à Metodologia de Desenvolvimento de Software até 2026	80%	85%
KR 8.3 Aumentar o índice de aderência ao Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Software para 95% até 2026	85%	83%

5.3. Modelo de governança de TI

No TRE-PI, o modelo de Governança de Tecnologia da Informação tem por base duas instâncias, sendo a primeira de cunho estratégico, representada pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI), e a segunda de cunho tático-operacional, Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), conforme demonstrado na Figura 4.

O CDTI é a instância responsável pela aprovação de políticas, estratégias e planos institucionais, além do monitoramento e avaliação sistemática dessas políticas. É composto por representantes das unidades administrativas do Tribunal e de representante das zonas eleitorais.

O CGTI, por sua vez, é a instância responsável pela apreciação dos planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução desses planos, estabelecimento de indicadores operacionais e proposições de replanejamento, sendo composto pelo titular da Secretaria de Tecnologia da Informação, pelos titulares das Coordenadorias das unidades e pelo titular da Assistência de Governança de Tecnologia da Informação.



5.4. Estrutura organizacional

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí está organizada, regimentalmente, em três Coordenadorias, cada uma com duas Seções, compostas por uma ou mais Assistências. Também integra a STI, o Núcleo de Segurança Cibernética, criado em 2021 por meio da Resolução nº TRE-PI 430/2021, que por sua vez também criou o Núcleo de Segurança da Informação, vinculado à Presidência do Tribunal. As atribuições de cada unidade estão definidas no Regimento Interno da Secretaria (Resolução TRE-PI nº 271/2013.)



Figura 5 - Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação

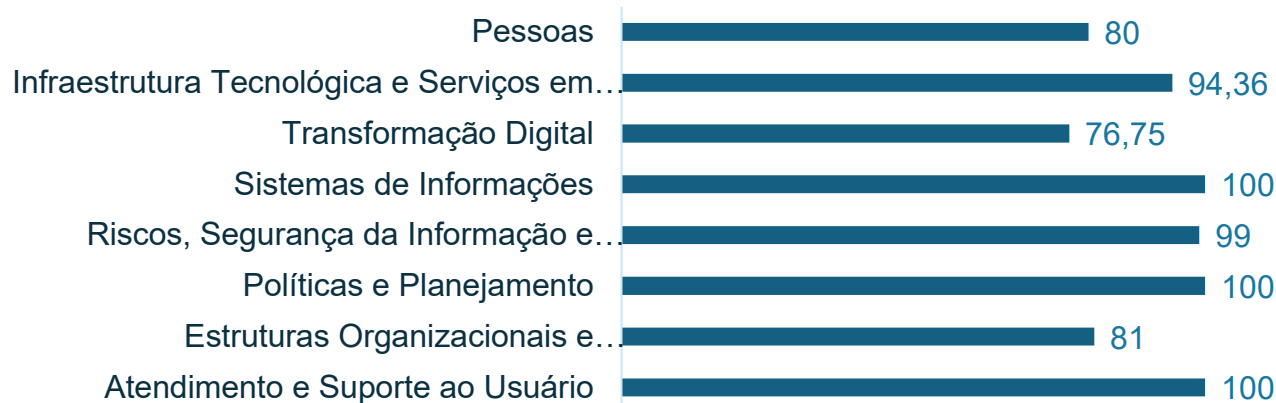
5.5. Avaliação Externa

O Conselho Nacional de Justiça realiza, todos os anos, avaliação para medir o cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e o grau de maturidade da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no Poder Judiciário, conforme a ENTIC-JUD vigente.

Em 2025, o TRE-PI manteve o nível “Excelência” no Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTI-JUD), alcançando 92,25 pontos, segundo levantamento do CNJ.

O resultado foi influenciado por ações como a criação do Programa de Valorização e Reconhecimento de Servidores de Tecnologia da Informação, a instituição da Política de Avaliação de Desempenho da Secretaria de Tecnologia da Informação e a continuidade das boas práticas de gestão de processos de TI.

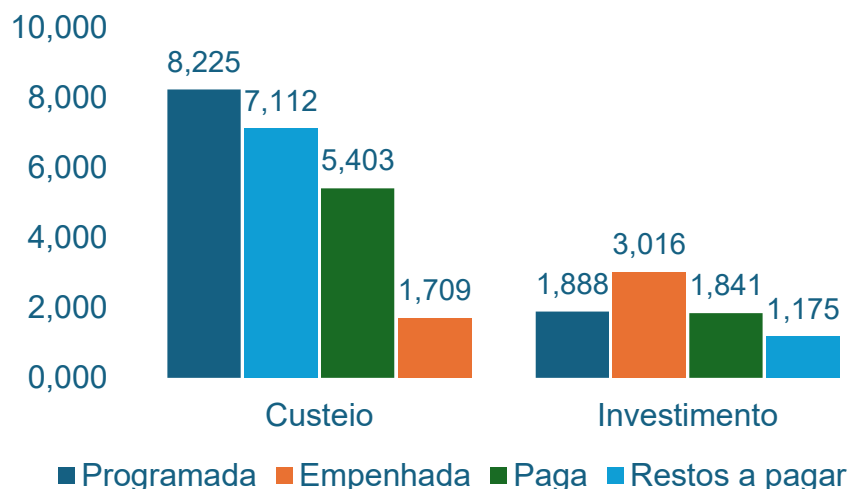
Resultado por Tema no iGovTIC-JUD 2025



5.6. Recursos aplicados em tecnologia da informação

TRE-PI destinou em 2025 um total de R\$ 10,1 milhões em recursos para aplicação em Tecnologia da Informação. O montante foi direcionado para o custeio das despesas correntes na área de TI e em investimentos para a melhoria da infraestrutura e dos serviços de tecnologia da informação, de acordo com o detalhamento apresentado na abaixo.

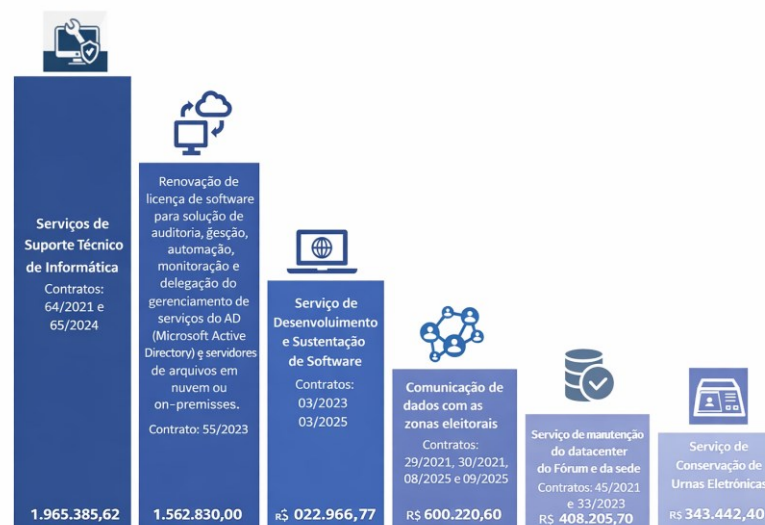
Montante de recursos aplicados em TI 2025
(em milhões de R\$)



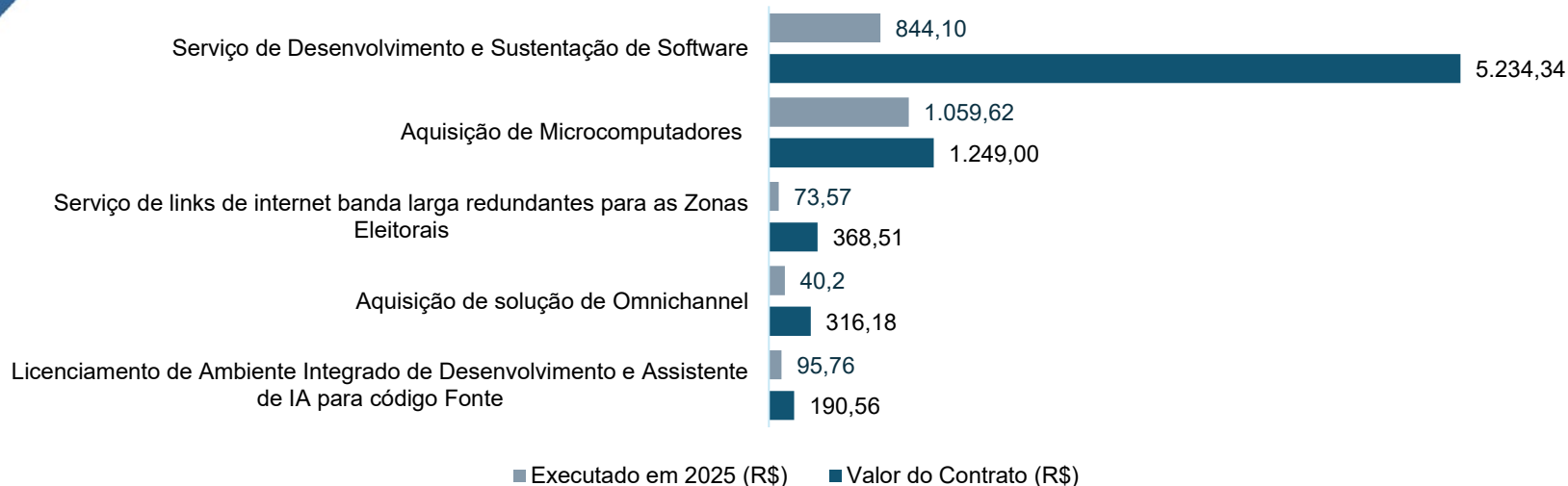
5.7. Contratações mais relevantes em tecnologia da informação

As contratações continuadas mais relevantes de TI no exercício de 2025 estão detalhadas no Gráfico abaixo, no qual é possível identificar o contrato e o valor envolvido na contratação.

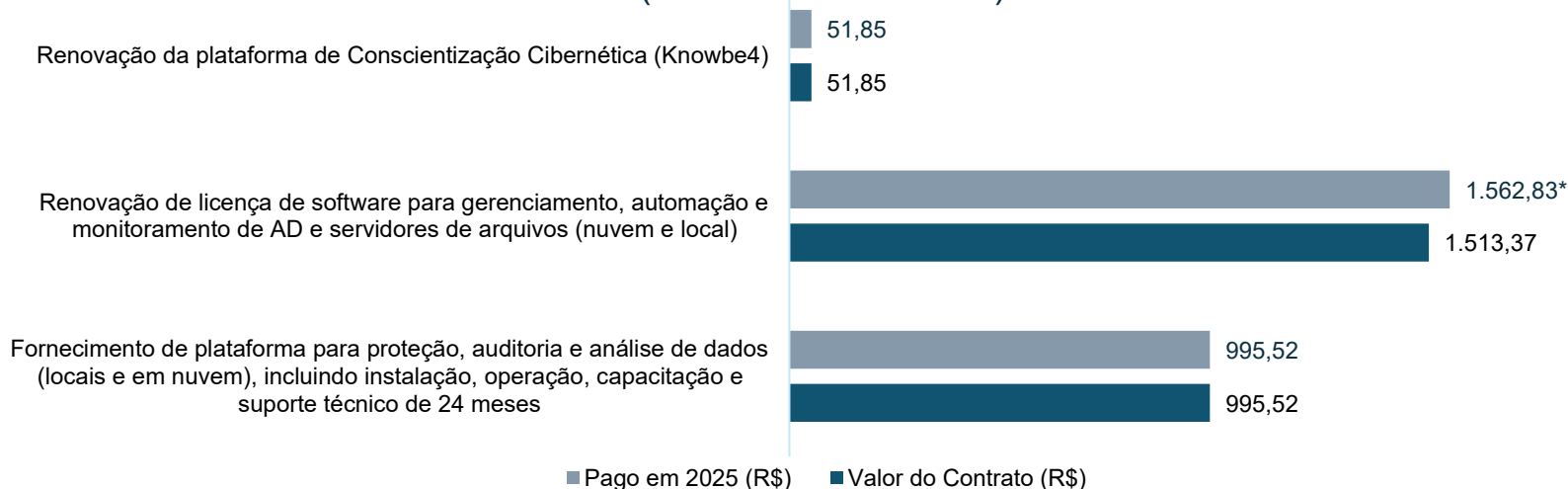
Contratações continuadas mais relevantes de TI em 2025
(Valores em R\$)



Contratações novas mais relevantes de TI 2025 (em milhares de Reais)



Contratações relevantes Segurança da Informação em 2025 (em milhares de reais)



- Do total de 1.562.83, R\$ 49,45 mil referem-se a restos a pagar de anos anteriores liquidados em 2025

5.8. Segurança da informação

A segurança da informação serve para proteger os dados da instituição, garantindo que apenas pessoas autorizadas possam acessá-los ou alterá-los. Com o aumento das ameaças virtuais nos últimos anos, o tribunal criou duas áreas com dedicação exclusiva a esse tema: o núcleo de segurança da informação (NSEGI), voltado para a criação de normas, e o núcleo de segurança cibernética (NSCIB).

Entre as principais medidas adotadas por essas equipes, destacam-se duas regras recentes: a portaria 237/2025, que organiza as cópias de segurança (backup) e a restauração de dados, e a portaria 551/2025, que trata da gestão de riscos de segurança.

Além das normas, o tribunal reforçou a proteção de seus sistemas, arquivos e ambientes em nuvem por meio de controles rigorosos e auditorias especializadas, reduzindo assim o risco de sofrer ataques cibernéticos

Normativos de Segurança da Informação de 2025

Normativo	Descrição
<u>Portaria TRE-PI nº 237/2025</u>	Dispõe sobre as regras e os procedimentos para gerenciamento de backup e restauração de dados no âmbito da rede corporativa de dados do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).
<u>Portaria Presidência Nº 551/2025</u>	Dispõe sobre as regras e os procedimentos para gestão de riscos de segurança da informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.



5.8.1 Avaliação das campanhas de segurança cibernética

Em 2025 foram realizadas três campanhas de conscientização em segurança cibernética. A Comissão de Segurança da Informação decidiu que por iniciar a 8ª Temporada e reabrir todas as temporadas para os servidores até 13/02/2026.

A seguir apresentamos os resultados das campanhas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado da participação das campanhas de conscientização promovida pelo TRE-PI para os servidores e colaboradores, bem como para os magistrados.

1ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Encerrada
Data de início	21/11/2022, 09:00
Data de término	28/02/2024, 09:52

2ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Encerrada
Data de início	27/02/2023, 09:30
Data de término	04/04/2025, 23:59

3ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Em andamento
Data de início	31/05/2023, 09:00
Data de término	06/02/2026, 23:59

4ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Em andamento
Data de início	09/10/2023, 09:00
Data de término	06/02/2026, 23:59

5ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Em andamento
Data de início	04/03/2024, 09:00
Data de término	06/02/2026, 23:59

6ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha ⓘ



Status	Em andamento
Data de início	10/02/2025, 09:00
Data de término	06/02/2026, 23:59

7ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha 1



Status	Em andamento
Data de início	14/07/2025, 09:00
Data de término	06/02/2026, 23:59

8ª Temporada Servidores e Colaboradores

Resumo da campanha 1



Status	Em andamento
Data de início	24/11/2025, 09:00
Data de término	13/02/2026, 23:59

1ª Temporada Magistrados

Resumo da campanha



Status	Concluído
Data de início	22/05/2023, 09:00
Data de término	16/08/2023, 23:59

5.8.2 Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios em Segurança da Informação

Em 2025, foi regulamentado o normativo de gestão de riscos de segurança da informação do Tribunal.

Com o intuito de fortalecer a segurança da informação no Tribunal, estão em desenvolvimento planos de ação voltados ao aprimoramento dos controles previstos na Política de Segurança da Informação. Tais iniciativas abrangem a operacionalização de ferramentas que implementam as melhores práticas de Cibersegurança e contribuem diretamente para a prevenção de ataques cibernéticos.

Como desafios a serem superados nos próximos anos podemos destacar principalmente:

- Ampliar a conscientização em Segurança Cibernética;
- Melhoria dos controles de segurança da informação;
- Prevenção dos ataques cibernéticos;
- Identificação de riscos de segurança da informação do Tribunal;
- Melhoria dos controles da Política de Segurança da Informação por meio de novas normas.

5.9. Atividades que fortaleceram a relação institucional com a sociedade

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE-PI implementou soluções focadas em acessibilidade, transparência e eficiência. Estas entregas transformam a tecnologia em uma ponte direta para o exercício da cidadania e a inclusão digital.



Júlia Explica

Implementada ferramenta do TJPI para tradução de processos em linguagem simples no WhatsApp



Wi-Cidadão

Disponibilizado acesso público à rede Wi-Fi nos cartórios eleitorais



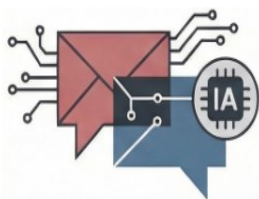
Equidade de Gênero

Disponibilizado painel para acompanhamento de dados estatísticos da força de trabalho do TRE-PI



Relatórios e certidões

Fornecimento de resultados, certidões e dados do cadastro eleitoral ao público externo e a entidades requisitantes



Omnichannel e Biometria

Implementação do omnichannel permitiu o envio de 200 mil mensagens para convocação de eleitores para revisão biométrica



Eleições comunitárias (Elcom)

Melhoria no sistema permitiu aumento da eficiência na realização de eleições comunitárias, facilitando a tramitação dos pedidos de empréstimo de urnas e no compartilhamento de dados das Eleições Comunitárias

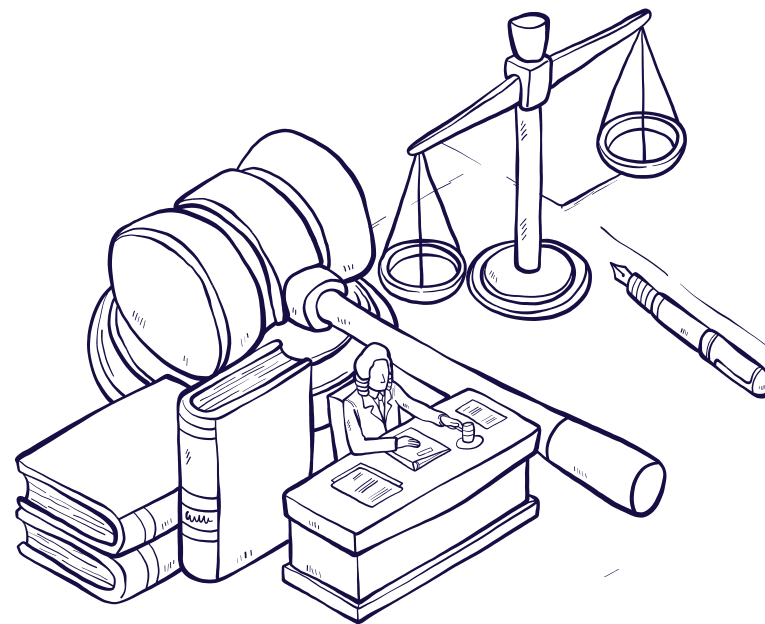


Atendimento Regionalizado

Configuração, treinamento e implementação do atendimento regional permitiu que eleitores do Estado do Piauí possam ser atendidos em qualquer cartório eleitoral independente do domicílio eleitoral

6

Gestão de Correições e Inspeções

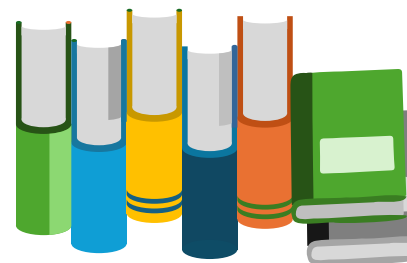


6. Gestão de pessoas

6.1. Conformidade Legal

Em 2025, ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí para garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência, nos termos do art. 8º, I, c, da Instrução Normativa TCU 84/2020 tiveram por fundamento provimentos da Corregedoria, Resoluções do TRE e Resoluções do TSE.

- 📄 Resolução TSE nº 23.657/2021 - Estabelece as normas aplicáveis às inspeções, às correições e aos procedimentos disciplinares contra autoridades judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- 📄 Provimento CGE nº 02/2023 - Dispõe sobre os procedimentos para a realização de inspeções e correições nos Tribunais Regionais Eleitorais e nas Zonas Eleitorais e sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (SInCo).
- 📄 Resolução TRE-PI nº 271/2013 - Aprova o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE-PI.
- 📄 Resolução TRE-PI nº 442/2022 - Dispõe sobre a criação do Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau (NAPPG) no TRE.
- 📄 Provimento CRE-PI nº 03/2023 (DJE nº 101/2023) - Estabelece as normas e instruções complementares para a realização das inspeções, autoinspeções e correições das unidades de primeiro grau do Estado do Piauí.
- 📄 Manual de Procedimentos Cartorários.



6.2. Procedimentos de Autoinspeção Anual, Autoinspeção Inicial e Inspeção de Ciclo

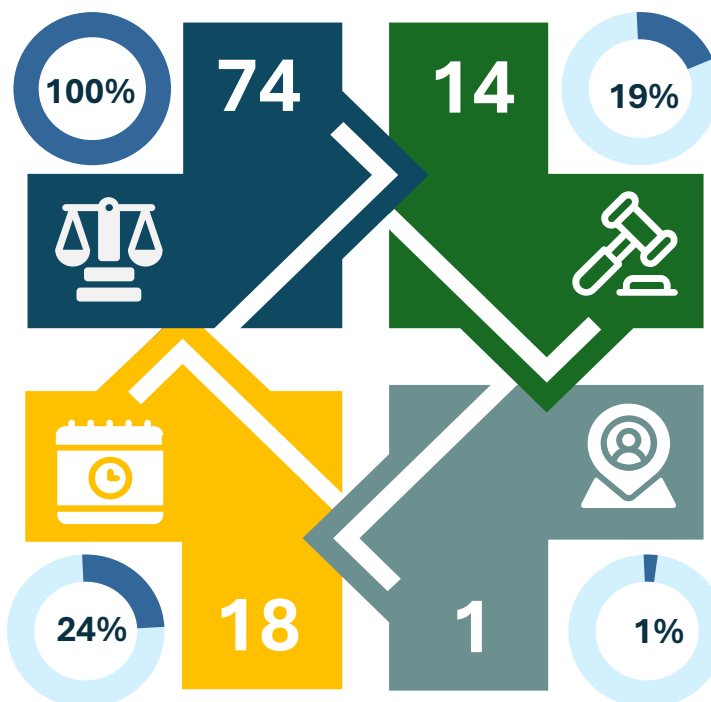
○ Piauí é composto por 74 zonas eleitorais, tendo sido realizados, em 2025, 107 procedimentos correccionais, dos quais 74 autoinspeções anuais, 14 autoinspeções iniciais, 18 inspeções de ciclo e 1 correção de eleitorado (28ª ZE)

Autoinspeção anual

É o procedimento de avaliação periódica anual pelo qual passam todas as Zonas Eleitorais do Estado.

Inspeção de ciclo

É o procedimento de avaliação realizado pela Corregedoria Regional Eleitoral em determinada Zona Eleitoral durante um determinado ciclo (período)



Auto inspeção inicial

É o procedimento de avaliação realizado pelo juiz ou juíza eleitoral quando assume a jurisdição eleitoral.

Correição

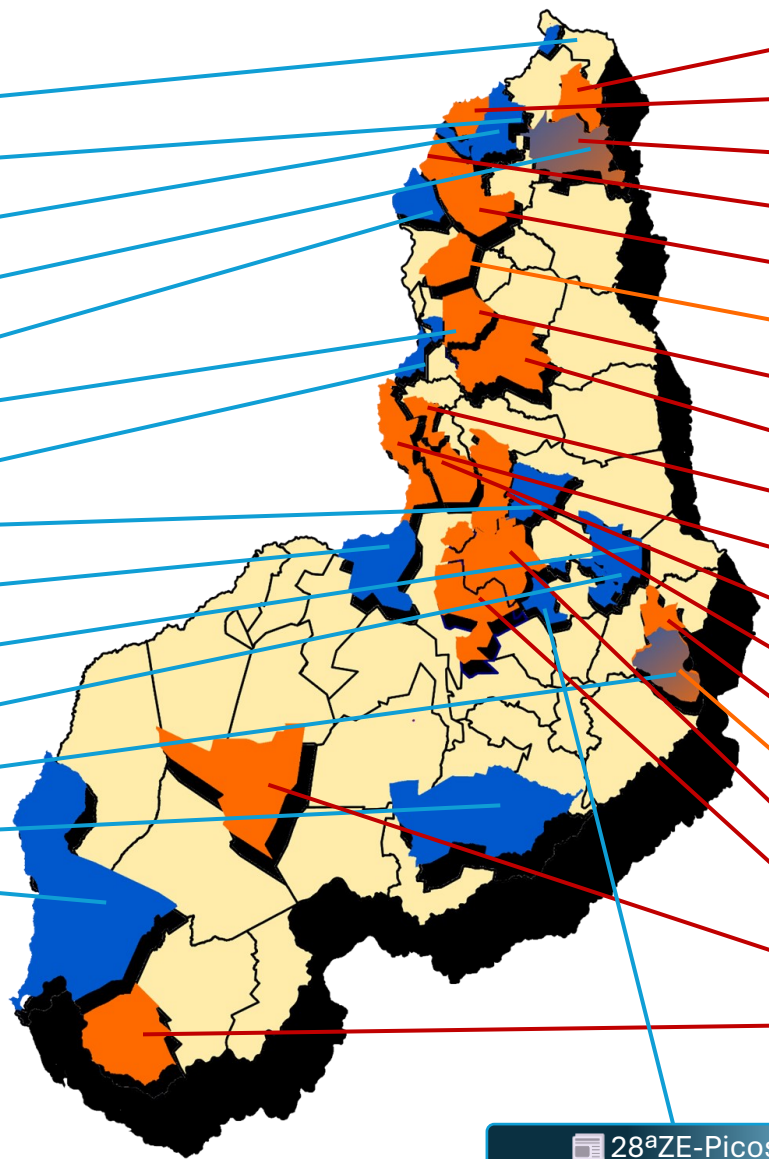
É o procedimento excepcional para apurar fatos graves, descumprimento de normas ou condutas que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral.

Inspeções Iniciais

Inspeções de Ciclo

- 03ª ZE-Parnaíba
- 41ª ZE-Esperantina
- 80ª ZE-Matias Olímpio
- 21ª ZE-Piracuruca
- 17ª ZE-Miguel Alves
- 63ª ZE-Teresina
- 97ª ZE-Teresina
- 18ª ZE-Valença do Piauí
- 09ª ZE-Floriano
- 28ª ZE-Picos
- 62ª ZE-Picos
- 56ª ZE-Simões
- 13ª ZE-São Rdo Nonato
- 35ª ZE-Gilbués

- 53ª ZE-Cocal
- 27ª ZE-Luzilândia
- 21ª ZE-Piracuruca
- 49ª ZE-Porto
- 06ª ZE-Barras
- 24ª ZE-José de Freitas
- 32ª ZE-Altos
- 47ª ZE-Altos
- 30ª ZE-São Pedro do PI
- 08ª ZE-Amarante
- 43ª ZE-Regeneração
- 48ª ZE-Elesbão Veloso
- 68ª ZE-Padre Marcos
- 56ª ZE-Simões
- 05ª ZE-Oeiras
- 94ª ZE-Oeiras
- 59ª ZE-Cristino Castro
- 22ª ZE-Corrente

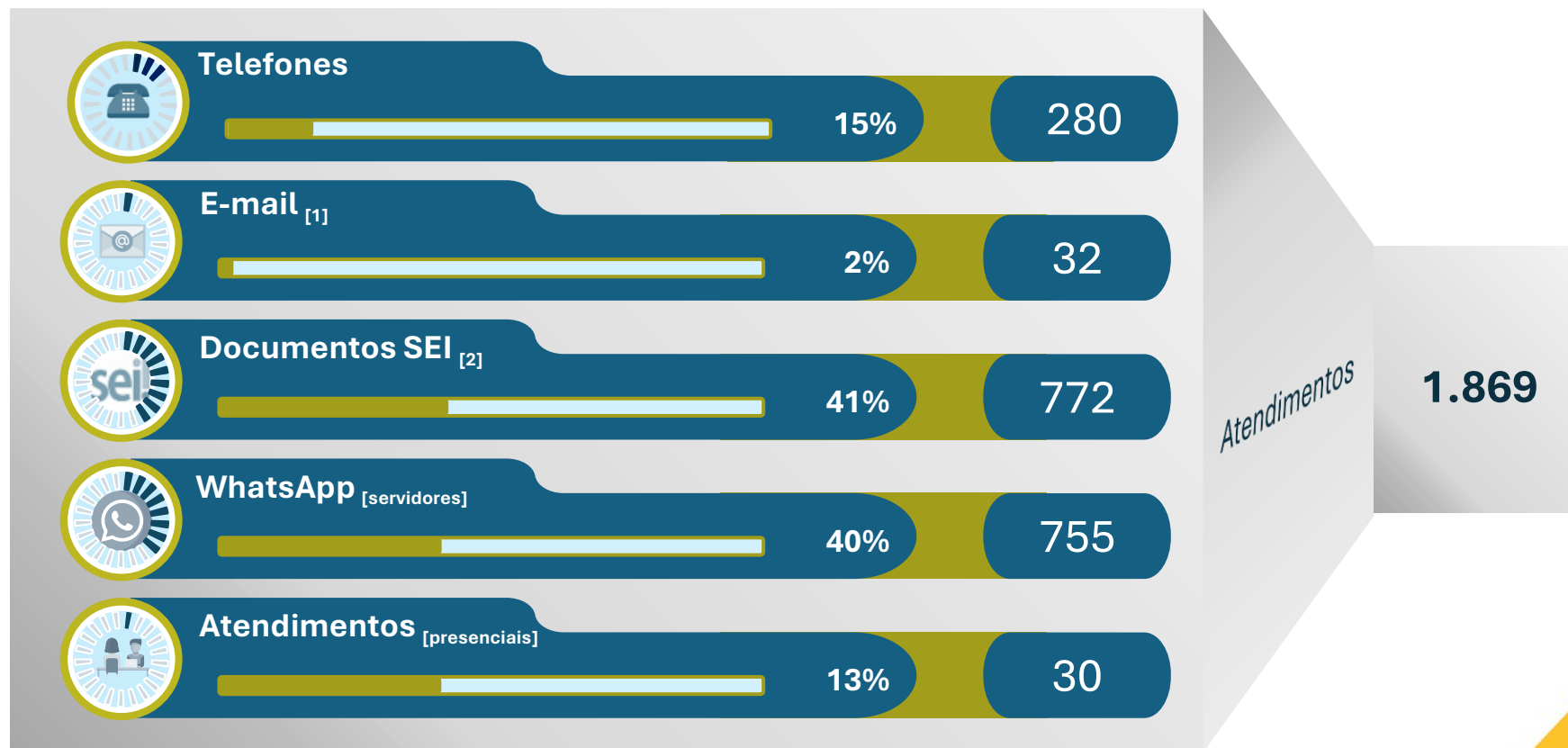


Inspeções Anuais: 74

28ª ZE-Picos
Correção do Eleitorado

6.3. Orientação às Zonas Eleitorais e Informações à Imprensa

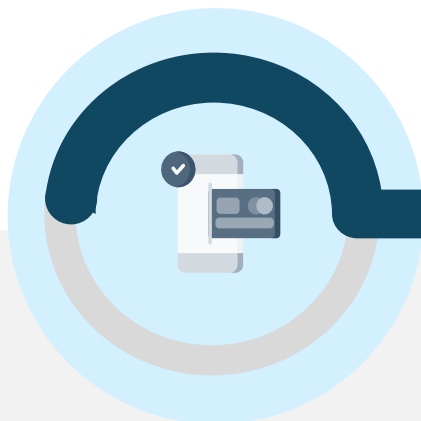
A Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí, por meio da Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correições atua no apoio às atividades dos Cartórios Eleitorais orientando procedimentos e tirando dúvidas. Também auxiliar na comunicação social, concedendo entrevistas aos diversos veículos de mídia, informando o eleitorado sobre os temas recorrentes de interesse dos(as) eleitores(as).



[1] E-mail seozic@tre-pi.jus.br. Não houve tratamento de dúvidas no e-mail mesarios.piaui@tre-pi.jus.br.

[2] SEI – Sistema Eletrônico de Informações é uma ferramenta de gestão de processos e de documentos internos do TRE-PI.

6.4. Projetos ou Planos de Ação

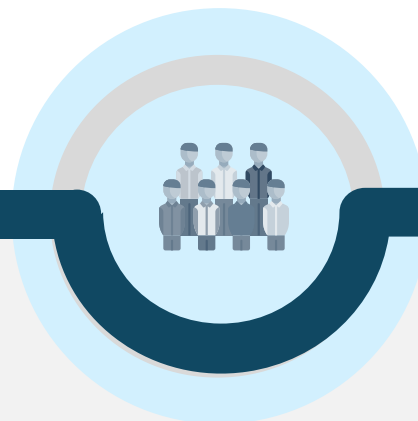


Plano de Atualização Parcial do Manual de Procedimentos Cartorários da CRE-PI (2025)

Provimento CRE-PI nº 06/2025



SOPHOS
Revista Digital de
Procedimentos Cartorários



Plano de Ação Encontros Periódicos da CRE-PI com as Zonas Eleitorais

Provimento CRE-PI nº 01/2025



2º Encontro Anual da CRE-PI
com Zonas Eleitorais
18/12/2025



Plano de Ação de Automação Inteligente da Gestão de Mesárias e Mesários

Sistema em desenvolvimento pela STI, tem por finalidade agilizar a convocação de mesários via mensagens instantâneas (baseada no sistema ELO) e permitir a consulta pública e direta da situação de nomeação.

6.5. Capacitações e Treinamentos

A Corregedoria Regional Eleitoral do Piauí promoveu, ao longo de 2025, vários treinamentos e capacitações, tendo como público alvo magistrados(as), servidores(as) do TRE/PI [efetivos(as), requisitados(as) e terceirizados(as)] e servidores(as) de prefeitura.

Capacitação	Finalidade	Parceria
Atendimento Regionalizado	Capacitação em atendimento de pessoas em cidade distinta de seu domicílio eleitoral no Estado do Piauí.	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Vídeos sobre Atendimento em PIDs	Produção de 16 vídeos com instruções sobre atendimento virtual para os(as) colaboradores responsáveis pelo atendimento nos Pontos de Inclusão Digital (PID).	Serviço de Imprensa e Comunicação Social (IMCOS)
Treinamento sobre sistemas e serviços para Cartórios Eleitorais	<p>Título Net: informações para orientar cidadãos(ãs) sobre Autoatendimento Eleitoral.</p> <p>Sistema Justifica: operação do sistema sobre justificativas eleitorais.</p> <p>Sistema ELO: Emissão de Requerimentos de Alistamento Eleitoral, fechamento e envio de RAE, publicações etc.</p> <p>Sistema INFODIP: Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos.</p>	Seção de Acompanhamento do Cadastro Eleitoral (SEACE) e Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)

Outros Eventos



Projeto Agentes da Cidadania

Colaboração com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) para capacitação de alunos(as) da Universidade Federal do Piauí ([veja notícia](#))



Seminário de Integração 2025

Colaboração com a Secretaria de Gestão de Pessoas para integração de novos servidores(as) palestrando sobre diversos temas do cotidiano das atividades eleitorais.

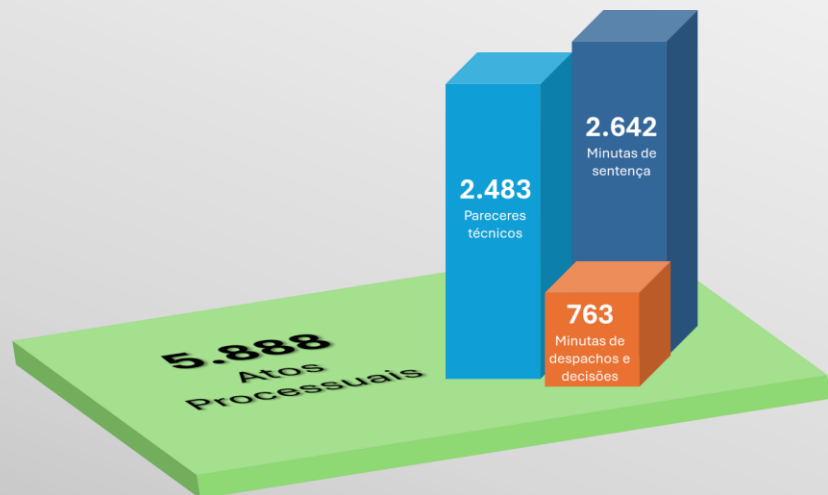


6.6. Auxílio Direto aos Cartórios Eleitorais

O Núcleo de Assistência Processual ao Primeiro Grau atua prestando assessoramento aos Cartórios Eleitorais, especialmente na tramitação das Ações Penais, além de outras classes processuais, focadas em casos de conhecimento.

Além da preocupação com o trâmite processual, dedica atenção à qualidade dos dados corrigindo ou complementando informações visando o correto acompanhamento dos casos nos sistemas.

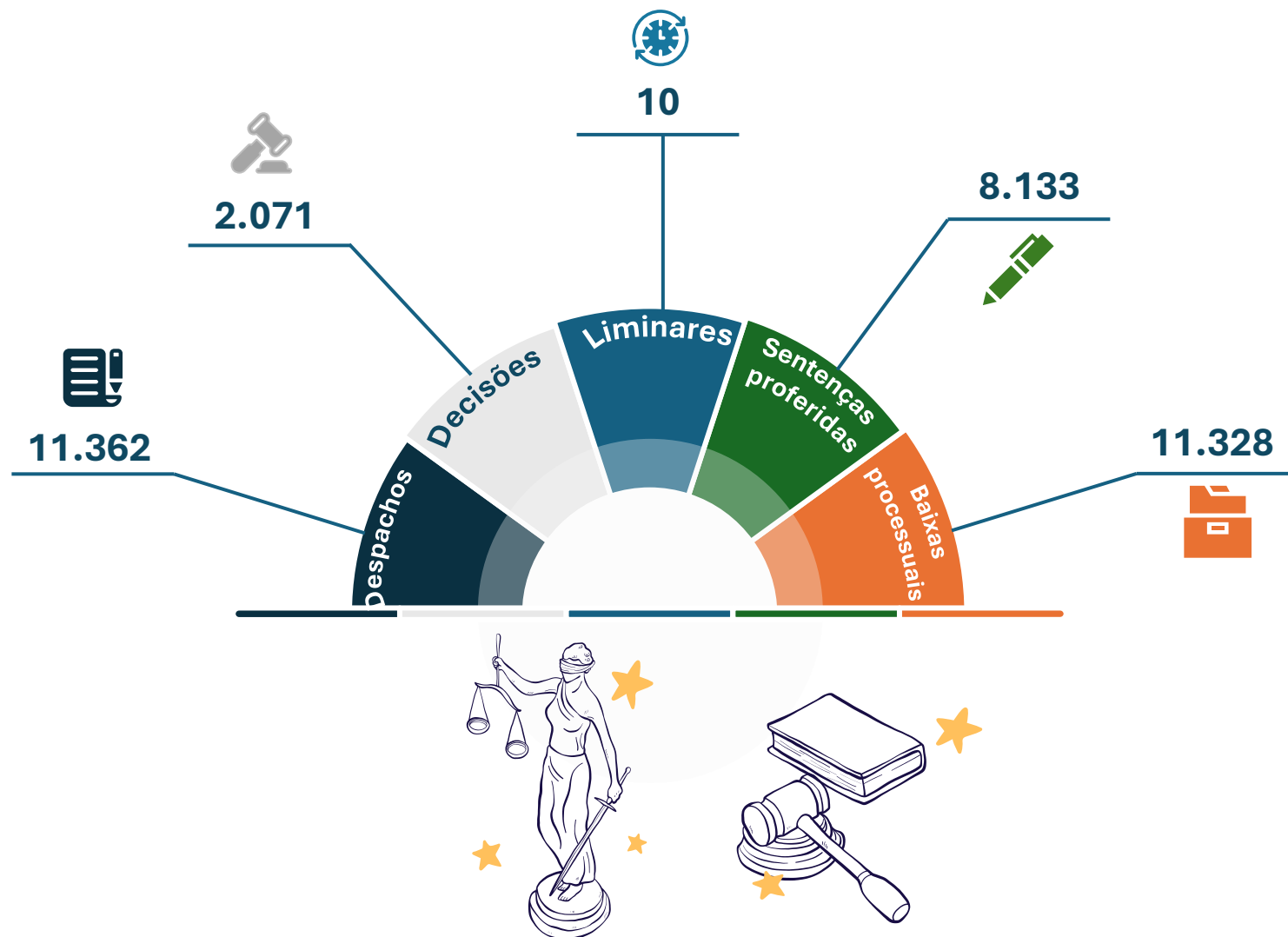
Assistência e Assessoria



Movimentação Processual



6.7. Produtividade no 1º Grau de Jurisdição



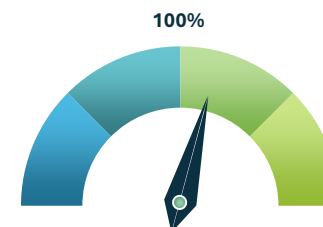
6.8. Metas Nacionais

Segundo o Painel de Metas do CNJ e os indicadores das Metas Nacionais de produtividade foram atendidos.

META 1
CELERIDADE




Julgar mais processos que os distribuídos

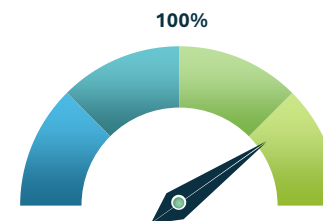


114,36%

META 2
PROCESSOS ANTIGOS




Julgar processos mais antigos

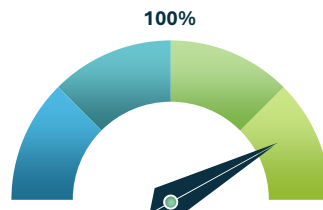


140,11%

META 4
COMBATE À CORRUPÇÃO




Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.



150,15%

7

Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle



7. Gestão de Demandas dos Órgãos de Controle

7.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI) atua como o braço operacional do Sistema de Controle Interno do Tribunal, fundamentando suas atribuições no [art. 74 da Constituição Federal](#) e na [Resolução TRE-PI n.º 271/2013](#) combinada com a [Resolução TRE-PI n.º 399/2020](#). A unidade desempenha papel essencial na fiscalização e na avaliação dos processos e atos administrativos.

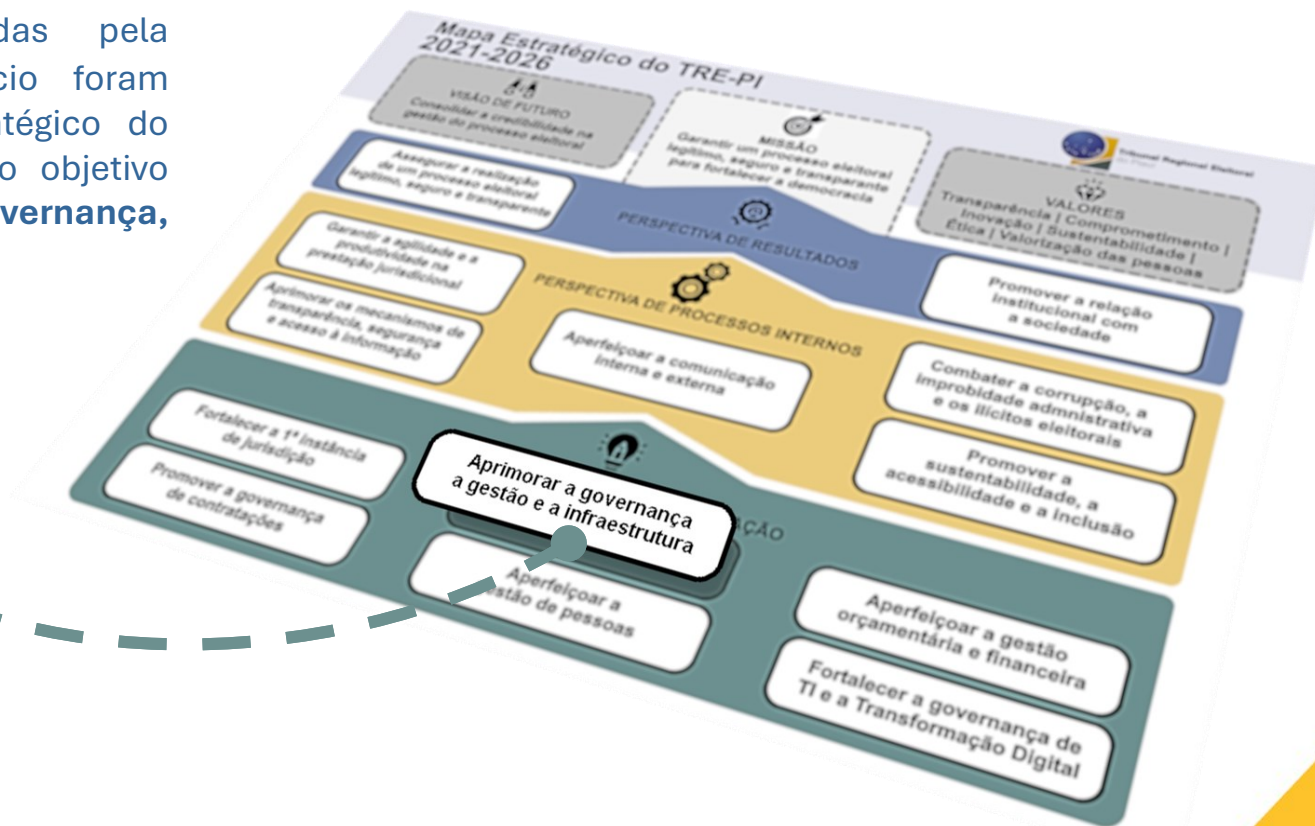


Objetivo

Agregação de valor institucional e o aperfeiçoamento dos processos organizacionais, observando rigorosamente as normas nacionais e internacionais de prática profissional de auditoria interna.

Alinhamento Estratégico das Atividades de Auditoria

As atividades desenvolvidas pela COAUDI no último exercício foram orientadas pelo Plano Estratégico do Tribunal, com foco direto no objetivo estratégico de **aprimorar a governança, a gestão e a infraestrutura**.



7.2. Auditorias e Consultorias

Auditorias 2025

Auditoria de Contas Anuais TCU (2024)

Situação patrimonial, financeira e orçamentária do Tribunal, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2024 e transações subjacentes. (auditoria encerrada em Março/2025)

Recomendações objetivando a melhoria da fidedignidade das demonstrações contábeis, bem como dos processos avaliados

Auditoria de Contas Anuais TCU (2025)

Situação patrimonial, financeira e orçamentária do Tribunal, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2025 e transações subjacentes. (auditoria iniciada em Agosto/2025 – Previsão de encerramento em Março/2026)

Benefícios quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da gestão

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade (Integrada TSE)

Situação patrimonial, financeira e orçamentária do Tribunal, refletidas nas demonstrações contábeis de 31/12/2025 e transações subjacentes (auditoria iniciada em Julho/2025 – Previsão de encerramento em Março/2026)

Benefícios quanto à contribuição para o aperfeiçoamento da gestão.

Auditoria na Execução de Contratos de Prestação de serviços de TI

Contratações públicas de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação – Fase de execução.

Recomendações visando a adequação às leis e regulamentos aplicáveis e a melhoria dos controles associados.

Auditoria sobre Gestão e Destinação de Valores e Bens Oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores (Coordenada CNJ)

Recursos oriundos da aplicação de pena de Prestações Pecuniárias.

Recomendações visando a adequação às diretrizes estabelecidas pelo CNJ e aderência às práticas previstas na Resolução CNJ nº 558/2024.

Consultorias

Consultoria em Gestão de Riscos no Macroprocesso das Contratações (Treinamento)

Macroprocesso das Contratações.

Entendimento teórico e prático para a implementação da gestão de riscos no macroprocesso das contratações, materializada por meio da Portaria/TRE-PI nº 533/2025.

7.3. Monitoramento de Auditorias

No ano de 2025, em cumprimento ao Plano Anual das Atividades de Auditoria, foram monitoradas 67 determinações oriundas de recomendações emitidas em auditorias realizadas em exercícios anteriores e encaminhadas à Presidência deste Regional.

Cumpridas



Não Cumpridas



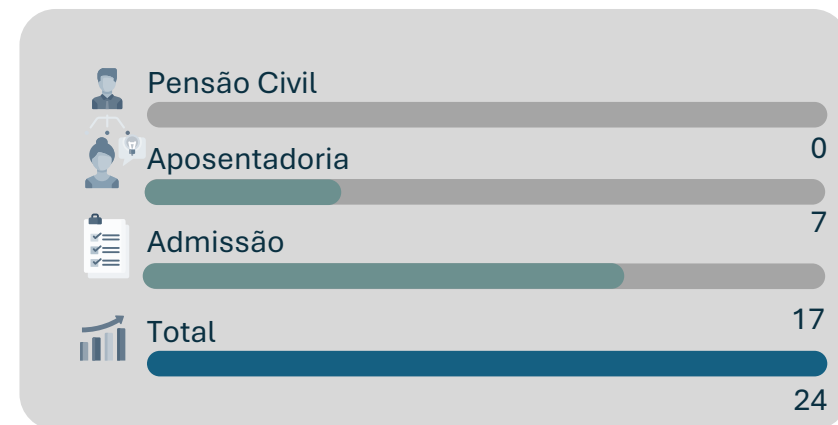
Em cumprimento



7.4. Emissão de Pareceres

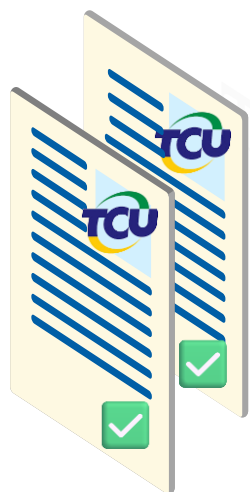
De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa TCU n.º 78/2018, a COAUDI detém a competência de realizar o exame de legalidade e emitir pareceres técnicos sobre atos de pessoal submetidos a registro no TCU.

No exercício de 2025, a Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas (SEAGEP) emitiu parecer num total de 24 atos, todos concluídos com parecer pela legalidade.



7.5. Acompanhamento de determinações e Recomendações do TCU

Em estrita observância às competências delineadas no art. 74, IV, da Constituição Federal e no art. 6º, XII, da Resolução TRE-PI n.º 271/2013, a Unidade de Auditoria realizou o monitoramento sistemático das deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Mediante inspeção no sistema Conecta TCU e instrução processual via SEI, verificou-se que, no exercício de 2025, foram expedidos 02 (dois) acórdãos referentes a concessões de aposentadoria, cujas determinações foram integralmente cumpridas pelo Tribunal, assegurando a conformidade institucional perante o órgão de controle externo.



02 determinações cumpridas



8

Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão



8. Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

8.1. Conformidade Legal

O TRE-PI mantém seu compromisso com a **sustentabilidade e a acessibilidade**, elegendo como pilares essenciais para uma sociedade inclusiva e justa.

Em 2025, fortaleceu a execução do **PLS – Plano de Logística Sustentável** e do **Plano de Ação de Acessibilidade**, alinhando-se à **Agenda 2030 da ONU** e às diretrizes do Poder Judiciário. As ações priorizaram a eficiência no uso de recursos, a gestão de resíduos e a promoção de um ambiente acessível e inclusivo.

As diretrizes que norteiam as atividades do TRE-PI estão presentes nos mais diversos níveis de regulamentos.

- ☐ Constituição Federal de 1988

Políticas de Sustentabilidade

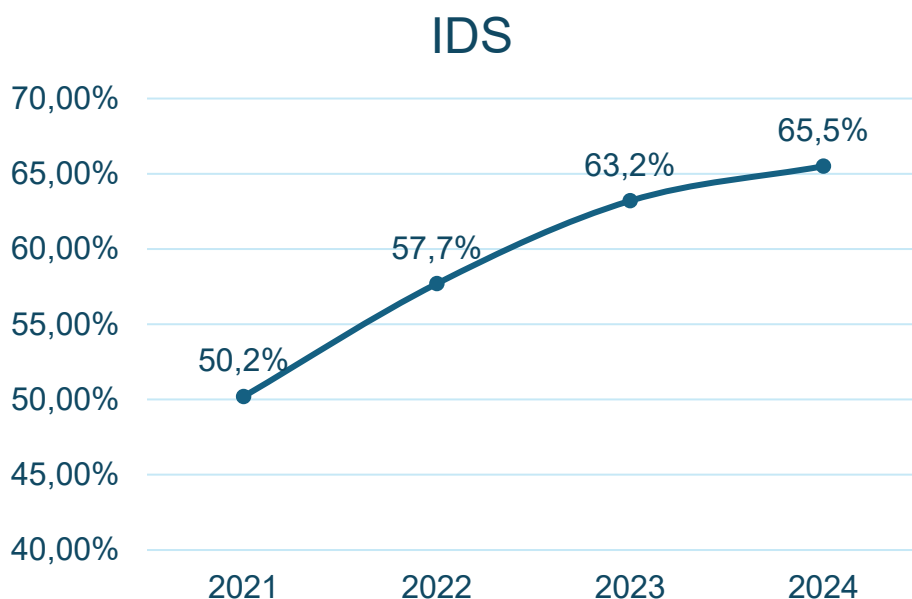
- 📄 Resolução CNJ nº 400/2021: política de sustentabilidade do Poder Judiciário
- 📄 Resolução TRE-PI nº 381/2020: instituição do Núcleo de Sustentabilidade e de Acessibilidade e Inclusão no TRE-PI
- 📄 Portaria Presidência TRE-PI nº 682/2021: instituição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável no TRE-PI.

📄 Políticas de Acessibilidade

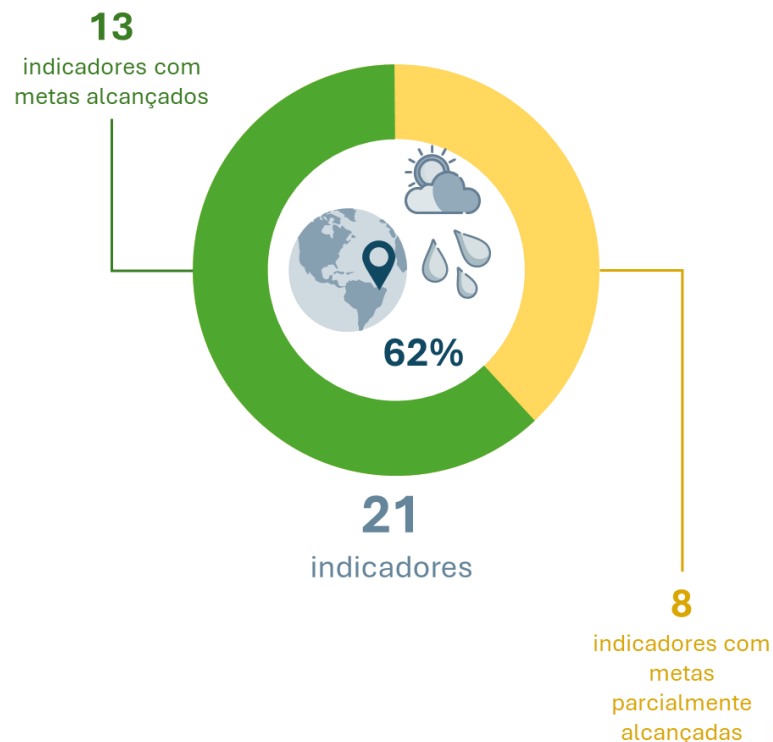
- 📄 Lei nº 13.146/2015: Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD)
- 📄 Decreto nº 6.949/2009: Promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- 📄 Resolução TSE nº 23.381/2012: Instituição do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral
- 📄 Resolução CNJ nº 401/2021: diretrizes de acessibilidade e inclusão de PCD nos órgãos do Poder Judiciário
- 📄 Portaria TRE-PI nº 1.100/2022: composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRE-PI

8.2. Desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS)

O TRE-PI registrou um avanço expressivo em sua gestão sustentável, refletido no crescimento do **Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS)**, que saltou de **50,21% em 2021 para 65,50% em 2025**. Esse incremento consolida o Tribunal entre as instituições do Judiciário com maior evolução no critério de sustentabilidade do CNJ.



Quanto ao cumprimento do **PLS 2021-2026**, o balanço de 2025 revela um cenário de 62% das metas superadas (13 dos 21 indicadores com performance acima do esperado).



Metas Alcançadas









-  > Índice de Racionalização de Consumo de Copos Descartáveis
-  > Índice de Racionalização de Consumo de Água Envasada
-  > Índice de Racionalização de Impressões
-  > Índice de Equipamentos de Impressão
-  > Índice de Racionalização de Gastos com Serviços de Vigilância
-  > Índice de Racionalização de Gastos com Telefonia
-  > Índice de Racionalização de Consumo de Água
-  > Índice de Destinação de Resíduos Sólidos para Reciclagem
-  > Índice de Participação em Ações de Qualidade de Vida no Trabalho
-  > Índice de Participação em Ações de Capacitação em Sustentabilidade
-  > Índice de Usuários(as) por Veículo
-  > Quantidade de Ações de Capacitação e Sensibilização em Equidade e Diversidade
-  > Índice de Aquisições e Contratações Sustentáveis

Indicadores do Plano de Logística Sustentável

PLS



Metas Parcialmente Alcançadas

-  > Índice de Racionalização de Consumo de Papel Próprio
-  > Índice de Racionalização de Gastos com Serviço de Limpeza por m²
-  > Índice de Racionalização de Consumo de Energia Elétrica
-  > Índice de Racionalização de Gastos com Transporte
-  > Índice de Racionalização de Gasto com Adequação de Layout
-  > Índice de Servidoras Ocupantes de Cargos de Chefia
-  > Número de Ações de Redução de Emissões de GEE
-  > Energia Elétrica Injetada na Rede por Sistemas de Fontes Alternativas

38%



62%

8.3. Ações de Acessibilidade e Inclusão

Em 2025 foram impulsionadas ações em curso e implementadas novas práticas para suavizar e excluir qualquer barreira arquitetônica, comunicacional, atitudinal e tecnológica que impossibilite ou dificulte a prestação de serviços acessível e inclusiva.

8.4.1. Acessibilidade em Serviços



**TODO VOTO
IMPORTA**

Projeto Todo Voto Importa

- Cadastro de eleitores(as) com deficiência;
- Orientação para atendimento inclusivo e acolhedor.



Qualificação da Força de Trabalho

- Capacitação de 9 magistrados(as) e 130 servidores(as) na temática de acessibilidade, distribuídos em 23 cursos ou eventos de capacitação realizados no ano de 2025.



Curso:
Diversidade e Igualdade na Justiça Eleitoral: Direitos Humanos (Controle de Convencionalidade), Raça, Etnia e Gênero

Professores:
Elder Maia Goltzman e Sabrina de Paula Braga

Carga horária: 20h/a (12h síncronas e 8h assíncronas)

Período de realização: 1, 2, 3 e 4 de julho

Horário das aulas: 9h às 12h

*** Público-alvo:**
magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral do Piauí

Inscrições ou cancelamento: até 30 de junho

Formato: aulas síncronas, via Zoom

Vagas: 100

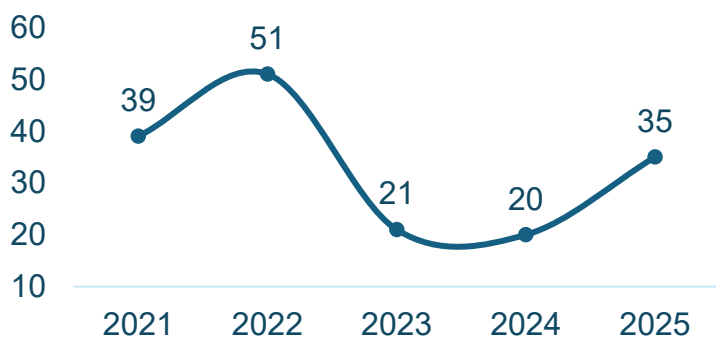
TRE-PI

8.4.2. Acessibilidade Comunicacional

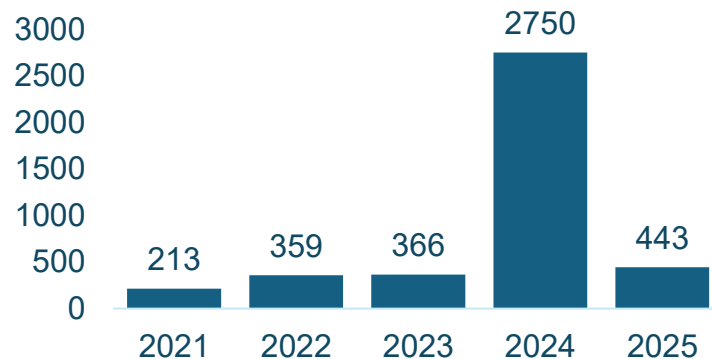
Focado em ampliar a capacidade de ofertar inclusão, o TRE-PI tem empreendido esforços para melhorar a acessibilidade comunicacional.



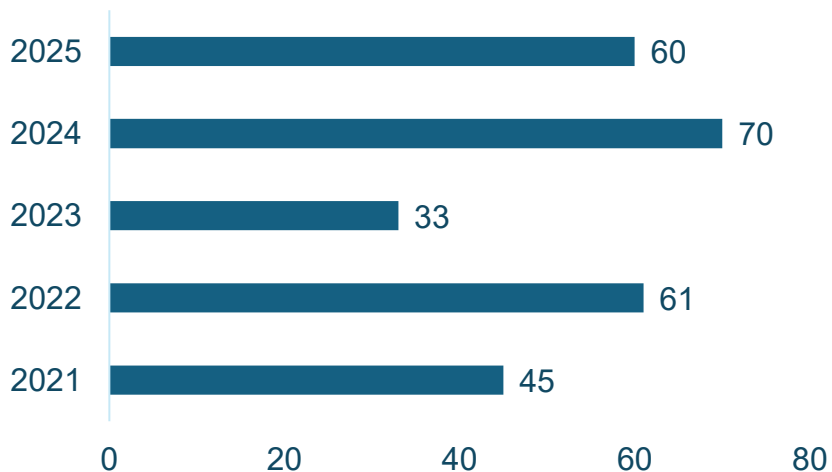
Vídeos com Recursos de Acessibilidade



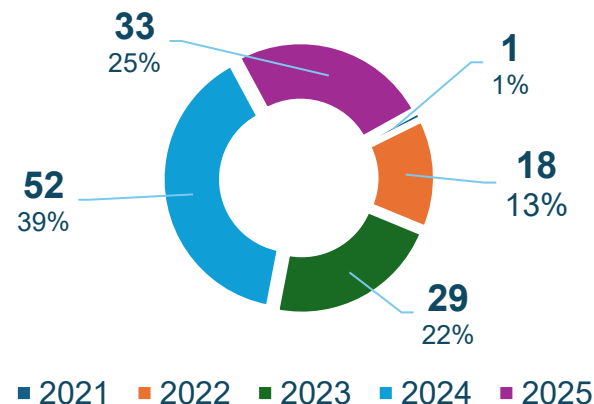
Matérias em Formato Acessível



Eventos Presenciais ou a Distância

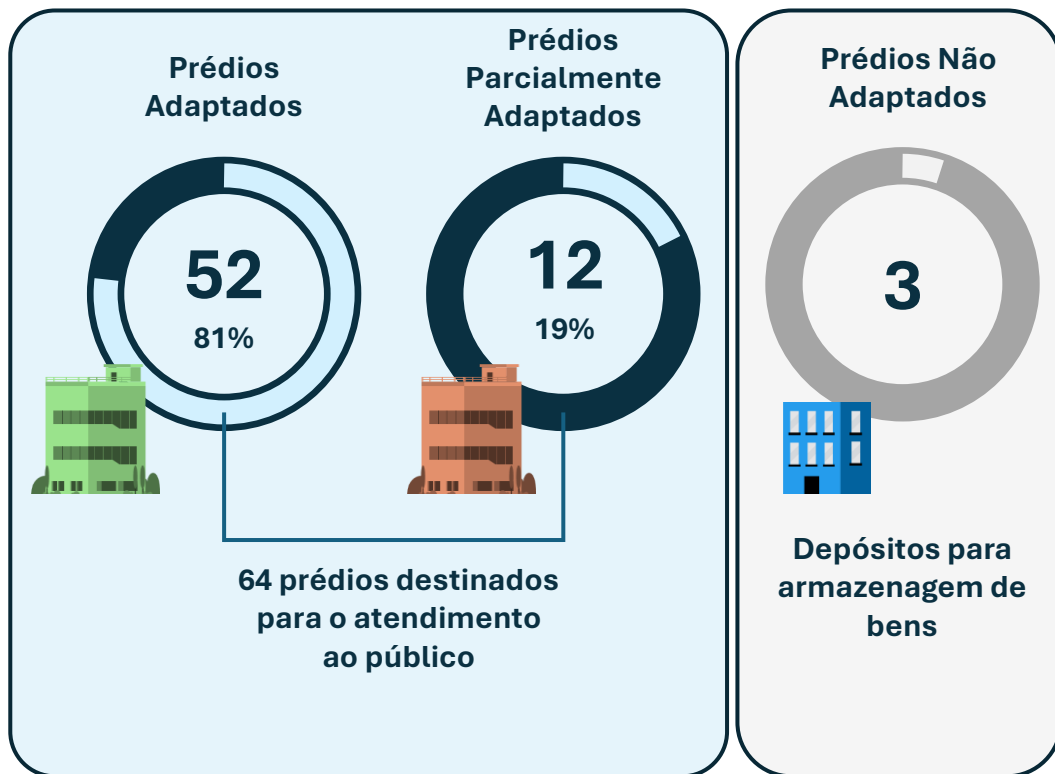


Eventos com Acessibilidade Comunicacional




8.4.3. Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

O TRE-PI funciona em 67 imóveis, dos quais 64 são dotados de algum recurso de acessibilidade. Os únicos imóveis que não contam com acessibilidade funcionam como depósito, cujas respectivas circulações de pessoas é restrita.



8.4.4. Acessibilidade Tecnológica

Algumas das tecnologias assistivas utilizadas pelo TRE-PI para tornar o atendimento mais inclusivo e acolhedor para PcD:

- 
Rybená - tecnologia assistiva brasileira de acessibilidade digital que traduz textos de sites e documentos para Libras, converter texto em voz (leitura em áudio) e oferece recursos de acessibilidade visual;



- Canal de atendimento por meio de uma solução de que permite o envio de mensagens aos usuários (Omnichannel)**, facilitando o atendimento a PcD e ampliando os requisitos de acessibilidade no atendimento;



- JuLIA Explica**, módulo do projeto JuLIA - Justiça Auxiliada por Inteligência Artificial, que utiliza inteligência artificial para explicar, em linguagem simples, o andamento dos processos e o conteúdo das decisões.

9

iESGo (TCU) Governança, Sustentabilidade e Inovação



9. iESGo

9.1 iESGo 2025 – Índice ESG



O TRE-PI, utilizou-se das diretrizes do Acórdão 1205/2023-TCU-Plenário e realizou a autoavaliação aplicando o questionário para apurar o iESGo 2025 - Índice ESG (Environmental, Social and Governance), alcançando um índice geral de 79%, superior aos 64% avaliados em 2024.

2024 **2025**

iESGo	Índice ESG	2024	2025
iES	Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social	79%	100%
iGovSustentAmb	Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Ambiental	96%	100%
iGovSustentSocial	Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Social	66%	100%
iGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	54%	65%
iGovPub	Índice de Governança Pública Organizacional	65%	82%
iGovPessoas	Índice de Governança e Gestão de Pessoas	16%	50%
iGestPessoas	Índice de Gestão de Pessoas	3%	46%
iGovTI	Índice de Governança e Gestão de TI e da Segurança da Informação	85%	76%
iGestTI	Índice Gestão de TI e da Segurança da Informação	76%	62%
iGovContratações	Índice de Governança e Gestão de Contratações	66%	67%
iGestContrat	Índice de Gestão de Contratações	41%	44%
iGovOrçament	Índice de Governança e Gestão Orçamentárias	91%	96%
iGestOrçament	Índice de Gestão Orçamentária	84%	92%



10

Demonstrações Contábeis

10. Demonstrações Contábeis

10.1. Conformidade Legal

As demonstrações contábeis do TRE-PI, apresentadas neste capítulo, referem-se ao exercício de 2025. As bases legais de sua elaboração estão em conformidade com a legislação aplicável ao setor público federal.

Normas Aplicáveis

- Lei nº 4.320/1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- Lei nº 10.180/2001: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.976/2009: Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências

- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 11ª edição.
- Orientações expedidas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) do TSE.



10.2. Informações Gerais

As Demonstrações Contábeis refletem a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 070006, com clareza e transparência para apoiar a prestação de contas e a tomada de decisão.

Desde 2021, o Tribunal realiza revisões e regularizações contábeis contínuas, que melhoraram progressivamente a qualidade das informações, mesmo com estrutura técnica reduzida na área contábil.

Os trabalhos de auditoria do exercício não identificaram distorções ou desconformidades relevantes que comprometam materialmente a apresentação adequada das demonstrações de 2025.

O TRE-PI mantém compromisso com a transparência e a aderência às normas da administração pública federal.

UM
DETALHE...

O TRE-PI não arrecada receitas próprias para custear suas atividades rotineiras. Todas as suas despesas são pagas por meio de sub-repasses financeiros transferidos da Conta Única do Tesouro Nacional



Para o relatório do
Balanco
Patrimonial
detalhado veja
aqui

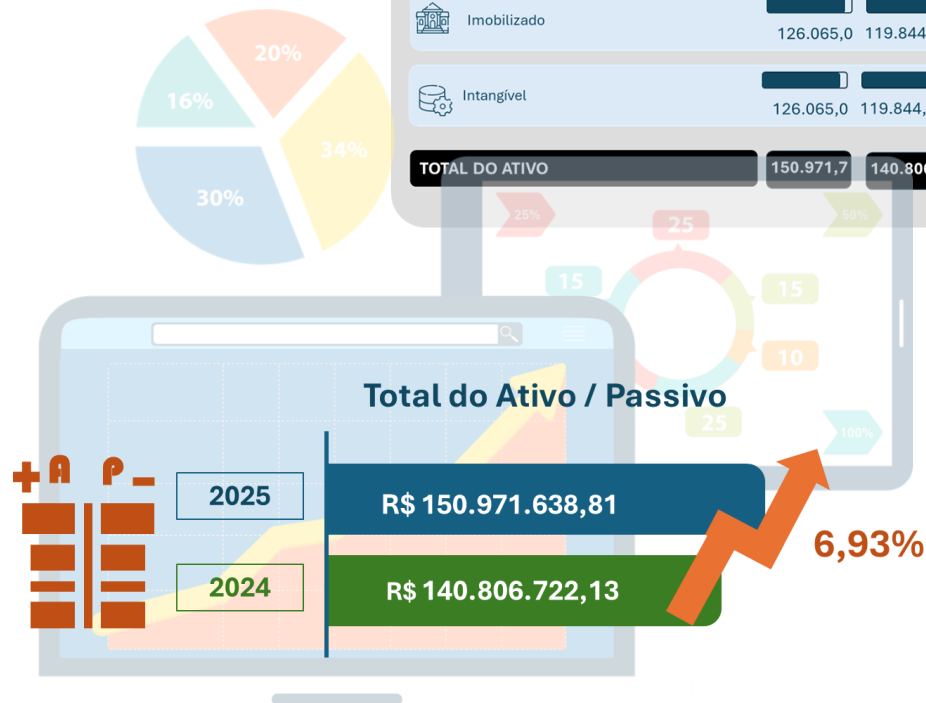
10.3. Balanço Patrimonial

Valores em R\$ mil

ATIVO			
Grupo Principal	2025	2024	
ATIVO CIRCULANTE	15.227,7	11.808,2	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.413,4	6.996,7	
Créditos a Curto Prazo	9.413,4	6.996,7	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	135.744,0	128.998,5	
Imobilizado	126.065,0	119.844,3	
Intangível	126.065,0	119.844,3	
TOTAL DO ATIVO	150.971,7	140.806,7	

PASSIVO			
Grupo Principal	2025	2024	
PASSIVO CIRCULANTE	6.939,5	8.217,2	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.440,8	865,1	
Fornecedores e Conta a Pagar a Curto Prazo	3,1	0,0	
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.495,6	7.352,1	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,0	0,0	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.939,5	8.217,2	

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2025	2024	
Patrimônio Social e Capital Social	0,0	0,0	
Adiantamentos para futuro Aumento de Capital (AFAC)	0,0	0,0	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,0	0,0	
Reservas de Lucros	0,0	0,0	
Demais Reservas	17.836,7	5.493,0	
Resultados Acumulados	126.195,5	127.096,5	
Ações / Cotas em Tesouraria	0,0	0,0	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	150.971,7	140.806,7	



10.4. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Valores em R\$ mil

ATIVO

Grupo Principal

2025

2024

ATIVO FINANCEIRO

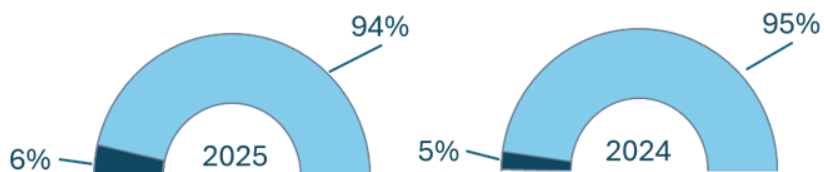
9.413,4

6.996,7

ATIVO PERMANENTE

141.558,3

133.810,0



PASSIVO

Grupo Principal

2025

2024

PASSIVO FINANCEIRO

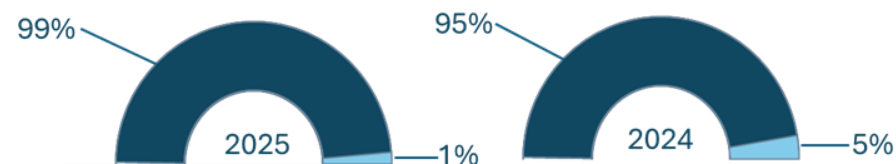
13.913,3

14.601,0

PASSIVO PERMANENTE

200,5

761,8



SALDO PATRIMONIAL

136.858,0

125.443,9

■ ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO
■ ATIVO/PASSIVO PERMANENTE

10.5. Quadro de Compensações

Valores em R\$ mil

ATIVO

Grupo Principal

2025

2024

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

3.998,3

0,0

Garantias e Contragarantias Recebidas

3.998,3

0,0

TOTAL

3.998,3

0,0

PASSIVO

Grupo Principal

2025

2024

SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

114.645,1

53.768,5

Obrigações Conveniadas e outros Instrumentos Congêneres

8,1

8,1

Obrigações Conveniadas e outros Instrumentos Congêneres

114.637,0

53.760,4

TOTAL

114.645,1

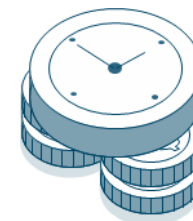
53.768,5



10.6. Demonstração das Variações Patrimoniais

Valores em R\$ mil

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Rubricas	2025	2024
% Variações Patrimoniais Aumentativas	246.372,9	262.353,1
₹ Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3,2	3,1
₹ Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	65,1	90,4
₹ Transferências e Delegações Recebidas	243.004,5	247.990,4
₹ Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	767,5	11.597,7
₹ Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.532,6	2.671,5
% Variações Patrimoniais Diminutivas	244.884,1	247.998,6
₹ Pessoal e Encargos	158.833,2	156.523,8
₹ Benefícios Previdenciários e Assistenciais	40.491,8	36.344,9
₹ Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.094,1	49.101,7
₹ Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	123,4	1,7
₹ Transferências e Delegações Concedidas	2.577,0	2.726,5
₹ Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.296,5	2.697,5
₹ Tributárias	24,3	26,3
₹ Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	443,9	576,1
📄 RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.488,9	14.354,5



Para o relatório do
Balanco
Patrimonial
detalhado veja
[aqui](#)



10.7. Balanço Orçamentário

Valores em R\$ mil

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES					
RECEITAS DE CAPITAL					
SUBTOTAL DAS RECEITAS					
DÉFICIT	1			239.765,7	239.765,7
TOTAL				239.765,7	239.765,7
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			18.370,4		18.370,4
Créditos Cancelados			18.370,4		

Valores em R\$ mil

DESPESA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES		216.657,9	233.858,3	234.697,7	229.509,4	225.997,3	-839,4
Pessoal e Encargos Sociais		169.494,1	181.882,4	179.858,7	178.533,4	175.836,9	2.023,6
Outras Despesas Correntes		47.163,7	51.975,9	54.839,0	50.976,0	50.160,3	-2.863,0
DESPEAS DE CAPITAL		2.919,0	4.089,0	5.068,0	2.524,3	2.489,6	-978,9
Investimentos		2.919,0	4.089,0	5.068,0	2.524,3	2.489,6	-978,9
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2	219.576,9	237.947,4	239.765,7	232.033,8	228.486,9	-1.818,3
TOTAL	3	219.576,9	237.947,4	239.765,7	232.033,8	228.486,9	-1.818,3

10.7. Balanço Orçamentário

Valores em R\$ mil

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		416,6	6.529,9	5.209,2	5.206,3	1.130,5	609,6
Pessoal e Encargos Sociais		1,1	2.548,7	2.379,6	2.379,6	73,3	96,8
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		415,4	3.981,2	2.829,6	2.826,6	1.057,1	512,8
DESPESAS DE CAPITAL			282,5	186,3	186,3	73,7	22,5
Investimentos			282,5	186,3	186,3	73,7	22,5
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL	4	416,6	6.812,4	5.395,5	5.392,6	1.204,2	632,1

Valores em R\$ mil

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		3.513,5	3.512,4		1,1
Pessoal e Encargos Sociais		2.938,3	2.938,3		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		575,2	574,0		1,1
DESPESAS DE CAPITAL		67,6	67,6		
Investimentos		67,6	67,6		
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		3.581,2	3.580,0		1,1

10.8. Balanço Financeiro

Valores em R\$ mil

INGRESSO			DISPÊNDIO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias	239.765,7	240.981,1
Recursos Não Vinculados			Recursos Não Vinculados	207.009,7	212.979,6
Recursos Vinculados			Recursos Vinculados	32.756,0	28.001,4
Previdência Social (RPPS)			Previdência Social (RPPS)	27.289,0	24.848,6
(-) Deduções da Receita Orçamentária			Fundos, Órgãos e Programas	5.467,0	3.152,8
Transferências Financeiras Recebidas	241.572,0	247.932,1	Transferências Financeiras Concedidas	2.601,6	2.765,4
Resultantes da Execução Orçamentária	235.839,4	232.592,1	Resultantes da Execução Orçamentária		
Sub-repasse Recebido	235.839,4	232.592,1	Independentes da Execução Orçamentária	2.601,6	2.765,4
Independentes da Execução Orçamentária	5.732,5	15.340,0	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.601,6	2.765,4
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	5.730,6	15.339,0	Aporte ao RPPS		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1,9	9	Aporte ao RGPS		
Aporte ao RPPS					
Aporte ao RGPS					
Recebimentos Extraorçamentários	15.956,7	17.085,2	Pagamentos Extraorçamentários	12.744,6	17.371,3
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.546,8	3.517,5	Pagamento de Restos a Pagar Processados	3.580,0	2.395,7
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	7.731,9	6.812,4	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	5.392,6	14.866,1
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.982,4	3.899,6	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.771,9	109,3
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.695,5	2.855,5	Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Arrecadação de Outra Unidade	2.599,6	2.764,9			
Demais Recebimentos	95,9	90,6			
Saldo do Exercício Anterior	6.996,7	3.097,3	Saldo para o Exercício Seguinte	9.413,4	6.996,7
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.996,7	3.097,3	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.413,4	6.996,7
TOTAL	264.525,5	268.114,6	TOTAL	264.525,5	268.114,6

10.9. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Valores em R\$ mil

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.160,3	12.243,5
INGRESSOS OPERACIONAIS	246.250,0	254.687,3
Outros Ingressos Operacionais	246.250,0	254.687,3
Ingressos Extraorçamentários	1.982,4	3.899,6
Transferências Financeiras Recebidas	241.572,0	247.932,1
Arrecadação de Outra Unidade	2.599,6	2.764,9
Demais Recebimentos	95.907,61	90,6
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-241.089,6	-242.443,8
Pessoal e Demais Despesas	-213.465,0	-218.953,1
Judiciário	-182.537,2	-191.302,9
Previdência Social	-30.379,4	-27.452,7
Encargos Especiais	-548,3	-197,4
Transferências Concedidas	-21.250,9	-20.615,8
Intragovernamentais Concedidas	-21.250,9	-20.615,8
Outros Desembolsos Operacionais	-6.373,6	-2.874,8
Dispêndios Extraorçamentários	-3.771,9	-109,3
Transferências Financeiras Concedidas	-2.601,6	-2.765,4
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.743,6	-8.344,0
INGRESSOS DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-2.743,8	-8.344,1
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.736,3	-7.598,6
Outros Desembolsos de Investimentos	-7.371,02	-745,4
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.416,7	3.899,4
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.996,7	3.097,3
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.413,4	6.996,7



11

Declarações de Integridade

11. Declarações de Integridade

11.1. Declaração do Contador

11.1.1. Registros Contábeis - SIAFI

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315— Conformidade Contábil presente no Manual do SIAFI.

As Demonstrações Contábeis— Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2025 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual do SIAFI.

Teresina-PI, 31 de março de 2026

Fabiano Rodrigues de Mendonça Miranda
CRC-PI 008XXX/0
Contador Responsável
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

11.2. Declaração – Monitoramento do PPA

11.2.1. Declaração do Coordenador de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento—SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização do referido Sistema são de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 31 de março de 2026

Joaquim Francisco de Almeida Filho
CPF 287.XXX.XXX-06
Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

11.3. Declaração – Execução Física e Financeira – Ações da Lei Orçamentária Anual

11.3.1. Declaração do Coordenador de Orçamento e Finanças

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento — SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados no SIOP, conforme as orientações do Ministério da Economia.

Teresina-PI, 31 de março de 2026

Joaquim Francisco de Almeida Filho

CPF 287.XXX.XXX-06

Coordenador da Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí



12

Rol de Responsáveis

12. Rol dos Responsáveis

Dirigente Máximo do Órgão - Presidente/Vice-Presidente					
TIPO DE RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO DE GESTÃO		ATO DE DESIGNAÇÃO	CPF
		INÍCIO	FIM		
Presidente	Des. Sebastião Ribeiro Martins	08/04/2024	07/04/2026	Heito em sessão Plenária - 06/02/2024 - Posse 08/04/2024	098.XXX.093-XX
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral					
TIPO DE RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO DE GESTÃO		ATO DE DESIGNAÇÃO	CPF
		INÍCIO	FIM		
Vice-Presidente	Des. Ricardo Gentil Eulálio Dantas	08/04/2024	07/04/2026	Heito em sessão Plenária - 06/02/2024 - Posse 08/04/2024	134.XXX.303-XX
Diretora-Geral					
TIPO DE RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO DE GESTÃO		ATO DE DESIGNAÇÃO	CPF
		INÍCIO	FIM		
Titular	Silvani Maia Resende Santana	08/04/2024	31/12/2025	Portaria TRE/PI nº 136/2024	156.XXX.663-XX
1º Substituto	Rivelina Remei Rodrigues da Costa	-	31/12/2025	Portaria TRE/PI nº 186/2024	396.XXX.043-XX
2º Substituto	Márcia Valéria de Araújo Ferreira Rebelo Sampaio	-	31/12/2025	Portaria TRE/PI nº 186/2024	470.XXX.043-XX
Secretária e Secretário de Administração Orçamento e Finanças					
TIPO DE RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO DE GESTÃO		ATO DE DESIGNAÇÃO	CPF
		INÍCIO	FIM		
Titular	José Alves Siqueira Filho	08/04/2024	31/12/2025	Portaria TRE/PI nº 136/2024	305.XXX.073-XX
1º Substituto eventual	Miran Vieira de Sousa Silva	-	31/12/2025	Portaria TRE/PI nº 192/2024	626.XXX.783-XX
2º Substitua/o eventual	Jaquim Francisco de Almeida Filho	-		Portaria TRE/PI nº 192/2024	287.XXX.903-XX

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do
Piauí
Teresina, 31 de março de 2026